

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO**

LEANDRO DANELUZ GONÇALVES

**O TRABALHO DOS CAMPONESES E A PRODUÇÃO NÃO-CAPITALISTA NO
ASSENTAMENTO “16 DE MAIO” RAMILÂNDIA/PR**

Francisco Beltrão, PR

2013

LEANDRO DANELUZ GONÇALVES

**O TRABALHO DOS CAMPONESES E A PRODUÇÃO NÃO-CAPITALISTA NO
ASSENTAMENTO “16 DE MAIO” RAMILÂNDIA/PR**

Dissertação de Mestrado elaborado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – área de concentração: “Produção do Espaço e Meio Ambiente”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais”, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

Francisco Beltrão, PR

2013

Catálogo na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Gonçalves, Leandro Daneluz

G635 O trabalho dos camponeses e a produção não-capitalista no assentamento “16 de Maio” Ramilândia/PR. / Leandro Daneluz Gonçalves. – Francisco Beltrão, 2012.

117f.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini.

Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Trabalho - Capitalismo. 2. Assentamentos - Ramilândia - Paraná.
3. Movimentos sociais. 4. Trabalhadores rurais. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título.

CDD – 331.98162

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O TRABALHO DOS CAMPONESES E A PRODUÇÃO NÃO
CAPITALISTA NO ASSENTAMENT “16 DE MAIO”
RAMILÂNDIA/PR

Autor: Leandro Danelúz Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Leandro Daneluz
Gonçalves e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 01/02/2013

Assinatura:

Leandro Daneluz Gonçalves

Comissão Julgadora:

João Edmilson Fabrini
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini (UNIOESTE – M.C.R)

Roseli Alves dos Santos
Profª. Dra. Roseli Alves dos Santos (UNIOESTE – F.B)

Jorge Ramon Montenegro Gomez
Prof. Dr. Jorge Ramon Montenegro Gomez (UFPR)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial, a minha mãe (Loreni Daneluz Gonçalves), pelos incentivos, exemplos e esforço para que eu continuasse estudando. À minha companheira (Michele Briskievicz) pelo carinho e a todos que de alguma forma me apoiaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo apoio, pela oportunidade de ter realizado aqui todo o caminho e a possibilidade de ter vivenciado todas as experiências que fizeram parte da minha formação.

Agradeço ao meu orientador, professor João Edmilson Fabrini, que me acompanhou nesta trajetória, durante a graduação e mestrado, com palavras de incentivo, ensinamento, auxílio e apoio na realização deste estudo.

As famílias que realizamos os estágios de convivência, também as entrevistadas, pela atenção, e cuja disponibilidade em nos atender, conversando e respondendo questionários, foram de fundamental importância.

A minha mãe Loreni, as minhas irmãs Vanessa e Ariane, e a minha companheira Michele, que foram e são sempre apoio e motivação.

Enfim, a todos os outros que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização e conclusão desta pesquisa, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa trata do trabalho dos camponeses no assentamento “16 de Maio” no município de Ramilândia/PR. Este assentamento surgiu como resultado das lutas realizadas pelos sem-terra para conquistar seu território, aliás, as lutas camponesas se constituem numa das principais características do campo brasileiro. Resultante do processo de enfrentamentos com os proprietários de terra e capitalistas, os camponeses sem-terra, por meio de suas lutas e resistências, vão conseguindo algum resultado em seu favor que se materializam, sobretudo, na conquista da terra de assentamento. No assentamento, os sem-terra constroem e reconstroem a sua condição de camponeses na qual se destacam as relações de trabalho assentadas no núcleo familiar de produção. Mesmo considerando que o trabalho dos camponeses está subordinado ao capital, este apresenta características que o difere daquele realizado por operários de uma fábrica, por exemplo. Difere também dos trabalhadores que mantém relações precárias, típicas de uma acumulação flexível de capital. Assim, o trabalho dos camponeses apresenta características não-capitalistas, embora sirva e esteja inserido no processo geral da acumulação capitalista. A divisão do trabalho, controle do tempo, ajuda mútua, pagamento em trabalho, trabalho comunitário e solidário, reciprocidade, troca de dias de serviço no interior da unidade produtiva camponesa, neste caso no assentamento “16 de Maio”, são algumas características que se destacam no trabalho não-capitalista camponês.

Palavras-Chave: Trabalho; campesinato; assentamento; comunidade; divisão do trabalho.

ABSTRACT

This research is about the peasant labor in "May 16" settlement located in the municipality of Ramilândia / PR. This settlement was the result of the struggles undertaken by landless to acquire its territory, such cases are very common in Brazil. The conflicts of interest occur between landowners and/or capitalists and landless peasants, through the struggles and resistance, gradually the landless peasants get the consolidation and conquest of a settlement. In the settlement, the landless construct and reconstruct their condition of peasants, which highlights the work relationships within the family production. Although the work peasant is subordinate to capital, it has characteristics which differ from that done by workers in a factory, for example. It also differs workers that keep poor relations, typical of a flexible capital accumulation. Thus, the work presents peasant features non-capitalist, although serving and is inserted into the overall process of capitalist accumulation. The division of labor, time control, mutual help, payment for work, solidarity work, reciprocity, exchange of operational days inside of peasant production unit, in this case the "May 16" settlement, are features that work in non-capitalist peasant stands.

Keywords: Job; peasantry; settlement; community; division of labor.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA – 01	Estruturas de reciprocidade.....	95
-------------	----------------------------------	----

LISTA DE FOTOS

FOTO – 01	Camponesa e seus filhos realizando trabalho de seleção das folhas de fumo.....	79
FOTO – 02	Filho de 14 anos no trabalho de “quebrar milho”.....	80
FOTO – 03	Assentado (idoso) trabalhando na produção de leite.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO – 01	A evolução dos filhos na divisão do trabalho.....	80
--------------	---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO – 01	Três situações dos movimentos de posseiros	24
-------------	--	----

LISTA DE MAPAS

MAPA – 01	Município de Ramilândia-PR.....	31
-----------	---------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

TABELA – 01	População segundo tipo de domicílio e sexo – 2010.....	32
TABELA – 02	Estrutura fundiária de Ramilândia/PR – 1996.....	32
TABELA – 03	Número de domicílios segundo uso e tipo – 2010.....	36
TABELA – 04	Membros, idade e capacidade de trabalho da família.....	71
TABELA – 05	Relação: Trabalho – Consumo.....	72
TABELA – 06	Divisão do trabalho na produção de suínos.....	73
TABELA – 07	Faixa etária, complexidade e esforço físico no trabalho.....	76
TABELA – 08	Inserção dos filhos no trabalho de acordo com faixa etária (%).....	76
TABELA – 09	Participação de mulheres e crianças na produção de fumo.....	79

LISTA DE SIGLAS

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MASTER: O Movimento dos Agricultores Sem Terra

CEBs: Comissões Eclesiais de Base

GETSOP: Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTRO: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

CPT: Comissão Pastoral da Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I	
A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO “16 DE MAIO”.....	17
1.1 – OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO.....	20
1.2 – O SURGIMENTO DO MST E O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA NO ESTADO DO PARANÁ.....	26
1.3 – RAMILÂNDIA: DO SURGIMENTO DO MUNICÍPIO AO ASSENTAMENTO “16 DE MAIO”	30
1.4 - A COMPREENSÃO DE TRABALHO A PARTIR DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	37
CAPÍTULO II	
RELAÇÕES DE TRABALHO NOS DIFERENTES MODOS DE PRODUÇÃO.....	42
2.1 – <i>O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO PRIMITIVO.....</i>	<i>44</i>
2.2 – <i>.O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA.....</i>	<i>44</i>
2.3 – O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL.....	46
2.4 – O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	48
2.4.1. TAYLORISMO E O TRABALHO.....	51
2.4.2. FORDISMO E O TRABALHO.....	52
2.4.3 TOYOTISMO E O TRABALHO.....	52
2.4.4. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO.....	55
2.4.5 UNIVERSO DO TRABALHO OPERÁRIO.....	56
2.4.6 UNIVERSO DE TRABALHO DOS CAMPONESES.....	57
2.5. TRABALHO E PRODUÇÃO NÃO-CAPITALISTA.....	62
CAPÍTULO III	
O TRABALHO DOS CAMPONESES NO ASSENTAMENTO “16 DE MAIO”.....	65
3.1– O TRABALHO DOS CAMPONESES.....	66
3.2 – DIVISÃO FAMILIAR DO TRABALHO DO CAMPONÊS.....	69
3.3 – A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA DIVISÃO CAMPONESA DO	

TRABALHO.....	74
CAPÍTULO IV	
O TRABALHO COMUNITÁRIO DOS CAMPONESES.....	83
4.1 COMUNIDADE E RECIPROCIDADE.....	84
4.1.1 PARENTESCO.....	85
4.1.2. LOCALIDADE.....	90
4.1.3 SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO.....	92
4.1.4. RECIPROCIDADE.....	93
4.2 – AS TROCAS DE DIAS DE TRABALHO NO ASSENTAMENTO.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE.....	113

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de descrever a produção camponesa como não especificamente capitalista, a qual, esta fundamentada no trabalho familiar e comunitário, é importante compreendermos o contexto da luta pela terra, em que os assentados estão inseridos, as relações de trabalho nos diferentes modos de produção, a organização do trabalho familiar e comunitário, com base na reciprocidade e solidariedade.

Os assentamentos de reforma agrária são resultantes das lutas dos trabalhadores sem-terra, organizados nos movimentos sociais, dentre os quais se destaca o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A organização dos trabalhadores do campo nos movimentos não é “fenômeno” recente, pois, desde o século XIX, os camponeses lutavam e resistiam para entrar e permanecer na terra, negando, a expropriação/expulsão da terra e proletarização, característica da expansão do modo capitalista de produção.

Neste sentido, descrevemos no decorrer do texto sobre a luta pela terra e o trabalho dos camponeses, no assentamento “16 de Maio”, localizado no município de Ramilândia/PR, possuindo 220 famílias, ocupando uma área de 2.356 hectares, no qual será destacada a “natureza” do trabalho realizado pelos camponeses assentados.

O trabalho dos camponeses assentados apresenta um conjunto de características que diferem do trabalho realizado pelos operários de uma fábrica, por exemplo. A divisão fordista do trabalho, ou mais recentemente a reorganização sob o paradigma do toyotismo e a acumulação flexível, embora se constitua como importante paradigma na interpretação do trabalho na sociedade capitalista, não é suficiente para interpretar o trabalho dos camponeses, inseridos, também, no modo de produção capitalista. O contexto da reestruturação produtiva do capital, do qual se destaca a precarização das relações de trabalho, torna-se também insuficiente para caracterizar o trabalho dos camponeses.

O trabalho do camponês não deve ser interpretado apenas como relação de trabalho. Embora também o seja, o trabalho organizado em torno das necessidades da família possui conteúdo diferente de “força de trabalho” enquanto mercadoria, típica das relações capitalistas. Assim, apesar do paradigma fordista e toyotismo se constituírem em importante instrumental para a interpretação do trabalho na sociedade capitalista, não é suficiente para entender a natureza do trabalho dos camponeses. Destaca-se que o trabalho dos camponeses está inserido no modo de produção capitalista.

Embora o camponês seja um trabalhador, o seu trabalho possui contornos mais complexos do que a produção de mercadoria. Neste sentido, o camponês compõe a classe trabalhadora, mas para compreendê-lo é necessário ir além da compreensão do trabalho enquanto força de trabalho-mercadoria. É necessário reconhecer os meandros não-capitalistas do trabalho dos camponeses.

A divisão do trabalho dos camponeses, por exemplo, diferentemente daquela verificada numa fábrica, possui característica não-capitalista porque está assentada no núcleo familiar de produção. Assim, se verifica entre os camponeses uma divisão do trabalho, por exemplo, pautada pelo sexo dos membros da família (divisão sexual do trabalho), em que os homens se encarregam de algumas atividades e as mulheres de outras. Além desse elemento, há que se considerar também na divisão familiar do trabalho a faixa etária (divisão etária do trabalho), quando a responsabilidade pelas tarefas é estabelecida de acordo com a idade de cada membro da família.

Além do trabalho familiar, os camponeses estabelecem um conjunto de relações de natureza não-capitalista, que envolve a ajuda mútua, pagamento em trabalho, trabalho comunitário e solidário, troca de dias de serviço, dentre outros. Este “trabalho comunitário” dos camponeses se diferencia também do trabalho dos operários que vendem força de trabalho.

Mas, o trabalho familiar e comunitário dos camponeses (característica de uma produção não-capitalista), não é livre e autônomo à produção capitalista em geral. Está inserido num processo em que o camponês não se sujeita apenas pelo trabalho, mas, pela renda da terra, como destacou Martins (1990) no seu clássico estudo sobre a renda da terra e o sentido da luta pela reforma agrária. O camponês está subordinado no processo de circulação e não no processo de produção. Esta característica confere conteúdo “especial” ao trabalho dos camponeses.

Assim, há que se interpretar o campesinato e o trabalho realizado por eles para além de uma classe que vende “força de trabalho” aos capitalistas da indústria, bancos e comércio. Há que se interpretar os camponeses como classe trabalhadora, que no processo contraditório e desigual de expansão das relações capitalistas, realiza um trabalho não-capitalista.

A abordagem da temática do trabalho do camponês está dividida em quatro capítulos nesta dissertação. No primeiro capítulo – *A luta pela terra e a formação do assentamento “16 de Maio”* – será destacada a concentração fundiária enquanto fator importante para entender a expulsão dos trabalhadores do campo. Em resposta a expropriação e expulsão das terras no

final da década de 1970 e início de 1980, os trabalhadores do campo adotaram a ocupação das terras para forçar o Estado a promover os assentamentos de Reforma Agrária.

Neste capítulo ainda será tratado sobre movimentos sociais no campo, que tem operacionalizado a luta pela terra e a garantia de “direitos” negados aos camponeses. As lutas e ações desenvolvidas pelos camponeses nos movimentos podem ser caracterizadas como uma forma deles se constituírem como sujeitos políticos. Também no primeiro capítulo, será tratado sobre “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”, destacando o seu surgimento no final da década de 1970 e início de 1980, quando possuía uma dimensão geográfica local/regional, hoje, nacional. Neste contexto de lutas nos movimentos sociais, foi tratado sobre “assentamentos rurais”, dentre os quais se destaca o assentamento “16 de Maio”.

Será tratado neste capítulo também sobre o município de Ramilândia/PR; sua colonização, a luta pela terra e seus desdobramentos com a realização do assentamento “16 de Maio”. . No contexto de luta dos sem-terras do MST, será apresentada a compreensão de trabalho do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a partir do caderno de formação nº 11 com o título “Elementos sobre a teoria da organização no campo” escrito por Clodomir Santos de Moraes. Neste caderno de formação o autor realiza crítica à a organização do trabalho centrada na família.

No segundo capítulo – *Relações de trabalho nos diferentes modos de produção* – será apresentado o trabalho na sua “evolução” histórica, evidenciando que o trabalho assalariado nem sempre foi à principal forma de produção e organização da sociedade humana. Para tanto, será feito breve comentário sobre o trabalho nos diferentes modos de produção como o feudal; escravista; capitalista - taylorismo, fordismo, toyotismo.

Ressaltamos nesse capítulo a existência de um “trabalho não-capitalista” no interior do modo de produção capitalista, ou seja, na produção capitalista não há uma superação de relações de trabalho de “antigos” modos de produção. Sendo assim, a produção capitalista se apropria de relações não especificamente capitalistas para maior acúmulo de capital. Portanto, as relações não-capitalistas não são resquícios do passado, e sim uma dimensão intrínseca da essência da produção “moderna” capitalista.

No terceiro capítulo – *O trabalho dos camponeses no assentamento “16 de Maio”* – enfatizamos o “trabalho dos camponeses” neste assentamento. Diferente da organização do trabalho de uma fábrica, por exemplo, o trabalho dos camponeses tem como principal elemento da organização, a família camponesa. Neste sentido, no terceiro capítulo, será abordado sobre as dimensões do trabalho dos camponeses, evidenciado a sua divisão feita a partir da família; a socialização do trabalho; o tempo de trabalho, hierarquização na

organização do trabalho, dentre outros elementos próprios da organização camponesas da produção.

No quarto e último capítulo – *Trabalho comunitário dos camponeses* – destacamos os elementos da produção camponesa, salientando que o campesinato não deve ser interpretado apenas como uma relação de trabalho, embora também o seja, pois, o trabalho realizado e organizado em torno das necessidades da família confere a ele outros conteúdos, para além da interpretação como “força de trabalho” como mercadoria.

Portanto, para além da interpretação enquanto “força de trabalho”, a totalidade do trabalho dos camponeses estão assentadas, além da família, nas relações de ajuda mútua, reciprocidade e solidariedade entre familiares e vizinhos.

O trabalho de campo e a convivência com os assentados foram fundamentais para coleta de informações de base empírica. Inicialmente, foram realizadas visitas ao assentamento e as famílias, em novembro de 2007 e em maio de 2008, com o objetivo de fazer um levantamento prévio de informações. Além disso, foram consultadas algumas fontes secundárias sobre a região.

Para coleta dos dados, foram feitas entrevistas e estágio de vivência junto às famílias, fazendo-se observações do assentamento e levantamentos de informações complementares. Este levantamento ocorreu em janeiro e setembro de 2009 e maio e junho de 2011, correspondendo a um total de 13 famílias entrevistadas, das quais, 5 foram realizados o estágio de vivência, onde podemos acompanhar o trabalho e o cotidiano das famílias.

A convivência com as famílias camponesas foi uma experiência importante, pois, permitiu acompanhar o desdobramento do dia-a-dia do trabalho da família no assentamento, observar a sua jornada de trabalho, as reuniões na hora das refeições ou do chimarrão da manhã e da tarde. Além disso, o contato com muitas famílias do assentamento, numa pesquisa participante, em visitas a noite, durante o dia, nos fins de semana ou mesmo na realização de tarefas (trabalho) junto com os assentados foi fundamental para conhecer a vida e o cotidiano do trabalho dos assentados.

Também, foram coletados dados importantes junto aos órgãos públicos como o INCRA no município de Francisco Beltrão – PR. Em contato com o técnico do INCRA do município, responsável pelo assentamento “16 de Maio” em Ramilândia-PR, foram acessados documentos importantes (atos de emissão de posse) que ajudaram a esclarecer o processo de desapropriação da área que hoje é o assentamento.

Neste sentido, a partir de informações empíricas coletadas de formas diversas, foi possível cotejá-la com uma base teórica fundamentada na obra de Martins (1977, 1990, 2003),

Santos (1978), Chayanov (1974), Oliveira (1991) para afirmar ou criticar concepções e interpretações da unidade produtiva camponesa e o trabalho nela realizado. Tais obras, constituíram-se em referência para interpretar o trabalho dos camponeses no contexto da produção contraditória e desigual de relações não-capitalistas.

CAPÍTULO I

A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO “16 DE MAIO”

A concentração fundiária e a modernização da agricultura são responsáveis por um conjunto de transformações que se desdobraram em problemas aos camponeses dentre os quais se destaca a expulsão e expropriação destes trabalhadores, tornando-os despossuídos da terra.

É neste sentido que surgem as lutas camponesas, como uma resposta à expropriação e expulsão da terra. A posse da terra é o elemento fundamental para a constituição do trabalho dos camponeses, sem esta, a uma descaracterização deste sujeito. Portanto, os camponeses estão em constante luta para garantir o acesso à terra de trabalho. É neste contexto que esta inserida a resistência dos camponeses sem-terra em Ramilândia-PR e a formação do assentamento “16 de Maio”.

Recentemente (década de 1980), os camponeses, organizados nos movimentos sociais, adotaram as ocupações de terras e acampamentos nos latifúndios para pressionar o Estado a resolver o problema da terra e realização da reforma agrária. Dessa forma, surgiram no campo os sem-terra, um “novo” sujeito social com uma identidade construída na trajetória de luta e resistência.

Gohn (1997) identifica os movimentos sociais como ações sociais e políticas arquitetadas por “atores coletivos” em uma circunstância específica de força na sociedade civil. Segundo a autora as ações sociais e políticas desenvolvidas por estes “atores coletivos” nos movimentos sociais desenvolvem, também, a criação de identidades em espaços não institucionalizados.

Neste sentido, Gohn (1997) vai identificar os movimentos sociais através de uma análise política, compreendendo as ações realizadas pelos movimentos sociais como “respostas racionais a um conjunto específico de problemas”, caracterizando-os como políticos.

A principal forma de organização e luta dos camponeses no final da década de 1970 e início da década de 1980, foi nos movimentos sociais, sendo o MST, o movimento de maior amplitude devido sua espacialização, com o intuito de resolver os problemas de posse da terra, através da ocupação dos latifúndios, atingindo e pressionando, de certa forma o Estado.

Fernandes (1996), afirma que o processo de territorialização do MST ocorre através da espacialização da luta pela terra, em que os camponeses organizados no Movimento conquistam uma fração do território.

Segundo Fernandes (1994), a partir de encontros de algumas lideranças, de lutas existentes no sul do país, foi iniciado um debate para definir a possibilidade da formação de um movimento social mais amplo.

Assim, em janeiro de 1983, fizeram um encontro em Chapecó-SC e criaram uma Coordenação Regional Provisória que reunia representantes de cinco estados do Centro-Sul: RS, SC, PR, SP e MS. Nesse ano, foram realizados outros encontros nas cidades de Naviraí e Glória de Dourados-MS, em Araçatuba-SP e em Ronda Alta-RS. (FERNANDES, 1994, p.69).

Esses encontros significaram a formação de um movimento social com amplitude nacional, que tem como objetivo maior a luta por terra e pela reforma agrária. Fernandes (1994) conclui “que aí nasceu o Movimento Sem Terra”, através da articulação de diversos movimentos de luta pela terra que aconteciam em níveis locais. Nesse contexto, foi batizado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Assim, a formação do MST permitiu a articulação das diversas frentes de luta existentes no país, rompendo o “isolamento” geográfico em que cada uma se encontrava, ou seja, as lutas deixaram para trás seu caráter regional para se inserirem num mundo mais amplo de reivindicações e lutas. A articulação em nível nacional dos trabalhadores sem-terra deu maior visibilidade à luta, possibilitando a operacionalização de um conjunto de conquistas.

No processo de luta dos camponeses nos movimentos sociais, surgiram os assentamentos de sem-terra, dentre eles o assentamento “16 de Maio” ao qual estamos analisando. A conquista da terra é condição essencial para a conquista do território camponês que se materializa, fundamentalmente, nos assentamentos de reforma agrária.

A realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na materialização e construção do território camponês. Sem a conquista da terra não ocorre a construção do território camponês, ou seja, sem a conquista da terra, as novas relações sociais de produção (relações camponesas) não podem se materializar no espaço, a não ser, num espaço reduzido, onde foram montadas as barracas dos sem-terra ocupantes. Portanto, as ocupações são um pré-requisito para a territorialização dos sem-terra, pois, a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas.

Segundo Bergamasco *et.al.* (1996) foi no final dos anos 1950 que o termo assentamento começou a ser utilizado, justamente, quando a população do meio rural estava sendo expulsa em larga escala para os centros urbanos.

O termo assentamento rural diz respeito:

[...] A um espaço preciso em que a população será instalada, por um longo período. É uma transformação num referido espaço físico, contendo assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração deste espaço (BERGAMASCO *et.al.* 1997, p. 11.).

Adverte Fabrini (2001) que a realização de assentamentos através de projetos de colonização dirigida (empresas colonizadoras e pelo governo dos Militares) são “ações que tem por fim ordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problemas socioeconômicos”. Entretanto, a partir do final da década de 1970, são desencadeados no Brasil assentamentos oriundos de movimentos sociais organizados através de lutas e ocupações de terras. Segundo Fabrini (2001) “a partir dos movimentos de luta pela terra os trabalhadores rurais, através de ações políticas, vão modificando e acrescentando novos conteúdos ao termo assentamento”.

Com a organização dos movimentos sociais, solidificou-se a luta pela terra, ampliando-se as conquistas dos trabalhadores, sobretudo, por meio das ocupações de terras. Segundo Fernandes (1998) é no contexto das lutas, ocupações de terras e formação dos acampamentos que se “expressam as dimensões dos interesses da classe: como o acesso à terra, a organização do espaço econômico, cultural e político, pela reinserção no processo produtivo, participando da sociedade como cidadãos” (p.70). Desta forma, os assentamentos se caracterizam como espaços políticos.

É neste contexto de luta pela conquista da terra de assentamento que está inserido município de Ramilândia-PR. Neste município foi formado o assentamento “16 de Maio”, resultante da luta dos trabalhadores sem-terra, por isso, é de extrema importância identificarmos e compreendermos como estão sendo construídas estas relações entre os camponeses.

1.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Os movimentos sociais são hoje uma força decisiva no cenário social contemporâneo. No Brasil, surgem cotidianamente inúmeras frentes populares que funcionam conjuntamente, ou, de modo independente, aos partidos políticos de esquerda, com o objetivo de construir uma sociedade livre e humana, baseada na prática da luta cotidiana.

Os movimentos sociais são forjados por indivíduos heterogêneos. Conforme Kärner (1997), quando os movimentos alcançam a expressão da maioria, tomam a forma de um movimento nacional, passando de classes oprimidas a revolucionárias, sobretudo, no quadro das lutas democráticas nacionais.

A representatividade pelas formas políticas tradicionais (partidos políticos e as centrais sindicais), sobre determinadas circunstâncias, denotam a desconsideração das multiplicidades, uma perda das possibilidades de ação política. Portanto, as pretensões das formas tradicionais de fazer política, contribuem para impedir a criatividade social, como obstáculo ao desenvolvimento de novas formas de produção alternativas e de vida social.

As ideias das formas tradicionais de fazer política como aponta Kärner (1997), logram a revolução de ser alcançada exclusivamente através da conquista do poder político. Para este objetivo, “necessita-se estruturar organizativa e decisória vertical e hierarquizada, a qual se representa o oposto do que se quer obter, ou seja, uma sociedade horizontal e igualitária, não hierárquica” (KÄRNER, 1997, p.32).

Assim, os “movimentos sociais tradicionais” surgem enquanto expressão típica da sociedade industrial, na qual, a classe proletária encontrava-se submetida ao mundo da produção e exploração da força de trabalho, “Os movimentos sociais tradicionais” expressam essa contradição fundamental. De acordo com Warren (1987) “a utopia mais expressiva sobre essa realidade foi desenvolvida pelo marxismo-leninismo” (p. 36.).

Segundo Scherer-Warren (1987), ideologia promovida pela corrente teórica do marxismo-leninismo foi à linha condutora dos principais movimentos sociais, aqueles que traziam a classe operária como agente de transformação. Entretanto, correntes teóricas contemporâneas vêm realizando a crítica ao centralismo burocrático, ao autoritarismo e ao dogmatismo revolucionário presentes nos movimentos sociais tradicionais, contrapondo-se a estes movimentos, novos projetos de conquista de autonomia individual e coletiva que permitam a diversidade.

Portanto, movimentos sociais são processos coletivos e de comunicação realizada por indivíduos, contra as circunstâncias sociais existentes, contra forma de alienação e despersonalização crescente, sob as condições sociais do mundo contemporâneo, contribuindo para as mudança na sociedade.

Na medida em que os movimentos sociais incluem tanto a eliminação da alienação¹ cotidiana, quanto à meta da mudança das condições político-econômicas, vão mais longe do que se pode qualificar como movimento político. (HARTMUT KÄRNER, 1987, p.34).

Para Scherer-Warrena identidade dos movimentos sociais contemporâneos é construída a partir de dois fatos:

Primeiro, o reconhecimento do povo (num sentido mais amplo que classe proletária) das condições materiais do capitalismo contemporâneo e de suas variadas e sobrepostas formas de opressão, bem mais amplas do que os antagonismo que ocorrem no mundo das relações de produção (...). Este fato poderá ser denominado “estrutural”. Segundo, a internacionalização de uma cultura crítica que vem penetrando os movimentos populares. Este pensamento crítico está sendo construído a partir de uma insatisfação quanto às formas de opressão e autoritarismo, tanto do capitalismo quanto das tentativas para a sua supressão – o socialismo real. Para esta crítica as idéias anarquistas têm sido valiosas. Princípios que remontam ao anarquismo, tais como democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional e noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva caracterizam as formas de organização e de luta dos “novos movimentos sociais”. Este fato denominado “cultural”. (SCHERER-WARREN, 1987. p. 40.).

O fato “estrutural” apresentado é o que estimula os objetivos, os projetos ou as reivindicações dos movimentos sociais, referentes às necessidades básicas dos indivíduos, bem como direitos de cidadania.

Já o fato “cultural” é que dá a forma da organização e da práxis dos movimentos. E segundo Scherer-Warren (1987) neste ponto se encontra a maior identidade entre “novos movimentos sociais”. Dando o caráter ao que se denomina “novo” nesses movimentos.

A partir do ano de 1964 quando houve uma pausa em termos de organização da sociedade civil, que representou o marco na transição dos movimentos sociais tradicionais e as novas formas de organizações populares. Deste modo, entre os movimentos que assumem um caráter de novo no Brasil, Scherer-Warren (1987) destaca:

¹ Estar alienado significa a perda de controle pelo homem sobre o produto de sua atividade física e mental, perda da possibilidade de livre escolha de um trabalho criativo; redução de todas as ricas formas vitais à mera satisfação da necessidade artificial da posse de objetos; alienação dos outros homens e, em conseqüência, relação de exploração, inveja e ódio, em lugar de confiança e solidariedade mútua. O valor mais alto, de um ponto de vista humanista, é, portanto, o da supressão da alienação, a emancipação universal de todas as formas de miséria e escravidão: política e econômica, matéria e espiritual, externa e interna.

Parcela dos movimentos sócia urbanos, propriamente ditos, as CEBs (comunidades Eclesiais de Base organizadas a partir de adeptos da Igreja Católica), o novo sindicalismo urbano e, mais recentemente, também rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista em fase de organização, setores do movimento de jovens e outros (p.41).

Portanto, torna-se evidente que uma nova cultura política de base é fundamental para os novos movimentos sociais. Esta cultura se constrói a partir dos seguintes aspectos: reação às formas autoritárias de se fazer política, propondo democracia de base; reação às formas centralizadoras do poder, em defesa da autonomia local; reação ao caráter econômico excludente, encaminhando formas de vida comunitária.

Neste sentido, é importante realizar uma discussão geral das lutas que incidiram no campo brasileiro, pois o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge neste contexto, contra a expropriação e subordinação em que os camponeses estavam inseridos. O assentamento "16 de Maio", objeto principal do estudo, surgiu desta luta, portanto, é e extrema importância compreender o contexto dos conflitos no campo brasileiro, pois a luta pelo assentamento esta inserida no conjunto das lutas em geral.

No Brasil, certas lutas sociais no campo são enfrentamentos armados, o princípio de uma guerra civil. O número de mortes é assustador (721 trabalhadores rurais entre 1980 e 1985²). Não são recentes os enfrentamentos armados por conflitos de terra, podem-se citar as lutas no Sudoeste do Paraná e em Trombas e Formosa (Goiás). Anteriormente, os camponeses já enfrentavam o exército brasileiro, nas lutas de Canudos (Bahia) e Contestado (fronteira entre os Estados do Paraná e Santa Catarina). Neste contexto, a violência para com os trabalhadores rurais, está além de uma violência individual, adquire o caráter de violência de classe.

Apenas em 1984, foram registrados aproximadamente 483 conflitos por terra, envolvendo mais de 332 mil camponeses². A partir disto pode-se ter uma avaliação da importância, diversidade e extensão das lutas atuais no campo brasileiro, os quais se impõem contra as condições estabelecidas pelo sistema capitalista.

Anterior ao Golpe Militar de 1964, as manifestações de trabalhadores do campo já eram comuns, através das Ligas Camponesas (Nordeste) do MASTER³ (Rio Grande do Sul).

² GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1991.p.16.

³ Surgiu no Vale do Rio Pardo, movimento que antecipou, no Rio Grande do Sul, as propostas e estratégias do MST na luta pela reforma agrária.

A partir do início dos anos 1980 as manifestações sociais no campo tomam novo fôlego e ressurgem com vigor.

Segundo Grzybowski (1991) percebe-se como característica, dos movimentos sociais no campo, a sua diversificação geográfica e social, com a inserção de diferentes segmentos de trabalhadores e, no mesmo tempo, a não centralidade das lutas.

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. As bases dos movimentos estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária [...] (GRZYBOWSKI, 1991, p.17).

Mas, o autor ressalta que apesar da variedade de formas assumidas pelos movimentos sociais no campo, devido à inserção de diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária, a formação/desenvolvimento dos movimentos acontece devido aos interesses comuns, “no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida”. A identidade em torno dos interesses comuns são condições necessárias para existência e luta dos movimentos.

Grzybowski (1991) relata sobre a emergência dos movimentos de posseiros. Estes, apesar de serem em grande número, são localizados e específicos, pois a amplitude dos movimentos de posseiros é restrita a terra disputada e as famílias de posseiros ali instalados.

Cada movimento, em particular, tem a duração do conflito. Suas ações de resistência são através de “organizações comunitárias, Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e sindicatos”, mas não é a base inicial na luta. Porém, as ações de resistência são decisivas através destas comissões, com o apoio dos sindicatos o qual torna-se imprescindível para atuações que apoiam o movimento.

Para Grzybowski (1991) os movimentos de posseiros compreendem três grandes situações.

Uma característica demonstrada pelo autor é de que a luta dos posseiros pela terra é bem definida, ou seja, os pretensos donos da terra já são conhecidos, principalmente, seus objetivos e interesses, através da resistência dos posseiros “contrapõem a legitimidade da posse á legalidade da propriedade da terra” (GRZYBOWSKI,1991,p.20), há o conflito entre jagunços e posseiros, utilizando-se da violência para impedir a continuidade do movimento.

Quadro 01. **TRÊS SITUAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE POSSEIROS.**

Primeira	Movimentos localizados em áreas tradicionais, de ocupação mais antiga, onde anteriormente predominaram relações do tipo latifúndio-minifúndio: grande parte no Nordeste e certas áreas da região Centro-Sul. A mudança nas relações sociais, sobretudo através da grilagem de terras e da pecuária, acarretando a expulsão dos posseiros, está na origem destes movimentos.
Segunda	Compreende os movimentos de posseiros na fronteira agrícola: Amazônia, Centro-Oeste, Oeste da Bahia e Note de Minas. Nestas áreas a origem da luta é a expropriação dos posseiros por empresas agropecuárias e reflorestamento, no geral favorecidas por incentivos fiscais.
Terceira	Movimento desencadeado nos anos 1970 na região dos seringais no Acre. A mudança das relações baseadas na grade propriedade e no aviamento ⁴ levou os seringueiros a reagirem como posseiros e a se oporem à destruição dos seringais pelas novas empresas agropecuárias.

Org. GONÇALVES, Leandro. D. 2012.

Fonte: GRZYBOWSKI, Cândido. 1991.

Um exemplo ao qual podemos citar foi à chamada “Revolta dos Posseiros”, em outubro de 1957, no Sudoeste do Paraná, mais especificamente em Francisco Beltrão, ocorreram conflitos entre os colonos, provenientes, sobretudo, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a Clevelândia Industrial e Territorial LTDA (CITLA), empresa madeireira e imobiliária.

Segundo Zanoni (1987), a população possuía apenas a posse das terras e não os direitos reconhecidos pelo Estado, assim, atribui-se à CITLA, o cargo de efetivar a colonização deste território, tornando-os proprietários de grande parte da região.

Muitos colonos resistiram, fazendo com que as empresas usassem outros métodos, contratando jagunços para lhes fazer ameaças, o que os levou a uma organização política, ocuparam as instalações da CITLA, localizada em Francisco Beltrão, efetivando um movimento de repercussão em nível nacional.

⁴ O aviamentos consiste no adiantamento das mercadorias necessárias aos seringueiros (alimentos, roupas, materiais de caça e de trabalho) em troca do látex extraído. GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1991.

Em 1960, João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que havia uma forte presença do exército, com a intenção de executar trabalhos para a efetivação da regularização das terras, contribuindo para vários outros fatores, dentre eles o setor educacional.

Outro fato que merece destaque é que o movimento dos posseiros, gerado pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, em sua grande parte são expropriados ou explorados ao se integrarem no mercado. Embora Grzybowski (1991) destaque que este movimento possua algumas fragilidades por ser “politicamente isolado”, é a partir dos posseiros que nascem às primeiras frentes de lutas contra a expropriação.

Outro movimento que podemos citar é dos atingidos pelas barragens, uma luta pela propriedade da terra e contra a expropriação, porém, conduzida por diferentes atores. Não são os grandes latifundiários, jagunços, empresas industriais e comerciais que estão se territorializando nestes espaços, e sim, as grandes empresas estatais.

Este movimento, está ligado ao processo de construção de barragens para geração de energia elétrica. Grzybowski (1991) destaca algumas, coligadas a ELETROBRÁS: CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL, ITAIPU BINACIONAL, além destas, não podemos esquecer-nos das barragens hidrelétricas, onde a desapropriação baseia-se na utilidade pública, acarretando a expulsão de uma significativa quantidade de camponeses, em troca da territorialização de empresas.

O aspecto que mais se enquadram no movimento das barragens é o sócio-cultural, ou seja, buscam defender seu território, lutam pelas terras, opondo-se a construção das barragens, para que não se perca as relações ali envolvidas como de parentesco, de amizade, de vizinhança, das escolas, das igrejas e de locais de entretenimento e lazer dos moradores.

Outro elemento que caracteriza este movimento, é o conjunto social, não são apenas camponeses que lutam pela permanência em suas terras, mas também, comerciantes, artesões, assalariados, pequenos proprietários, posseiros, entre outros. Ambos possuem o mesmo objetivo, lutam pelas mesmas causas, contudo, a luta depende, maiormente, da reação dos camponeses, pois são os mais atingidos.

Neste sentido, o autor destaca três frentes de movimentos de barragens, as quais tiveram formações distintas.

- 1) Barragem do Rio São Francisco, localizado no Nordeste. Companhias responsáveis: CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Ambas foram à causa da desapropriação de milhares de trabalhadores, especialmente os

pequenos produtores, isto acarretou a organização dos movimentos, a partir da Igreja e Comissão Sindical Integrada, primordiais para o início desta luta que perdura até os dias atuais.

- 2) Barragem na Bacia do Rio Paraná e Uruguai. Com a Itaipu e o Projeto ELETROSUL, ambos envolvendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No movimento contra a construção da Itaipu, houve uma articulação com as CEBs, “os movimentos desenvolveram formas de democracia de base e ação direta, dando grande capacidade de mobilização e respaldo as lideranças” (GRZYBOWSKI, 1991, p.29); Já o movimento contra o Projeto ELETROSUL, articulou representantes dos Estados envolvidos, acarretando abaixo assinado.
- 3) Barragem de Tucuruí pela ELETRONORTE atingiu, sobretudo, os posseiros, na qual os métodos adotados pelo movimento em busca de formas de resistência não foram muito eficazes.

Dentre os três movimentos apontados pelo autor, o terceiro foi o que menos teve resultado. Já os dois primeiros, através de encontros, acampamentos com reivindicações, centrados nas indenizações, obtiveram ganhos significativos, porém, perderam-se as relações sócio-culturais que haviam estabelecido por anos, havendo a migração para novos espaços, se reterritorializando, ou seja, construindo novos laços, novas relações. Esta luta, bem como as lutas indígenas, dos operários no campo, movimento dos camponeses integrados, dos posseiros e dos sem-terra, são fundamentais para que milhares de famílias conquistem um pedaço de chão para a sua sobrevivência e, principalmente, propiciem as transformações sociais necessárias em nosso país.

1.2. O SURGIMENTO DO MST E O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA NO ESTADO DO PARANÁ

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido pelo nome de Movimento Sem Terra – MST é uma das principais referências atuais quando se debate as formas atuais de organização e mobilização camponesa. Segundo Grzybowski (1991), este movimento possui uma profunda articulação entre os diversos movimentos de luta pela terra

em oposição á expropriação imposta pelo capitalismo. Este movimento possui uma estrutura baseada na própria organização do movimento com o apoio da Igreja.

Segundo Roos (2007) o MST surgiu das diferentes frentes de lutas que estavam ocorrendo no sul do país. Fato que veio se consolidar em um encontro realizado no município de Cascavel/PR no ano de 1984, onde centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país.

O surgimento do MST originou-se muito antes destes fatos, as lutas se iniciaram através dos indígenas que se levantaram contra a mercantilização e apropriação das terras pelos portugueses. Além deste, podemos citar a resistência dos quilombos ou da guerra de Canudos e do Contestado e outros movimentos que serviram como exemplo para a organização deste movimento.

O autor complementa dizendo.

O MST surge com a proposta de articular estas diversas lutas que vinham ocorrendo em todo o país. (...) Com seu caráter popular o movimento passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses e também apresentou novas formas de luta como as ocupações, passeatas, etc. (ROOS, D. 2007. p.23.).

O movimento conta com milhões de trabalhadores rurais sem terra no Brasil e, desde sua fundação esta baseada em três objetivos: lutar pela terra; lutar pela reforma agrária e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna⁵.

Conforme o site oficial do MST, o movimento está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país. “No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais”⁶. Após a conquista da terra, estas famílias permanecem organizadas no MST, isto foi visível no assentamento “16 de Maio”, no geral, as famílias assentadas desejam que outras sejam beneficiadas pela Reforma Agrária e entendem que devem permanecer organizados no movimento para que haja maior repercussão. Além disso, conseguem acesso a financiamentos agrícolas com mais facilidade.

Junto com o apoio da Igreja Católica e outras que o apoiam, o movimento busca medidas e alternativas por meio de ocupações de áreas, organizando acampamentos para que o Estado lhes garanta o acesso à propriedade da terra, se reintegrando como pequenos

⁵ Publicado em 7 de julho de 2009 pelo site oficial do MST: <http://www.mst.org.br>

⁶ Estas informações foram atualizadas em 2009, não possuem autor, porém, é uma fonte rica em informações sobre a trajetória do MST.

proprietários. O que leva ao Estado a intervir, por meio de políticos, policiais, INCRA, ou seja, organizações, que representam, sobretudo, os interesses de grandes proprietários.

De acordo com Grzybowski (1991, p.23).

A origem do movimento está associada às ações de resistência e às ocupações de terras por grupos e trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações em curso na Região Sul e precariamente reintegrados na produção. Recusando a proletarização (e isto é muito importante para compreender o movimento), no campo ou na cidade, e não podendo mais reproduzir a pequena produção na fronteira agrícola (...).

Isso ocorre pela falta de recursos técnicos e financeiros, além dos conflitos já existentes, o que resta aos agricultores é luta pela terra, porém, com a crise econômica e a alternativa de voltar ao campo, muitos acabam migrando para outras cidades em busca de alternativas de sobrevivência, mas não se desvinculando do movimento, isto é visível no Estado do Paraná, onde as expropriações de camponeses que possuíam pequenos estabelecimentos agrícolas, não resistiram às mudanças ocorridas (modernização agrícola), obrigando-se a vendê-los e migrar para a cidade ou novas áreas de expansão agrícola.

De acordo com o site oficial do MST, informações publicadas em 2009, a luta pela Reforma Agrária não é apenas em âmbito nacional, porque os empecilhos para a democratização do acesso a terra faz parte também dos movimentos do capital financeiro internacional.

Além disso, os benefícios deste movimento são indiscutíveis, conforme informações do site até 2009 existiam mais de 400 associações e cooperativas que trabalhavam de forma coletiva, para produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos. Ainda, até aquele momento, em torno de 96 agroindústrias melhoram a renda e as condições do trabalho no campo, oferecendo alimentos de qualidade e baixo preço nas cidades. Construíram 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos garantindo o acesso à educação à mais de 160 mil crianças e adolescentes sem terras, alfabetizaram 50 mil adultos e jovens nos últimos anos, além disso, conseguiram mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades por todo o Brasil. Isto resume “Uma realidade para 350 mil famílias que conquistaram a terra e resgataram sua dignidade ao longo destes 25 anos”⁷.

As lutas no campo no Estado do Paraná também estão relacionadas, principalmente, a questão da posse da terra. Dentre as lutas que marcaram o início da organização camponesa no Paraná Roos (2007, p. 28.) destaca a Guerra do Contestado, Guerrilha de Porecatu e a

⁷ Publicado em 7 de julho de 2009 pelo site oficial do MST: <http://www.mst.org.br>

Revolta do Sudoeste. Estas estão inseridas num contexto de mudanças ocorridas na agricultura, ou seja, com a modernização agrícola, foram expulsos milhares de trabalhadores do campo, levando a migração de muitas famílias em busca de novas terras e condições melhores de vida e a concentração intensiva de terras. Assim, concordamos com Fabrini (2001) ao destacar que “não se trata necessariamente de expropriação dos trabalhadores rurais, mas de mudanças que levaram à expulsão, pois estes trabalhadores não eram os proprietários da terra” (p. 76).

Conforme Ross (2007) a partir do final da década de 1970, outro elemento que leva a expropriação de trabalhadores do campo, no Estado do Paraná é a construção de complexos hidrelétricos.

Na construção de hidrelétricas, o Estado buscou garantir o desenvolvimento de uma determinada classe social, deixando para segundo plano os atingidos pelas obras das barragens. Um dos problemas causados aos pequenos proprietários afetados pela construção desses complexos hidrelétricos foi o não pagamento justo das indenizações. Um conjunto de transformações políticas, econômicas e técnicas (abertura política, acirramento dos conflitos, etc.) criaram condições para o crescimento das mobilizações dos trabalhadores do campo (p.31).

Assim, no final da década de 1970, surgem no Paraná importantes mobilizações realizadas pelos trabalhadores afetados pela construção de usina hidrelétrica⁸. Esta organização dos agricultores, conforme Roos (2007) foi extremamente importante para à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Através desta mobilidade e posteriormente com a ajuda da CPT, Roos (2007) destaca a formação do “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava a indenização das terras, bem como o reassentamento das famílias no próprio Estado do Paraná. Outro movimento que surgiu no contexto de mobilização dos agricultores sem terra que foram expulsos pela Itaipu, foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), com o objetivo de reforma agrária, buscando o direito à posse da terra e recursos para a permanência na mesma.

Estes movimentos de luta pela terra que surgiram no início da década de 1980 no estado do Paraná eram de âmbito local/regional, entretanto, foram decisivos e impulsionaram o surgimento do MST, o qual luta não somente pela terra, mas também pela reforma agrária, como destacamos no decorrer do texto.

Assim, os trabalhadores lutam pela reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias para que haja uma distribuição de renda mais justa neste país, colocando em

⁸ Neste caso, estamos nos referindo à construção da Usina Hidrelétrica da Itaipu.

prática o lema ao qual adotaram “Ocupar, Resistir e Produzir”, lutando pelo direito do povo, e não dando aos mercados o direito de definirem o que produzir, garantindo, dessa forma, a alimentação de toda população com o intuito de proporcionar condições dignas de vida no campo, bem como, na cidade.

É por estes motivos que achamos necessário resgatar a história de formação do assentamento “16 de Maio” no município de Ramilândia-PR, formado a partir de lutas realizadas pelo movimento dos sem-terras, afim de destacar o trabalho dos camponeses, o qual apresenta visivelmente, através dos trabalhos de campo, uma característica não-capitalistas, embora esteja inserido no processo geral da acumulação capitalista.

1.3. RAMILÂNDIA: DO SURGIMENTO DO MUNICÍPIO AO ASSENTAMENTO “16 DE MAIO”

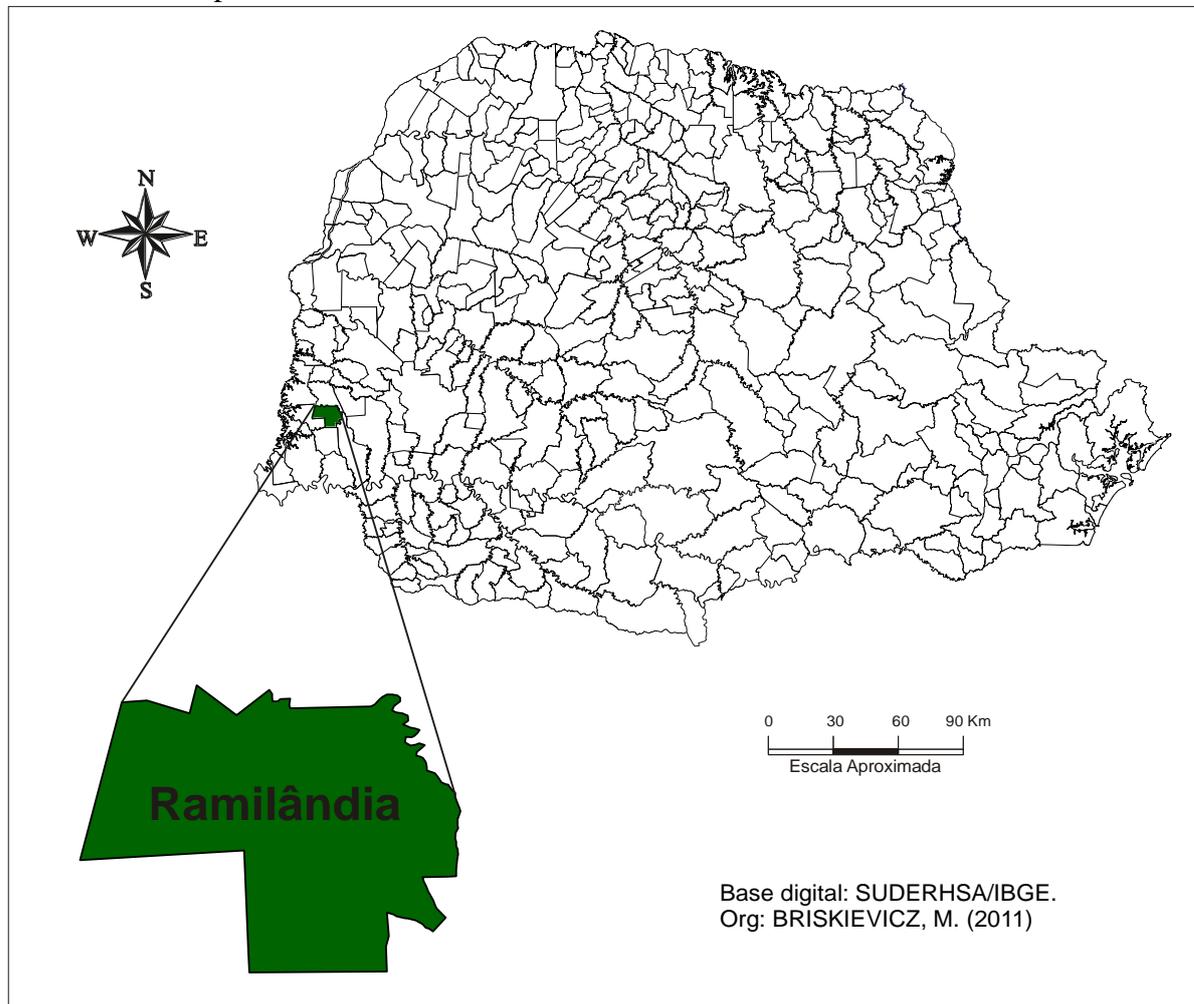
Ramilândia localiza-se no Oeste do Paraná (Mapa 01). Tornou-se município através da lei nº 9.562 no dia 30 de janeiro de 1991, desmembrando-se da cidade de Matelândia-PR. O aglomerado urbano, hoje sede do município, surgiu em função de três grandes fazendas: Fazenda Rami, Padroeira do Brasil e Água Cristalina. Em função de seu tamanho e de ser o “Rami” a principal cultura explorada nos primeiros tempos, a Fazenda Rami deu origem ao nome do município de Ramilândia.

Um dos primeiros pioneiros a chegar à região, em agosto de 1960, foi à família do Sr. João Gonçalves da Fonte e Maria de Lurdes Orbolato de Fontes, casal que tem origem de Alvorada do Sul/PR. Outro pioneiro é Sr. Sebastião Dino Dias, natural de Brazópolis – MG que chegou à região de Ramilândia em 1965.

Mais tarde, com a implantação da cultura do café, chegaram a trabalhar 1.500 famílias na Fazenda Rami, no sistema de colonato. Estas famílias são provenientes, principalmente, dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, migraram à procura de trabalho e melhores condições para viver.

Ao longo dos últimos anos, o município de Ramilândia-PR, perdeu significativa população, especialmente por possuir grande parte da população, vivendo nos espaços rurais, tendo como estopim para a expulsão dos trabalhadores os processos de mecanização e a exploração da pecuária extensiva.

Mapa 01

MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA/PR

O município, em 1980, contava com, aproximadamente, 11.000 habitantes, em 1991, havia apenas 4.757 habitantes, segundo dados do IBGE (2000), em 2000, a população total era de 3.868 habitantes, e segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010 a população total do município é de 4.134 habitantes (Tabela 01), ou seja, conforme os dados há uma diminuição da população até o ano de 2000, após 10 anos há um aumento, embora percebessem que este é um aumento baixo, comparado ao crescimento nacional, ou seja, aumentou apenas 266 indivíduos em 10 anos. Desse total, a população que reside no espaço rural é praticamente a mesma da cidade, correspondendo a 50,6%. Há mais homens do que mulheres, porém, este quadro muda comparado aos indivíduos que vivem no espaço urbano, a predominância é das mulheres.

Tabela 01 **POPULAÇÃO SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO – 2010**

Tipo de domicílio	Masculino	Feminino	Total
Urbano	998	1.045	2.043
Rural	1.126	965	2.091
Total	2.124	2.010	4.134

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Elaboração: GONÇALVES, L.D.(2012).

Entre outros motivos que explicam esta diminuição da população, evidencia-se o fato da estrutura fundiária apresentar índices de elevada concentração de terras, somados a modernização da agricultura e a mudança da cafeicultura, que o passado utilizava muita mão de obra. Na pecuária, que se utiliza pouca mão de obra.

O cenário do latifúndio na região e município de Ramilândia-PR é uma, entre outras, características motivadoras do agravamento do quadro social, que possui baixíssimo IDH. A estrutura fundiária centrada é possível verificar pelos dados do censo agropecuário do IBGE (1995/96), tabela 02.

Tabela 02 **ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE RAMILÂNDIA/PR – 1996**

Estratos de área	Nº de imóvel	Nº de imóvel %	Área do imóvel em %
Menos de 10 ha	84	31	1.4
10 a < de 100 ha	146	53	27.6
100 a < de 200 ha	18	6.5	9.3
200 a < de 500 ha	17	6	20.4
500 ha e mais	9	9.2	41.3
Total	274	100	100

Fonte: Censo agropecuário (IBGE, 1995-1996).

Elaboração: GONÇALVES, L. D. (2009).

Na tabela 02 verifica-se que os estabelecimentos de menos de 10 ha correspondem a somente 1,4 % das terras rurais do município de Ramilândia-PR. O maior número de imóveis se encontra na faixa de 500 ha e mais.

Algumas conclusões podem ser realizadas a partir das tabelas anterior, 84,3% das propriedades rurais de menos de 100 (ha) ocupam uma área de 29% das terras. Os 15,7% restantes das propriedades acima de 100 ha ocupam 71% das terras do município.

Ao analisar as partes extremas da tabela 02, verifica-se, que 31% das propriedades rurais ocupam 1,4 % das terras. Já na outra extremidade identifica-se que 9,2% das propriedades ocupam uma área correspondente a 41,3 % das terras. Estes dados caracterizam o grau da concentração fundiária.

Para os proprietários de latifúndios e agronegócios, a terra tem como objetivo principal a especulação imobiliária e produção para obtenção de lucro. A intensa demanda por terra na região do Oeste do Paraná, associado com percentual de produtividade fazem com que o preço da terra alcance índices elevados.

As lutas sociais organizadas por camponeses expropriados contra os latifúndio são cenas presentes no município de Ramilândia-PR. No final de 1998, ocorreram as primeiras reivindicações pela desapropriação da fazenda Banhadão. O argumento por parte dos camponeses estava fundamentado na improdutividade das terras da fazenda, descumprindo a sua função social.

O ano de 1998 foi um marco da luta no município de Ramilândia-PR, pois, foi neste ano que se formou o acampamento denominado Roselito, montado na fazenda Banhadão. No início do acampamento existiam 200 famílias organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

Mas, a conquista da terra de assentamento não se deu de forma pacífica e foram muitos os enfrentamentos, inclusive conflitos internos. Segundo dados da CPT/PR (2003), os coordenadores (MST) do acampamento começaram a cobrar dinheiro das famílias acampadas para que pudessem permanecer no local. Sem nenhuma discussão com as famílias, os primeiros coordenadores vendiam lotes (sem ao menos terem ainda o conquistado), madeiras, cobraram dinheiro das famílias e destruíram barracas das famílias acampadas que não concordassem com o que lhe eram impostas, forçando-as a abandonar o acampamento.

Toda essa trama que se encontrava o acampamento Roselito gerou descontentamento por parte das famílias, que procuraram a coordenação Estadual do MST para intervir na área. No dia 04 de novembro de 2000, foram removidos os coordenadores acusados de vender madeiras e cobrança de dinheiro, sendo então organizada uma nova coordenação para o assentamento, que discutiu com as famílias um regimento interno que coibisse as irregularidades até então cometidas pelos antigos coordenadores.

Ocorreram também intensos conflitos entre os acampados e a elite política do município de Ramilândia-PR. Segundo depoimento dos assentados, os quatro anos de luta no acampamento foram vencidos pela união, solidariedade e persistência.

A luta dos acampados do Roselito desdobrou-se na conquista do assentamento “16 de Maio”. O assentamento é formado por 220 famílias que ocupam uma área de 4.270,56 ha. A área dos lotes corresponde a 2.986,23 ha, área de reserva legal a 1.034,39 ha, área de preservação permanente a 189,85 ha, estradas a 52,74 ha e área comunitária a 7,35 há (INCRA, 2003). As áreas desapropriadas para a formação do assentamento correspondem a “fazenda Banhadão I”, “Fazenda Banhadão II” e “Colônia Rio Quarto”, respectivamente com áreas de 762,30 ha, 2.165,6334 ha e 215,10 há.

Segundo dados do INCRA (2002), as propriedades foram destinadas para fins de Reforma Agrária, em outubro de 2001. Os atos de emissão de posse pelo poder judiciário se encontram na comarca de Matelândia-PR, sobre os registros nº 230/2001 Colônia Rio Quarto e nº 35/2002, nº231/2001 Fazenda Banhadão I e II, respectivamente de propriedades de João Tetsuro Itimura e Susumo Itimura.

Após a emissão de posse, começou o trabalho de demarcação das terras e distribuição das famílias no assentamento pelos funcionários do INCRA, gerando outro impasse, pois, os assentados argumentavam que o INCRA não considerava a decisão das famílias assentadas que já havia feita uma distribuição prévia dos lotes. Impasses ocorreram, também, nos financiamentos para o assentamento e as famílias. Os recursos financeiros despertaram o interesse do poder público local em controlar os financiamentos e a assistência técnica para os assentados.

Para conseguir o controle e desestabilizar o assentamento, o poder público local estimulou a introdução de traficantes de drogas entre os assentados (CPT/PR, 2003). Isso foi facilitado, porque a região do assentamento fica próximo da fronteira com o Paraguai e Foz do Iguaçu, caracterizada pela existência de narcotraficantes. Para os traficantes imporem seus interesses teriam que acabar com o regimento das famílias assentadas, facilitando assim, ao poder público local dominar os recursos vindos da Reforma Agrária (CPT/PR, 2003).

Segundo informações da CPT/PR (2003), os traficantes organizaram um grupo armado que veio de Foz do Iguaçu, articulada a pessoas do município de Ramilândia-PR contrária à presença dos sem-terra e, desenvolveu uma ação de vandalismo destruindo duas casas na sede do assentamento, no dia 20 de dezembro de 2002. Nesta casa, moravam lideranças do MST, como Maria Salete Bak, da direção Estadual do MST, que teve seus pertences pessoais retirados e jogados no pátio da prefeitura de Ramilândia-PR.

Em vista dessa situação, os assentados procuraram a polícia local, que se negou a atendê-los. No dia 22 de dezembro de 2002, reuniu-se um grupo armado, entre eles, o Prefeito do município, o Secretário de administração e o assistente de segurança, que delataram os

nomes dos coordenadores do assentamento para os bandidos. Segundo CPT/PR (2003) a orientação era para matar os líderes do assentamento.

Nesse mesmo dia, a polícia decretou, informalmente, um toque de recolher para as famílias do assentamento. Ninguém poderia andar nas estradas do assentamento das 19h00min h às 06h00min h da manhã, uma vez que, os bandidos iriam fazer rastreamento na área. Neste episódio, foram ouvidos pelos assentados muitos tiros de intimidação no assentamento. O grupo armado matou animais dos assentados e ameaçaram as famílias que considerassem inimigas.

Segundo publicação da CPT/PR (2003), a estrutura que o grupo usava era da prefeitura: recebiam marmita, lanches e bebidas da primeira Dama do município, e a administração municipal fazia o papel de divulgar para as autoridades externas que se tratava de briga interna dos assentados, para esconder a verdadeira guerra contra as famílias do assentamento “16 de Maio”.

Tendo em vista esse clima de guerra, as famílias assentadas pediram apoio aos outros assentamentos e acampamentos da região. No dia 14 de janeiro 2003, mobilizou-se em torno de 700 pessoas contra as atrocidades até então cometidas. No final da tarde, os manifestantes foram em marcha até a sede do assentamento, para darem um basta ao grupo armado e chamarem a atenção das autoridades responsáveis.

Alguns dias depois, em resposta à mobilização dos assentados, mais especificamente, no dia 29 de janeiro de 2003, o assentado Nelson Alves de Souza que retornava da cidade de Ramilândia-PR, foi emboscado a 7 km da sede do assentamento, onde foi assassinado.

Com a tentativa de resolver os impasses ocorridos, no dia 08 de fevereiro de 2003 aconteceu uma auditoria pública no município, que contou com as presenças da Ouvidoria Agrária, Ministério Público Federal do Paraná, Ministério Público Estadual de Matelândia-PR, Delegacia de Matelândia-PR, Procuradoria do INCRA de Curitiba-PR e de Cascavel-PR e autoridades municipais. Havia também, a participação de mais de 700 pessoas do assentamento “16 de Maio”, assentamentos da região e sociedade civil do município.

Nesta audiência determinou-se uma ação e processo judicial com os seguintes encaminhamentos: a exclusão do assentamento de seis famílias envolvidas diretamente nos conflitos para tomar a sede do assentamento e oito famílias envolvidas indiretamente. As ações judiciais estão até os dias atuais em processo federal, aguardando a apuração dos responsáveis pelos crimes cometidos no assentamento.

Estas e outras violências e mazelas fazem parte da história de luta dos camponeses do assentamento “16 de Maio”. Isso evidencia que a violência utilizada por parte de segmentos

proprietários e da elite municipal de Ramilândia-PR se caracteriza enquanto fato, também, no Brasil do século XXI. E não são apenas características das áreas de fronteira, a violência no campo é figura marcante no cenário do Oeste paranaense.

Nos tempos atuais, conforme verificamos a partir dos dados do IBGE publicados em 2010, podemos identificar o número de domicílios e comparar as propriedades quer foram ocupadas, as coletivas, as particulares, as não ocupadas e de uso ocasional.

Podemos identificar a partir da tabela 03, que os domicílios particulares são predominantes, tanto no espaço urbano como no rural. A categoria colocada pelo IBGE⁹ como ocupados corresponde aos trabalhadores do assentamento “16 de Maio” representando 41,6% do total dos domicílios, valor significativo e, espaço conquistado após anos de reivindicações e lutas dos trabalhadores.

Tabela 03 - **NÚMERO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO USO E TIPO - 2010**

Domicílios	Urbana	Rural	Total
Coletivos	1	-	1
Particulares	683	719	1.402
Ocupados	623	614	1.237
Não ocupados	60	105	165
De uso ocasional	5	55	60
Vagos	55	50	105
Total	1.427	1.543	2.970

Fonte: IBGE – Censo demográfico
Elaboração: GONÇALVES, L. D. (2012).

Neste contexto de lutas e enfrentamentos pela conquista e manutenção da terra que será estudado o trabalho dos camponeses do assentamento “16 de Maio”. É na terra de assentamento que são criadas e recriadas relações não-capitalistas de produção, a realização do trabalho e apresentando características que o diferencia do trabalho realizado na produção

⁹ Para o IBGE, domicílio é o “local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência se entende quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Só caracteriza-se corretamente domicílio quando forem atendidos simultaneamente os critérios de separação e independência”.

tipicamente capitalista. A organização e realização do trabalho dos camponeses apresentam características que os diferencia da organização do trabalho assalariado.

O trabalho sempre foi importante na criação do valor, mas assumiu centralidade no modo de produção capitalista, quando foi concebido/instituído como mercadoria. Mas, nem sempre o trabalho foi concebido como mercadoria, em modos de produção “passado” ele possuía outra natureza organizativa. Até mesmo no capitalismo, a relação de trabalho assalariada não é única e pura, pois as relações contraditórias e desiguais do modo de produção capitalista permitem a recriação de uma organização do trabalho não-capitalista. Este é o caso do trabalho dos camponeses.

1.4. A COMPREENSÃO DE TRABALHO A PARTIR DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

A partir do caderno de formação nº 11 “Elementos sobre a teoria da organização no campo” publicado em Agosto de 1986 pelo Movimento dos trabalhadores rurais (MST) e escrito por Clodomir Santos de Moraes, pretende-se realizar um comparativo sobre a compreensão da organização do trabalho sugerida pelo movimento, e o entendimento dos camponeses no assentamento “16 Maio” em Ramilândia- PR.

O caderno de formação nº 11 tem a intenção de solucionar problemas relacionados à organização do trabalho, da comunidade e de toda produção agrícola, ou seja, seu objetivo principal é discutir os “problemas” na organização dos trabalhadores, sobretudo, após a conquista da terra nos projetos de assentamentos.

O movimento deixa evidente que o conteúdo exposto no caderno de formação nº 11 deve ser debatido e discutido por todas as lideranças nos assentamentos, pelo movimento, pelos responsáveis pela assistência técnicas e agentes pastorais. Dando a entender, o total interesse que os assentados sigam, veemente, este modelo de organização do trabalho, baseada na intensificação da divisão do trabalho com inserção no mercado capitalista.

O pressuposto de o movimento organizar um caderno sobre a organização do trabalho e ter a preocupação de torna-lo efetivo, traz o indicativo de que as áreas de assentamento conquistadas, os assentados estão organizando conforme sua própria compreensão de trabalho no campo. Esta organização dos camponeses é diferente da linha política do Movimento.

A linha política do movimento sem terra é de organizar a cooperação agrícola nos assentamentos, como a principal forma de resolver os problemas sociais, econômicos e manter os trabalhadores organizados nas novas áreas. Deixando evidente, que a compreensão de trabalho dos assentados diverge com a do movimento.

Morais (1987) ressalta a ideia que existia um trabalho primitivo, denominada pelo autor “divisão natural do trabalho” e o mesmo se dividiam da seguinte forma: “o trabalho mais pesado (a guerra, a caça de animais de grande porte, etc) era tarefa dos homens adultos enquanto o trabalho mais leve cabia à mulher, aos anciãos e às crianças (...) e este regime se denominava Comunal Primitivo” (p.7).

A organização do trabalho pelo núcleo familiar e as características das atividades não são elementos do passado. As famílias do assentamento “16 de Maio” e a agricultura camponesa, no geral, se utiliza desta forma de organização, possuindo como elemento central a família. Afirmar que este modelo de organização do trabalho é de certa forma, “primitivo” indica que o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) busca combater, em seus assentamentos, a organização do trabalho regida pela família.

Sabendo o que deve ser combatido (organização do trabalho pela família) o autor destaca o histórico linear da evolução do trabalho na sociedade. Desde a **divisão social do trabalho**, criação da **mercadoria**, **economia mercantil simples**, **valor da mercadoria**, **organização do trabalho** e finalizando com **economia mercantil capitalista**. De forma linear, apresenta que a história da organização do trabalho só pode ter um fim, o Sistema capitalista de produção e seus trabalhadores individualizados.

Morais (1987) escreve sobre o “valor da mercadoria” não deixando muitas alternativas aos assentados pelo movimento no que se refere à produção. Sugeriu-se, de forma única, que para se permanecer no campo deve se aderir à modernização da agricultura – melhoria dos instrumentos do trabalho-. Sem está, os produtos não vão alcanças preços significativos no mercado capitalista.

É possível que um marceneiro gaste três meses de trabalho fabricando uma cadeira (...) e que outro marceneiro com mais habilidade e **melhores instrumentos de trabalho** fabrique este tipo de cadeira em apenas três dias. No momento de vender a cadeira o primeiro marceneiro pede Cz\$ 2.700,00 (...). Ninguém quer comprá-la por ser muito cara. (...) os compradores dizem que o máximo que podem dar por tal cadeira é Cz\$ 150,00 porque **este é o preço de uma cadeira**, o marceneiro reage furioso: - A vender esta cadeira por uns miseráveis Cz\$ 150, 00, eu prefiro ficar com ela ou **presenteá-la a um amigo que a use**. [...] (MORAIS, 1987, p. 07.). **Grifo nosso**.

Em **melhores instrumentos de trabalho**, Morais que representa o MST, faz uma crítica ao baixo desenvolvimento tecnológico empregado na produção camponesa. Ou seja, o caminho sugerido é o da modernização dos instrumentos de trabalho. Já quando comenta que **este é o preço de uma cadeira**, se refere que este é o preço de uma cadeira atribuído pelo mercado capitalista. Portanto, sugere sua integração ao mercado. No grifo **presenteá-la a um amigo**, faz uma crítica a economia solidária que permeia nos assentamentos. E por último **a use**, torna evidente que o movimento quer uma produção que tenha valor de troca e não de uso. Porque parcela significativa da produção camponesa tem, em primeiro plano, um valor de uso, economia de autoconsumo e subsistência.

Morais (1987) vai além ao que se refere à organização do trabalho dos camponeses e faz uma crítica a organização do tempo de trabalho. Segundo o autor.

Entre os camponeses (...) as unidades de tempo são indefinidas e em geral são longas: um “momentinho”, um “momento”, meio dia, uma semana, a próxima lua nova, a colheita, etc. Já entre os operários de uma fábrica o tempo se mede em segundos, minutos, uma hora, etc. (MORAIS, 1987, p. 09.).

Com o desenvolvimento da economia mercantil o tempo também passa a ter valor. Então, ninguém quer “perder” tempo, pois é “perder” dinheiro. Então a solução sugerida pelo autor é a especialização. Um exemplo é o das cooperativas agrícolas do MST, em que cooperar e trabalhar coletivamente se resume com aumento da divisão do trabalho, especialização e organização do tempo de trabalho (horas, minutos e segundos).

Apesar das cooperativas organizadas pelo MST ter um caráter político: mostrar pela produção que a reforma agrária pode dar certo; está na contramão do que as famílias assentadas entendem por organização do trabalho, por isso, há recusa de muitos assentados em trabalhar nas cooperativas.

Mas, a crítica à organização do trabalho dos camponeses, está evidente no caderno de formação nº 11 do MST, demonstrando a ideia de proletários do campo, a transformação de camponeses em operários, somado com a inserção total ao mercado capitalista e ratificando que as cooperativas agrícolas do MST, não surgiram como uma nova forma de cooperação, mas para disputar no mercado, parte da apropriação da renda da terra e mais-valia.

Sobre a divisão do trabalho refere-se o texto dizendo.

Uma roupa passa pela mão de dezenas ou centenas de homens de uma fábrica, cada um faz uma pequena parte da roupa, da mesma forma que um

uma grande plantação de bananeiras. Ali, cada trabalhador agrega uma parte de trabalho na produção de cachos de babas; uns irrigam, outros semeiam, alguns capinam, outros podam, uns pulverizam, outros transportam, etc. em uma plantação de bananas, assim como numa fábrica, pode existir centenas e divisões do trabalho (MORAIS, 1987, p. 09).

De forma sugestiva, o caderno de formação organizado pelo MST, tenta demonstrar que a organização do trabalho nos assentamentos pode ser como a de uma fábrica, movido pelo relógio, inserido no mercado e especializado.

No caso do assentamento “16 de Maio”, desde 2009, as lideranças do MST tentam implantar, sem sucesso, uma cooperativa agrícola para a produção de leite. Apesar de todas as famílias trabalharem na produção de leite, a uma recusa de não organizar esta cooperativa.

De modo geral, as famílias não querem se submeter às imposições das cooperativas, como: metas de produção, qualidade e tecnologia. A cooperativa deverá provocar mudanças na organização do trabalho desdobrando-se na sua divisão e tempo de trabalho e, principalmente, nas decisões tomadas em sua propriedade.

A consolidação da cooperativa agrícola no “16 de Maio” era tida como certa pelas lideranças do MST. Em reunião com um dos líderes, agosto de 2010, as suas palavras eram de que a cooperativa iria se realizar “quem não participasse da discussão estaria fora”.

Estar fora tinha um nome no assentamento, “amarelinho”. Amarelinho, era o caminhão da mudança em que o movimento despejava a quem se impusessem as decisões tomadas. Nome pouco comentado no assentamento, em que as famílias tinham temor em falar.

Desde o primeiro trabalho de campo feito em 2009 este nome (amarelinho), sempre comentários curtos e com poucas explicações, mas, em 2010, ao entrevistar uma família que estava sobre ameaça de despejo, pudemos compreender o que era. Entendemos que para o despejo o MST tenta inviabilizar acesso a financiamentos, fazendo com que a família esteja em situação precária, para forçar sua saída.

A cooperativa para produção do leite não foi a primeira tentativa de mudança na organização do trabalho dos assentados do “16 de Maio”. Antes o movimento tentou implantar agricultura agroecológica, que também foi negada. Percebe-se que os assentados recusam qualquer projeto que possa subjugar suas decisões para com sua propriedade (agroecologia), e qualquer forma de produção que não tenha como núcleo central a família camponesa (cooperativa).

Mas, o MST não é apenas negado pelas famílias assentados no “16 de Maio”. As famílias tem consciência que sem o movimento não teriam conseguido conquistar um “pedaço de terra”. “O que iria fazer sozinho, ir até Brasília e reivindicar terra, sozinho não consigo.

Nisso o movimento nos ajuda, pois nunca teria conquistado um pedaço de terra sozinho” (assentado 2009). Com o movimento, as organizações políticas atribuídas, mesclam-se com as organizações dos moradores nas igrejas e centros comunitários, onde foi possível conquistar a alfabetização de adultos, biblioteca, sala de informática, cursos de música, água encanada no assentamento, centro comunitário de lazer, entre outros.

O assentamento “16 de Maio” traz em si novos conteúdos às comunidades rurais, no que se refere à organização política. O mesmo é construído pelo conflito do movimento e das famílias assentadas que participam das reuniões quando o assunto é de interesse coletivo, negam quando se refere a intervenções na organização do trabalho pela família e suas decisões.

O MST tenta implantar nos assentamento a sua compreensão de trabalho e produção, mas, no geral, suas ideias estão em desencontro com a concepção das famílias assentadas, desencadeando uma serie de conflitos entre o movimento (MST) e os assentados. Deste modo, no capítulo II será enfatizado sobre os diferentes modos de produção e a concepção de trabalho, destacando que o modo de produção capitalista, se apropria de relações não capitalistas de produção para acumulação, por exemplo, o trabalho familiar camponês.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES DE TRABALHO NOS DIFERENTES MODOS DE PRODUÇÃO

O conceito de modo de produção foi desenvolvido por Marx e Engels (1984) para designar a maneira pela qual, determinada sociedade se organiza para garantir a produção das suas necessidades materiais. Sendo assim, o modo de produção permite compreender a maneira como uma sociedade produz seus bens e serviços, a forma como os utiliza e os distribui.

A determinação da condição de produção com base no produto final, não é uma tarefa trivial. Diante a uma saca de milho, dificilmente podem-se concluir em que condições foram produzidas, se pelo trabalho familiar camponês, pelo assalariado ou sob o açoite do feitor de escravos. Neste caso, para reconhecer a condição de produção de uma saca de milho se faz necessário uma análise das relações de trabalho.

Neste contexto, ressalta-se que um modo de produção designa a forma em que uma sociedade constitui-se e está atrelado a um determinado conjunto articulado de relações de trabalho/produção. Logo, configurações distintas de relações de produção caracterizam modos de produção específicos. Quando uma sociedade é regida, por exemplo, pelo modo de produção capitalista, a apropriação do trabalho excedente ocorre por meio de relações de produção e circulação de mercadorias. Em outras palavras, pode-se afirmar que no sistema capitalista ocorre a compra da capacidade ou força de trabalho em troca de uma remuneração salarial, neste caso a moeda de troca. O ciclo do modo capitalista é sustentado com base na compra e venda de mercadorias, neste caso, o trabalho braçal também é visto como uma mercadoria possível de “comprar”, em que o indivíduo “vende” trabalho em troca de “moeda”, a qual passará para frente a moeda necessária para adquirir artigos de subsistência, consumo pessoal e mercadorias em geral.

De forma análoga às relações de produção capitalista, há as relações de produção entre outros modos, por exemplo, as do modo feudal. Neste, o servo realiza uma gama de atividades (trabalho) na propriedade do senhor feudal, em troca de moradia e demais meios de subsistência.

Segundo Santos (1999) “a vida social tomada como um todo se caracteriza pela incessante renovação das forças produtivas e das relações de produção, isto é, dos modos de produção” (p.10). Cada modo de produção consagra-se em uma forma dominante de produzir em um determinado momento histórico, incentivado seja pelo surgimento de novos instrumentos de trabalho ou por novas práticas sociais. A partir da análise do conceito de modo de produção, pode-se afirmar que o trabalho está presente como um fator importante na forma em que uma determinada sociedade se organiza.

Sobre o trabalho, Marx (1984) argumenta que antes de tudo, “trabalho é um processo entre o homem e a natureza, e ao atuar (...) sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, o homem modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. Assim, constata-se que independente do modo de produção (escravista, capitalista, feudal, entre outros), o trabalho é intrínseco a natureza humana e enquanto existirem homens existirá trabalho, pois esta atividade está relacionada a uma forma de organização da sociedade, das condições sociais e das relações de produção do momento histórico em questão. Marx (2004) argumenta que:

O processo de trabalho (...) em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (2004, p. 30.).

Adicionalmente, salienta-se que não há trabalho designado como mais ou menos capitalista, na realidade o ato de trabalhar independe do modo de produção em questão, sendo igualmente comum e indissociável a todas as formas produção e relações sociais, (o trabalho) trata-se de uma consequência natural diante da relação existente entre o homem e a natureza. Contudo, observa-se que embora o trabalho se faça esteja presente em todos os modos de produção, o mesmo assume dimensão central plausível no modo de produção capitalista.

A partir de então, almeja-se analisar as relações de trabalho através dos modos de produção, que constituem uma fase da história humana. Com base no exposto, o presente estudo pretende explicar sobre os modos de produção e suas relações de produção. Para tanto este capítulo apresenta-se segmentado em itens principais: “O trabalho no modo de produção primitivo”, “O trabalho no modo de produção escravista”; “O trabalho no modo de produção feudal”; “O trabalho no modo de produção capitalista”; “O trabalho não-capitalista”; e respectivos subitens. Por último: “Camponeses e operários: diferentes sujeições sociais”.

2.1. O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO PRIMITIVO

Apesar de pouco debatido no presente, o modo de produção prevaleceu durante milhares de anos com início nos primórdios da sociedade humana (SROUR, 1987). No modo de produção primitivo não havia propriedade privada dos meios de produção, pelo contrário, toda a produção adquirida por meio do trabalho era de domínio coletivo, sem desigualdades, ou diferenciação em classes sociais. Para Srour (1987), as únicas divisões sociais eram entre sexo: homens designados para a caça e mulheres para a coleta, dado as habilidades e facilidades respectivas para o desempenho das funções; e de idade: os mais velhos detinham a sabedoria e cabia aos mais novos aprender e seguir seus ensinamentos.

Com o desenvolvimento de técnicas, especialmente as de agricultura, os povos primitivos que se caracterizavam como nômades tornaram-se sedentários ao se estabelecerem em regiões para o cultivo de frutos e alimentos diversos. A partir deste momento, o espírito de solidariedade foi gradativamente sendo substituído por concepções de propriedade privada, em que uma comunidade ao se fixar em determinada terra, tinha-a como propriedade particular, e para defendê-la de possíveis invasores destinava parte dos homens mais fortes - que antes desempenhavam atividades de caça, para a nova atividade de “guerreiro” defensor das terras.

Neste momento, havia uma divisão “simples” do trabalho, entre homens, mulheres e idade, cuja economia era baseada na coleta de frutos, caça e pesca. A extinção do movimento primitivo culminou com a criação do Estado, na época, um meio de impor uma organização social.

2.2 O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA

Identificamos na Grécia e Roma antigas as sociedades cujas características principais, no que tange à organização econômica, social e política, os elementos básicos para o escravismo antigo. Na sociedade escravista, os meios de produção (terras, instrumentos de trabalho, etc.) bem como os trabalhadores eram propriedades do senhor (não-trabalhador). O escravo (trabalhador) era considerado um instrumento, um objeto, assim como um animal ou

uma ferramenta. Ribeiro (2008), afirma que em determinadas regiões econômicas situadas na Grécia com predomínio do sistema escravocrata, “esse modo de produção foi caracterizado pela propriedade privada da terra, pela supremacia gerencial das cidades-Estado, pela comunidade de cidadãos e por certa produção de mercadorias”.

A sociedade de senhores da época via o modo de produção escravista, de forma a se apoderarem do homem escravo como um bem, que poderia ser herdado, vendido com o objetivo de quitar dívidas, capturado ou aprisionado após momentos de guerrilha, etc. (RIBEIRO, 2008).

O modo de produção escravista difundiu-se pelo mundo sendo adotado em determinadas regiões em épocas distintas, motivo que leva as discussões sobre o assunto que se tornou polêmico, pois as relações de produção deste modo escravista apresentam certas peculiaridades conforme o espaço (região de domínio grego, romano, ateniense, etc.), e no tempo. Para elucidar a afirmação, escravos sob o domínio ateniense usufruíam certas “regalias” não desfrutadas pelos escravos de domínio romano, por exemplo.

O escravo na polis ateniense desfrutava de certas garantias, não obstante. Há os que advogam que a “pessoa” escrava também representava lucro, sendo por isso permitido o casamento, o acúmulo de bens, a compra da liberdade, a formação de organizações voltadas ao culto religioso, a possibilidade de introdução na família do proprietário mediante solene cerimonia, a regalia do convívio e da amizade do proprietário, entre outros meandros marginais ao remodelar da sociabilidade e do status gozado. A jurisprudência permitia-lhe ainda tratamento adequado e contrário à crueldade, além de direito de defesa mesmo nos casos em que fosse considerado culpado (RIBEIRO, 2008, p.33).

Segundo Hindess (1976), as relações de produção no modo escravista são formadas por três níveis distintos: (a) forma de propriedade/definição jurídica dos agentes; (b) distribuição dos meios de produção; e (c) modo de apropriação do produto excedente.

(a) Forma de propriedade

Segundo Hindess (1976), a escravidão é um modo de produção caracterizado por uma divisão social do trabalho definida em trabalhadores e não-trabalhadores e por relações de propriedade privada. Os trabalhadores são propriedade dos não-trabalhadores. Ribeiro (2008) acrescenta que o escravo como propriedade privada era destinado a produzir mercadorias com a finalidade de gerar lucros aos seus patrões sob as condições de aprisionamento e regime de subsistência. Ainda, o autor salienta que ao homem escravo era atribuída a terminologia

“propriedade móvel”, dado que este ser vivo nascido para servir poderia ser perpassar de gerações para gerações de senhores, ser objeto de troca ou venda, entre outros.

(b) Distribuição dos meios de produção

Hindess (1976), ressalta que no modo de produção escravista, todos os conjuntos de elementos necessários para constituir o processo de produção remetem-se a propriedade dos não-trabalhadores. Os escravos são separados dos meios de produção, porém, possuem o mesmo dono ou proprietário. Quanto maior a capacidade do senhor em colocar os meios de produção em movimento, maior é a posse efetiva sobre o escravo como propriedade.

(c) Modo de apropriação do produto excedente

Segundo Hindess (1976), o produto total produzido pelos escravos vai para os não-trabalhadores (donos dos escravos). O senhor é dono do produto decorrente do trabalho-escravo da mesma forma que o é dono do escravo. Assim, no modo de produção escravista, as relações de trabalho são relações de domínio e de sujeição, opondo senhores (não-trabalhadores) a escravos (trabalhadores). Um pequeno número de senhores explora a massa de escravos que é obrigada pela força da coerção a realizar trabalho “gratuito” (não pago).

Observa-se também, que as forças de produção no modo escravista são constituídas pelo *status* contraditório do escravo como forma de propriedade e como trabalhador. Ressalta-se ainda, que a produção escravista pressupõe a existência da escravidão enquanto instituição. Mas, os escravos e a instituição da escravidão podem existir onde o trabalho escravo não é à base do sistema de produção social, como no modo de produção capitalista.

2.3. O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

A sociedade feudal, predominante na Europa Ocidental medieval, tinha como contradição fundamental a relação entre senhores e servos. Os servos não eram escravos de seus senhores, pois não eram propriedades deles, embora estivessem “anexados” a terra. Eles serviam a seus senhores em troca da ocupação de pequena parcela da grande propriedade

senhorial, ou seja, em troca de casa, comida e terra, destinavam uma parte do seu tempo em trabalho para o Senhor.

Neste caso, o modo de produção feudal apresentava como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês servo (servidão). Através dessa propriedade limitada do senhor sobre a pessoa do camponês servo, foi edificada a coerção feudal. A qual permitia que o senhor pudesse exigir os tributos e as prestações pessoais.

Os camponeses servos trabalhavam na propriedade dos senhores feudais para garantir a sua sobrevivência e a de sua família e, com isso, estavam sujeitos a uma série de obrigações para com o senhor das terras, dentre as quais a entrega do excedente da produção agrícola e o trabalho gratuito.

Segundo Hindess (1976), “A renda em trabalho envolve a divisão da terra do senhor numa parte que produz o trabalhador e numa parte sobre a qual o produto excedente é produzido” (p.47). Neste caso, a renda paga ao senhor feudal é revertida na forma de trabalho gratuito (corvéia) e tratava-se de um pagamento pelo direito de trabalhar na terra do senhor feudal. Já com relação à renda em trabalho, a proporção das terras destinadas ao servo em relação às terras reservadas as obrigações de serviço em trabalho gratuito, determinam o equilíbrio entre trabalho necessário e trabalho excedente. Ou seja, quanto mais terras destinadas ao trabalho gratuito, por parte do servo, maior é a apropriação do trabalho excedente por parte do senhor de terras.

O senhor feudal também usufruía de outras maneiras para se apropriar do trabalho excedente e para tanto, detinha o controle de outros meios de produção essenciais, além da terra para o cultivo, como por exemplo: de drenagens e moinhos que permitiam ao senhor feudal arrecadar rendas adicionais por direito de uso ou para ter acesso a esses meios.

Em suma, os servos se mantêm sobre condições de subordinação ao senhor feudal. Essas condições baseiam-se principalmente na posse monopolista da terra, mas também sobre as forças das armas, do uso da violência e sobre imposições ideológicas da ordem cultural-religiosa. Submetem-se, assim, os servos ao trabalho compulsório e ao conjunto de obrigações servis.

2.4. O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A apropriação do trabalho excedente depende de uma diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que pode ser criado por meio dessa força de trabalho¹⁰. Estabelecido este paradigma entre o valor da força de trabalho e o quanto de trabalho pode gerar em valores monetários, o trabalho excedente assumiu papel importante para a sustentação do modo capitalista, e logo adquiriu caráter de mais-valia.

O conceito de mais-valia foi formulado pelo pensador alemão Karl Marx, e conquistou respaldo no século XIX com o fervor da revolução industrial, auge do modo de produção capitalista. Nesta época, o capitalismo promoveu o desenvolvimento e a produção de riquezas em grande escala, porém sustentava uma relação de caráter exploratório entre burguesia e proletariado, que culminou com a acentuação das desigualdades entre as classes. De acordo com Marx, o aumento da desigualdade social ocorria em prol do sistema capitalista ditado pela burguesia que oferecia baixos salários aos trabalhadores para garantir os lucros à classe nobre e a manutenção da propriedade privada. Tratava-se da mais-valia, em que o valor pago pela força de trabalho despendida pelo proletariado era marginalizado em benefício à produção de riqueza (lucro) que esta força de trabalho poderia gerar.

Aliada a mencionada “valoração” do trabalho excedente, o qual se difunde em relações de produção antagônicas, o caráter de mais-valia atribuído ao trabalho excedente passa a adquirir pesos distintos de acordo classe social. Contudo, a divisão da sociedade em classes ocorre desde os primórdios da civilização como afirmado por Marx, Engels (1848) em que “Na Roma antiga, encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e em quase que em cada uma dessas classes, novas divisões hierárquicas”. (p.29).

De maneira geral, no modo de produção capitalista a propriedade dos meios de produção pertence aos detentores de poder, a burguesia. Para sobreviver, os trabalhadores vendem sua força de trabalho aos membros dessa classe capitalista. As relações de produção capitalistas fundamentam-se na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. Trata-se de uma produção essencialmente voltada à acumulação e à obtenção de

¹⁰Marx, K. *Salário, preço e lucro*. In. ANTUNES, R. (Org) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

lucro, resultante da exploração dos trabalhadores, os quais se encontram na condição de vendedores de força de trabalho.

O modo capitalista de extração do trabalho excedente envolve a produção e a apropriação da mais-valia por meio de mecanismos que funcionam através de um sistema de troca de mercadorias. Esses mecanismos exigem, em particular, que tanto a força de trabalho quanto os meios de produção entrem no processo de produção sob a forma de mercadorias. Os salários dos trabalhadores são recebidos em pagamento por sua força de trabalho e são usados para comprar mercadorias sob a forma de meios de consumo pessoal.

No capitalismo, ao contrário do que vimos no feudalismo, o produtor direto (o trabalhador) deixa de exercer o controle do processo produtivo e passa a vender sua capacidade de trabalho subordinada aos contratos exploratórios ditados pela classe minoritária dominante.

Entretanto, é plausível salientar que a transição de um modo de produção para outro não é governado por um movimento linear ou evolutivo, na realidade os modos de produção se contrapõem de forma complexa em diferentes momentos históricos. Para efeito de elucidação das afirmações, ressalta-se que na época em que Roma e Grécia estavam sob o domínio do modo de produção escravista, já havia vestígios de ideais capitalistas, mas especificadamente quando os meios de produção com princípios apenas de subsistência, perdiam espaço para o ideal de produção econômico com geração de trabalho excedente para venda e comercialização (RIBEIRO, 2008). Assim, pensar que um modo de produção inexista para o surgimento de outro, consiste em uma concepção idealista da estrutura social.

A transição de um modo de produção a outro, de fato, se estabelece após conflitos liderados pelas classes sociais cada qual com interesses respectivos. O resultado decorrente dessa luta de interesses promove o surgimento de um novo modo de produção predominante, com relações de produção e trabalho próprios. Da mesma forma, que a transição do modo de produção feudal para o capitalista remete a um período de luta entre o feudalismo agonizante e o capitalismo nascente ou, entre o feudalismo que foi derrotado, mas não destruído, e o capitalismo que não se realiza de forma pura. Dado que a produção capitalista pura somente pode ser apreendida numa perspectiva idealista. Assim, a transição veemente entre modos de produção não ocorre a partir de um advento teleológico ou de algum princípio interior ou ideia.

Outro fato relevante é que, no modo de produção capitalista destaca-se que a força de trabalho deve entrar no processo de produção como uma mercadoria. O modo de produção capitalista exige que a massa de trabalhadores não tenha meios de produção próprios (eles não

podem produzir mercadorias por conta própria) e nem meios de subsistência, restando-lhe como último recurso: vender sua força de trabalho. É nesse sentido que os trabalhadores devem estar separados dos meios de produção.

Os trabalhadores têm que ser livres, enquanto que os meios de produção devem ser cativos, em particular a propriedade da terra. Se a propriedade da terra for de acesso livre para o uso dos trabalhadores, então a oferta da mão de obra destes trabalhadores para os capitalistas não pode ser apontada como certa.

Secundariamente, além da expropriação do campesinato, o desenvolvimento de uma classe de trabalhadores assalariados sem propriedade requer o crescimento correlativo de uma classe de compradores de força de trabalho. Desse modo, o processo histórico da formação do modo de produção capitalista envolve uma completa transformação do lugar das relações de mercadorias na estruturada econômica como um todo. Observa-se, contudo, que o que está aqui envolvido é mais do que a simples expansão da produção de mercadoria ou até mesmo da produção de mercadoria por meio do trabalho assalariado. No modo de produção capitalista é totalmente possível uma produção de mercadoria não necessariamente assentada em relações capitalistas de produção, como já mencionado as relações de trabalho dos camponeses.

Nos livros “A origem do capital” e “O capital”, Marx (1985 e 2006) apresenta distintas fases históricas do desenvolvimento do modo de produção capitalista ao longo dos séculos.

1 - Pré-capitalismo: acumulação primitiva do capital: fase em que, em meio à crise da sociedade feudal e com a sobrevivência de elementos característicos de diferentes modos de produção – foi promovida a expropriação dos camponeses ingleses por meio de cercas em torno das terras. Neste momento já se observava o desenvolvimento de relações capitalistas na Inglaterra e do progressivo desenvolvimento de relações assalariadas em alguns pontos da Europa.

2 - Capital mercantil ou comercial: fase de predomínio do capital mercantil na organização da produção. Neste período a maior parte dos lucros concentra-se nas mãos dos comerciantes, que constituem a camada hegemônica da sociedade. Durante a transição do feudalismo para o capitalismo, quando se difundem as práticas mercantilistas, adotado pelos Estados Nacionais Modernos na Europa, o trabalho assalariado torna-se mais expressivo.

3 - Capitalismo industrial: com a revolução industrial, uma parte importante do capital passou a ser investido basicamente nas indústrias, que se tornou a atividade econômica mais

importante na acumulação capitalista. Nesta fase do capitalismo o trabalho assalariado firma-se definitivamente como relação mais importante do modo de produção.

4 - Capitalismo financeiro: os bancos e outras instituições financeiras passam a controlar as demais atividades econômicas através de financiamentos à agricultura, à indústria, à pecuária e ao comércio. O trabalho assalariado e a precariedade das relações se configuram enquanto elemento fundamental.

O rápido desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, a crescente competitividade entre as empresas, a necessidade permanente de investimento em produtividade e criação de novas formas de dominação sobre os trabalhadores, foram responsáveis pelo surgimento de cada vez mais sofisticados sistemas de gerenciamento da produção. Estas características são importantes para entender a lógica do trabalho no sistema capitalista, como foi o caso do taylorismo, fordismo e toyotismo, os quais serão expostos sucintamente em nossa pesquisa.

Surgem novos processos de trabalho, produção em série e de massa, flexibilização da produção, especialização flexível, novos padrões de produtividade. No geral, seguindo novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Essas mudanças foram tão intensas que se pode afirmar que a classe trabalhadora sofreu uma aguda crise, que atingiu não só a sua materialidade, mas também a sua subjetividade.

2.4.1. TAYLORISMO E O TRABALHO

A administração científica é o modelo de gerência desenvolvido pelo engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915), considerado o pai dessa administração científica, Taylor pretendia definir princípios científicos para a administração das empresas o que implicou na reestruturação das relações de trabalho.

Pela tese de Taylor, há a necessidade de racionalizar o tempo e os movimentos, de modo a promover a anulação de movimentos considerados inúteis realizados pelos trabalhadores. Tal tese requer o desenvolvimento de formas de trabalho mais simples, (porém, eficientes e eficazes) para operários no desempenho de suas funções, isso tudo ordenado com base em um tempo médio de produção.

2.4.2. FORDISMO E O TRABALHO

Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, o fordismo se caracteriza por ser um método de produção em série, considerado também um aperfeiçoamento do taylorismo. Ford introduziu em suas fábricas as chamadas linhas de montagens, nas quais os veículos em fase de produção eram colocados em esteiras rolantes para que cada operário realizasse a etapa da produção que lhe competia. O método de produção fordista permitiu que Ford produzisse mais de dois milhões de carros por ano, durante a década de 1920.

Com o início do fordismo houve alterações nas relações de trabalho, pois a esteira rolante da linha de montagem clássica do fordismo trouxe consigo vários significados para a nova configuração da divisão do trabalho, dentre elas destacam-se a perda por parte dos trabalhadores do domínio e conhecimento sobre o sistema de produção completo, ou seja, o trabalhador encarregado de exercer uma função específica do processo produtivo deixou de ter a visão de totalidade do processo. Neste contexto, o processo fordista se caracterizava pela fragmentação das funções e pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho.

Para Antunes (2000), o método fordista foi a forma pela qual a indústria consolidou-se no século XIX, cujo elemento básico é a produção em massa, através da linha de montagem e de produtos homogêneos, com base no controle do tempo e dos movimentos – taylorista – e da produção em série – fordista –. O fordismo teve seu ápice no período posterior à Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960, que ficaram conhecidas na história do capitalismo como “os anos dourados”. A crise sofrida pelos Estados Unidos na década de 1970 foi considerada uma crise do próprio modelo, que apresentava queda da produtividade e das margens de lucros. A partir da década de 1980, esboçou-se no Japão um novo padrão de “desenvolvimento” denominado pós-fordismo ou modelo flexível (toyotismo).

2.4.3 TOYOTISMO E O TRABALHO

De acordo com Alves (2000), com o advento da globalização do capitalismo na década de 1980, surge um novo modo de organização do modo de produção capitalista, o toyotismo.

Inicialmente, o pensamento toyotismo surgiu no Japão após a Segunda Guerra Mundial, mas só a partir da crise capitalista da década de 1970 o pensamento foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial (modelo japonês), com aspectos de projeção global.

O Japão foi o berço da automação flexível, pois apresentava um cenário diferente dos Estados Unidos e da Europa: um pequeno mercado consumidor, capital e matéria-prima escassa e grande disponibilidade de mão-de-obra não especializada. A resposta à crise do capitalismo foi o aumento da produtividade na fabricação de pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos, voltados para o mercado externo de modo a gerar interrelações tanto para a obtenção de matérias-primas e alimentos, quanto para importação dos equipamentos e bens de capital necessários para a reconstrução do país no pós-guerra e para o desenvolvimento da própria industrialização (ALVES, 2000).

Segundo Alves (2000) no que tange o toyotismo, alguns aspectos importantes devem ser alvo de arguição: (a) Mecanização flexível; (b) Multifuncionalização da mão-de-obra; (c) Sistemas de controle de qualidade; (d) Sistema Just in time.

(a) Mecanização flexível

Consiste em uma dinâmica oposta à rígida automação fordista decorrente da inexistência de escalas que viabilizassem a rigidez.

(b) Multifuncionalização da mão-de-obra

Processo de multifuncionalização da mão de obra, uma vez que, por se basear na mecanização flexível e na produção para mercados muito segmentados, a mão de obra não podia ser especializada em funções únicas e restritas como a fordista. Antunes (2000) lembra que no anseio em atender as exigências mais individualizadas do mercado, no menor tempo e com qualidade, a produção sustentava-se num modelo produtivo flexível, que permita um operário operar várias máquinas.

(c) Sistemas de controle de qualidade

Com a implantação de sistemas de controle de qualidade total, pelos quais, através da promoção de palestras de grandes especialistas estadunidenses, difundiu-se um aprimoramento do modelo dominante nos EUA. Ao se trabalhar com pequenos lotes e com

matérias-primas de elevado valores monetários, os japoneses de fato buscaram a qualidade total. Se no sistema fordista de produção em massa, a qualidade era assegurada através de controles amostrais em apenas determinados pontos do processo produtivo, no toyotismo, o controle de qualidade se desenvolve pelo envolvimento de todos os trabalhadores em todos os pontos do processo produtivo.

(d) Sistema *Just in time*

O sistema *just in time*, se caracteriza pela minimização dos estoques necessários à produção de um extenso leque de produtos, com um planejamento de produção dinâmico. Como indicado pelo próprio nome, o objetivo essencialmente consiste em produzir um bem de consumo no exato momento de sua demanda.

O Japão desenvolveu um elevado padrão de qualidade que permitiu a sua inserção nos lucrativos mercados dos países centrais e, ao buscar a produtividade com a manutenção da flexibilidade, o toyotismo se complementava com a automação flexível. A partir de meados da década de 1970, as empresas toyotistas assumiram a supremacia produtiva e econômica, principalmente pela sua sistemática de produção que consistia em produzir bens pequenos, que consumissem pouca energia e matéria-prima, ao contrário do padrão estadunidense.

Com o choque do petróleo e a conseqüente queda no padrão de consumo, diversos países passaram a demandar por uma série de produtos que não tinham habilidade, nem a princípio, o interesse em produzir. Devido à crise, embora o aumento da produtividade continuasse importante, perdeu espaço para fatores tais como a qualidade e a diversidade de produtos para melhor atendimento às demandas dos consumidores, situação que favoreceu as empresas japonesas toyotistas.

O modelo de organização do trabalho toyotista possui como características centrais a apropriação da subjetividade e a consciência dos trabalhadores, a fim de deter o controle sobre os mesmos. Os trabalhadores são identificados como colaboradores, com a “liberdade” de organizar a produção e reestruturar a linha de montagem. O toyotismo também defende que para a efetivação da flexibilização do aparato produtivo, é concomitantemente necessário a flexibilização dos trabalhadores, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O modelo de trabalho toyotista estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras e trabalhadores temporários, conforme as condições do mercado.

Para Alves (2000), o modelo toyotista não implicou numa “revolução” tecnológica ou mesmo na inserção de novas tecnologias que propiciam aumentos significativos de ganhos. Muito pelo contrário, o modelo de produção toyotista está assentado na apropriação da consciência dos trabalhadores que traz consigo a alienação do trabalhador de modo intensificado.

2.4.4. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO

O modo de produção capitalista não é necessariamente um modo de produção de mercadorias, mas sim de mais-valia. Entretanto, a apropriação da mais-valia, produzida pelo trabalho vivo, se realiza na circulação das mercadorias. Segundo Oliveira (2007) o desenvolvimento capitalista é fruto de um movimento básico de rotação do capital, representado por D – M – D' (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro). O autor entende ainda que o processo econômico capitalista se constitui em momentos distintos, mas de forma contraditória e articulada.

Dessa forma, o modo de produção capitalista no campo, contraditoriamente, gera a subordinação de relações pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Em outras palavras, o capital não implanta de forma simultânea trabalho assalariado em todos os setores e lugares, e tende a desenvolver o processo de acumulação primitiva, neste sentido institui-se a forma de produção não-capitalista do capital.

Desse modo, Oliveira (2007) deixa claro que a primeira etapa do desenvolvimento do capitalismo não se caracteriza necessariamente no predomínio de relações especificamente capitalistas de produção, mas em uma etapa de produção de mercadorias articuladas no processo contraditório de sua expansão.

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura é fruto de um processo único, porém diferente, contraditório e articulado. E esse é o princípio teórico que permite entender o desenvolvimento do capitalismo no campo. Embora os camponeses possam também ser considerados como trabalhadores, eles apresentam algumas características que os diferenciam dos operários¹¹. Para isso, reconstruímos algumas das diversidades das relações que configuram o universo de trabalho operário e camponês.

¹¹ Mas, o camponês no contexto contraditório das relações capitalistas também pode ser interpretado como parte de outra classe, a dos proprietários de terra.

2.4.5 UNIVERSO DO TRABALHO OPERÁRIO

As relações capitalistas de produção são baseadas na separação dos trabalhadores dos meios de produção. O trabalhador operário aparece no mercado como trabalhador livre de toda propriedade, com exceção de sua própria força de trabalho. Neste sentido, torna-se implícito um contrato de venda, por parte do operário, e compra de força de trabalho, por parte do capitalista. No entanto; Martins (2003) ressalta:

Que sua independência em relação aos meios de produção, na sociedade capitalista, se reveste de forma de liberdade jurídica. Desse modo, o operário é juridicamente igual ao capitalista, mas não é materialmente igual a ele. (2003, p. 63).

Assim, uma relação jurídica que a princípio era de igualdade, no plano econômico não o foi. Isso porque o capitalista ganhou nessa relação juridicamente igual, uma fração do valor criado pelo trabalho do operário que não é revertida ao trabalhador, mas entra para o capitalista na forma de lucro.

O operário enquanto um expropriado dos meios de produção perde o controle dos processos de trabalhos como: o tempo da jornada de trabalho; a remuneração por metas e horários de produção, etc., tais recursos desencadeados durante o processo de trabalho, passaram a ser controlados pelo empregador capitalista, o qual passou a exercer domínio inclusive sobre a velocidade da esteira rolante imposta ao trabalhador.

Portanto, no ato de produção a força de trabalho do operário se torna propriedade do capitalista, pertencendo ao capital e não ao trabalhador. Considera-se que apenas o trabalho vivo é criador de valor, no entanto, o valor da força de trabalho do operário, que deveria ser produto do trabalho do trabalhador, não o é.

Segundo Martins:

O vínculo do operário com o capital e o capitalista é estabelecido quando aquele vende a este a sua força de trabalho em troca de salário (...) e o trabalho do operário é, pois, trabalho assalariado. O fruto de seu trabalho já nasce como propriedade do capitalista que lhe paga o salário e não como sua propriedade (2003, p. 60).

No modo de produção capitalista o operário não se vê como dono do produto do trabalho, porque a ideologia capitalista tenta demonstrar que o produto criado é produto do capital e não do trabalhador. Essa inversão faz que o trabalhador não se veja na riqueza que

cria, ou seja, o seu trabalho aparece como se fosse estranho a ele, trabalho alienado. Não como se o capital dependesse do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital, se tornando estranho diante de sua própria obra.

2.4.6 UNIVERSO DE TRABALHO DOS CAMPONESES

As relações capitalistas de produção apresentavam na sua essência a separação entre os aspectos relacionados ao capital e os relativos ao trabalho. Deste modo, relação essencialmente capitalista de produção é aquela de caráter social que apresenta como elemento fundamental o trabalho assalariado. Na agricultura, para esse tipo de relação ocorrer, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo, e também compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos etc.

Não se pode negar a existência de setores e lugares onde essa relação de produção aparece no campo. Mas, no entanto, ela não se expandiu para todos os setores da agricultura, ou seja, o próprio sistema capitalista de produção desenvolveu a criação e recriação das relações não-capitalistas de produção no campo. O trabalho familiar camponês é um exemplo.

Apesar de ser um trabalhador e fazer parte do modo de produção capitalista este sujeito social, trabalhador familiar camponês, é demasiadamente diferente do trabalhador operário, instituído dos meios de produção. E utilizar-se das mesmas argumentações teóricas para interpretar essa realidade social posta, seria uma generalização teórica. O trabalhador familiar camponês mesmo submetido a mecanismos de exploração por parte do capital é explorado diferentemente do operário, dado que o camponês não sofre uma exploração presente em todo o momento do processo de trabalho.

Pode-se afirmar que a exploração do camponês se torna mais evidente na circulação dos produtos do trabalho. E se a partir destes fatos analisarmos a consciência de classe emergida do interior do “processo de trabalho operário não há condições sociais, culturais e ideológicas de adotar uma consciência camponesa” (Martins 2003). Visto que o trabalho, enquanto construtor dos sujeitos sociais – camponeses e operários – é de distintas naturezas.

A subordinação do trabalho dos camponeses, também não é percebida com a brutalidade que se expressa em uma fábrica através de horários e metas de produção. Por isso, o camponês se constrói num espaço que sustenta uma formação de consciência, distinta da

consciência operária. Tanto o camponês quanto o operário são designados como pessoas livres, mas suas respectivas formas de trabalho são diferentes como já argumentado. O trabalho do camponês enquanto proprietário da terra permite uma relativa independência, o que não o torna totalmente submisso. Porém, a subordinação do camponês ao capital é avessa à imposta ao operário, dado que o camponês não vende o seu trabalho (como o operário) e sim o fruto do seu trabalho.

Em síntese, a subordinação do camponês ao capital não é pela sua força de trabalho, vendida como mercadoria ao capitalista, mas sim pelo produto do seu trabalho. O trabalho não aparece como coisa em si para ser comercializado. “Em um plano geral, ao final do processo de trabalho o camponês se vê dono dos produtos gerados pelo trabalho”. (Martins, 2003, p.60). Mas, mesmo o camponês sendo dono dos produtos originários do seu trabalho, isso não significa que o destino dado aos produtos será uma escolha sua. O camponês de uma maneira ou de outra também está inserido nos processos capitalistas de produção e não se caracteriza em um mundo distinto ou isolado.

Ainda no caso do camponês, é necessário destacar que ele ainda possui o conhecimento e os instrumentos de produção, sendo o mais importante a terra. Nas condições de proprietário (instrumentos e conhecimento) o camponês assegura o caráter parcialmente independente de seu trabalho.

Segundo Oliveira (2007) no trabalho do camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo do próprio camponês, como meio de subsistência, e a outra parte da produção, o excedente, sob a forma de mercadoria é comercializado.

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D — M — D$ na sua versão simples, e $D — M — D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M — D — M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007. p. 40.).

Segundo Oliveira (2007), a distinção da produção camponesa da capitalista, é porque na unidade produtiva camponesa, o trabalho pode ser considerado como criador de valor de uso, pois parte das atividades da família e é orientado pela transformação e elaboração de objetos úteis para a sobrevivência dos trabalhadores. Neste caso, estamos diante de um trabalho não-capitalista.

É possível apontar que os camponeses, em parte, realizam a reprodução simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. Portanto, embora este trabalho possa servir a produção de mercadorias também, não se trata de força de trabalho como mercadoria, semelhante àquela vendida pelos trabalhadores assalariados das indústrias, por exemplo.

José Vicente Tavares dos Santos (1978) em sua obra “*Colonos do Vinho*” caracteriza o campesinato e permite uma abordagem sobre o seu trabalho reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista. Demonstra que o camponês é personificação de um processo de trabalho não especificamente capitalista. O autor apresenta também oito elementos estruturantes da produção camponesa. Os elementos estruturantes da produção camponesa são: (a) a força de trabalho familiar, (b) as práticas de ajuda mútua, (c) o trabalho acessório do camponês, (d) a força de trabalho assalariada, (e) a socialização do camponês, (f) a propriedade da terra, (g) a propriedade dos meios de produção e (h) a jornada de trabalho.

(a) A força de trabalho familiar

Elemento central no processo de trabalho da unidade camponesa. A família camponesa é relacionada a um verdadeiro trabalhador coletivo onde homens, mulheres idosas e crianças, com toda sua diversidade, participam. Segundo Tavares dos Santos:

[...] Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (1978, p. 34.).

(b) As práticas de ajuda mútua

A ajuda mútua é a prática de trabalho que os camponeses utilizam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar, como a troca de dia de trabalho, por exemplo. Sobre isso Tavares dos Santos escreve que “Todas as práticas de ajuda mútua (...) cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas pelo trabalho familiar, e tampouco com o assalariado [...] (1978, p. 36.)”.

Dessa forma, quando o camponês não é capaz de dar conta do trabalho somente com a sua família, o camponês pede ajuda a familiares e vizinhos, havendo a expectativa de que retribua no tempo com trabalho em espécie equivalente. Portanto, a ajuda mútua aparece como um processo de grupos e de espontaneidade das pessoas de prestar ajuda;

(c) O trabalho acessório do camponês

O trabalho acessório é o meio pelo qual o camponês transforma-se, periodicamente, em um trabalhador “assalariado”. Essa transformação periódica constitui numa fonte de renda monetária extra na unidade camponesa.

A respeito do trabalho acessório Tavares dos Santos observa que:

O trabalho acessório do camponês ocorre quando o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar “fora”. Em contrapartida quando a família se contrai, por migrarem ou irmãos ou filhos, o camponês não pode mais dar conta das atividades acessórias (1978, p. 38.).

Portanto, a utilização do trabalho acessório do camponês está relacionada a uma utilização do uso do trabalho da família camponesa;

(d) A força de trabalho assalariada

Para Tavares dos Santos a utilização de trabalhadores assalariados decorre do ciclo de existência da família camponesa. “O emprego dos “jornaleiros” decorre do ciclo de existência da família camponesa, Dando-se quando as pessoas em idade de trabalhar não são suficientes para desempenhar as tarefas com rapidez necessária” (1978, p. 41.).

Portanto, o trabalho assalariado aparece na produção camponesa como complemento do trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e mais braços para o trabalho do que a família dispõe;

(e) A socialização do camponês

Através da socialização camponesa do trabalho, é que as crianças são inseridas na divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva. Inicialmente, isso pode acontecer por meio de brincadeiras em que haja a mescla entre o brincar com o trabalhar.

Desta maneira Tavares dos Santos relata que:

O trabalho passa a fazer parte do mundo infantil, levando as crianças a internalizarem a sua importância como meio de ganhar a vida. Por outra, as crianças vivenciam, através do aprendizado e de sua participação efetiva na força de trabalho familiar [...] (1978, p. 45.).

(f) A propriedade da terra

A propriedade da terra é familiar e pertence ao próprio trabalhador que exerce sobre a área de direito, atividades de cultivo e criação com o propósito de manutenção de sua estrutura familiar e nunca em caráter exploratório. Assim, Tavares dos Santos observa que “a terra é o meio de produção fundamenta para o camponês, em relação ao desenvolvimento que se encontra as suas forças produtivas (1978, p. 48.)”.

(g) A propriedade dos meios de produção

Na maioria dos casos, os meios de produção como ferramentas de uso geral, são em parte adquiridos e em outra, produzidos pelos próprios camponeses com o intuito de não atribuir a estes meios o peso de mercadorias. São mercadorias as matérias-primas (fertilizantes, defensivos e corretivos agrícolas) e os meios de trabalho (arame, arado de tração animal, enxada, foice, etc.). Adicionalmente, há os meios de produção fabricados pelos próprios camponeses (adubo orgânico, cestos, palanques para cercas, cabo para enxadas, etc.).

O acesso pelos camponeses aos meios de produção, ferramentas e matérias-primas em sua forma mais simples, facilita o trabalho da família.

Tavares dos Santos comenta:

[...] que os meios de trabalho existentes nas unidades camponesas (...) não são mecanizados, não passando de simples extensão do braço humano, (...) isso significa que no processo de trabalho camponês existe uma participação percentual maior de trabalho vivo do que de trabalho cristalizado em produtos [...] (1978, p. 59.).

Então, constata-se neste ambiente que o trabalho assume papel fundamental na produção camponesa sob o auxílio dos meios de produção em sua forma simples, com o intuito de facilitar o trabalho.

(h) A jornada de trabalho

Na jornada de trabalho da produção camponesa não há rigidez de horários, diferente da imposta a produção capitalista. A jornada de trabalho camponesa varia conforme a época do ano e de produtos cultivados, fato que promove períodos de pouco trabalho alternados com períodos de trabalho intenso. Analogamente, Tavares dos Santos observa que “os elementos do processo de trabalho do camponês combinam-se em uma jornada de trabalho cuja duração varia conforme a época do ano. (...)” observando que “a jornada do trabalho do camponês é marcada pelo desempenho de um trabalho árduo e constante (1978. p. 60-61.)”.

Nesse sentido, o campesinato não deve ser interpretado como uma relação de trabalho apenas, embora também o seja, pois o trabalho é realizado e organizado em torno das necessidades da família que confere a ele outros conteúdos, além da interpretação como “força de trabalho” e mercadoria. Com isso, conclui-se que o trabalho no campesinato possui significados diferentes do trabalho dos assalariados.

2.5. TRABALHO E PRODUÇÃO NÃO-CAPITALISTA

Independente ainda da vigência do modo de produção capitalista, em que o assalariamento se constitui numa importante relação de trabalho, esse não se constitui de forma pura. Ou seja, o capitalismo não se realiza somente pelo trabalho assalariado. Sendo assim, o conceito de modo de produção não impede a possibilidade de variações de relações de produção. Ao contrario, a estrutura de um determinado modo de produção permite a criação e recriação de modos de produção distintos. No modo de produção capitalista nem toda relação de trabalho se limita na compra de força de trabalho dos trabalhadores por meio do salário.

O trabalho familiar camponês, inserido no modo de produção capitalista, é um exemplo significativo dessa realidade. Para tanto, o próprio capitalismo dominante gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas.

Sobre isso Oliveira (2007) escreve:

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o

capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições (2007, p. 20.).

Sobre as relações não-capitalistas do trabalho dos camponeses pode-se citar a divisão do trabalho. A divisão do trabalho pode ser influenciada pela idade, sexo ou vigor físico dos que compõem a família camponesa ou ainda, pela complexidade derivada das atividades possíveis de serem realizadas por esta família. Assim, como destacou Chayanov (1974), o trabalho familiar camponês está organizado a partir de elementos biológicos (idade, sexo, força física, por exemplo) dos membros da família.

Observa-se ainda que as relações de trabalho camponesas sejam carregadas de outros significados, como a reciprocidade entre familiares e vizinhos, por exemplo. Essa reciprocidade permite a colaboração entre familiares e vizinhos em diversas atividades, como no caso do empréstimo do touro. O vizinho (a) empresta um touro para o vizinho (b). Com o passar de três anos, em média, o vizinho (b) devolve o touro para o vizinho (a). Nesta troca o vizinho (b) sai satisfeito porque, até então não tinha um touro junto das novilhas, mas o vizinho (a) também está satisfeito, porque neste tempo possuía um animal a menos no seu pasto e com o passar de três anos o touro poderá ser vendido por um preço melhor.

Esta troca não é gratuita, mas, também, não deve ser interpretado em sua totalidade como uma relação estritamente capitalista. Porque também esta assentada na reciprocidade entre vizinhos (motivo do empréstimo do touro). Esse e outros exemplos sobre as relações de trabalho não capitalistas serão mais bem abordadas nos capítulos a seguir.

Defende-se o princípio de que as relações não-capitalistas de produção presentes na atualidade, não podem ser enquadradas como restos feudais ou a caminho de extinção, ou ainda generalizadas como relações capitalistas.

Portanto, para se entender a presença camponesa no modo capitalista de produção no campo, deve-se partir do princípio da contradição: em que as relações não-capitalistas são produtos do desenvolvimento do capital. Como afirma Oliveira, “a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (2007, p. 40.).

José de Souza Martins (2004) na obra, “o cativo da terra”, também estudou o trabalho não-capitalista realizado pelos camponeses nas fazendas de café de São Paulo, principalmente, na caracterização as relações de produção não-capitalista no interior da produção capitalista.

A personificação do capital no burguês acoberta as relações que engendram esse mesmo capital, revestindo de uma linearidade utópica a descontinuidade terna em que se dá a exploração do trabalho. (...) Inferir, simplesmente, as relações de produção ou qualificá-las com base no capital personificado no fazendeiro, é um procedimento que necessariamente acoberta a rela natureza do trabalho nas fazendas, levando quase inadvertidamente à definição das suas relações de produção como capitalistas [...] (Martins, 2004. p. 13).

Dessa forma, afirma Martins (2004), “capital, incorporando áreas e populações às relações comerciais, desenvolvem, numa unidade contraditória, as condições de sua expansão e simultaneamente os entraves a essa expansão”. Isso quer dizer que o sistema capitalista não se expande de modo homogeneizado em todos os setores envolvidos, logo, não implanta em todos os lugares o trabalho assalariado.

No geral, desenvolve, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que o camponês é um trabalhador e se constitui enquanto classe trabalhadora. Mas, embora seja, trabalhador, é também um proprietário (pequeno) fundiário, pois tem a possibilidade de auferir renda da terra. Esta abordagem de camponês proprietário fundiário não é objetivo desta pesquisa e sim a abordagem do sujeito trabalhador, quando é formada a classe camponesa.

Neste sentido, temos o desafio de reconstruir as diversidades das mediações e determinações das relações de produção que configuram o trabalho dos camponeses e não necessariamente a renda camponesa. Portanto, no capítulo III, evidenciaremos a divisão e organização do trabalho do camponês no assentamento “16 de Maio”, que tem como elemento central a família, demonstrando a importância de cada membro do grupo familiar.

CAPÍTULO III

O TRABALHO DOS CAMPONESES NO ASSENTAMENTO “16 DE MAIO”

Para tratar da divisão familiar do trabalho entre os camponeses, foi tomado como referência as famílias do assentamento de sem-terra “16 de Maio”, localizado no município de Ramilândia, no Oeste do Paraná. O assentamento é formado por 220 famílias que ocupam uma área de 4.270,56 hectares derivado da desapropriação da fazenda Banhadão em 2001, resultante das lutas sociais organizadas por camponeses vinculados ao MST.

Enfocamos ao mesmo tempo a compreender o trabalho realizado pelas famílias do assentamento “16 de maio”, que apresenta, assim como o campesinato em geral, características próprias, mostrando que o trabalho do camponês nem sempre é força de trabalho, assim como ocorre no trabalho operário.

Inicialmente, foram realizadas visitas ao assentamento e as famílias, em novembro de 2007 e em maio de 2008, com o objetivo de fazer o levantamento prévio de informações. Para coleta dos dados, foi realizado entrevistas e estágio informal de vivência junto às famílias, fazendo-se observações do assentamento e levantamentos de informações complementares, este ocorreu em janeiro e setembro de 2009 e maio e junho de 2011.

A convivência com as famílias camponesas foi uma experiência importante, pois, possibilitou acompanhar o desdobramento do dia-a-dia do trabalho da família no assentamento, observar a sua jornada de trabalho, as reuniões na hora das refeições ou do chimarrão da manhã e da tarde. Além disso, o contato com muitas famílias do assentamento, numa pesquisa participante, em visitas a noite, durante o dia, nos fins de semana ou mesmo na realização de tarefas (trabalho) junto com os assentados foi primordial para conhecer a vida e o trabalho dos assentados.

Nesse capítulo, nossa finalidade é apresentar alguns dos resultados do trabalho de campo, realizado através de entrevistas e convivência com as famílias do assentamento “16 de Maio”. Como podemos averiguar no decorrer do texto a seguir, buscaremos desmistificar as dimensões do trabalho do camponês, evidenciado a divisão familiar camponesa do trabalho, a socialização do trabalho, o tempo de trabalho, hierarquização na organização do trabalho dentre outros elementos próprios do trabalho do camponês.

3.1 O TRABALHO DOS CAMPONESES

A interpretação da realidade exige do geógrafo, enquanto cientista, atenção para o tema do Trabalho. O trabalho possui um caráter central nas relações sociais de produção, o que se desdobra no processo de organização do espaço geográfico. Portanto, a realidade geográfica pede interpretação que poderá ser feita a partir da perspectiva do trabalho.

Segundo interpretação de Antunes (2004), o trabalho é fundamental na vida humana porque é condição para sua existência. Ao mesmo tempo em que a sociedade transforma a natureza e altera a sua própria natureza, num processo de formação recíproca, o trabalho social converte-se em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade.

Assim, como criador de valor de uso, o trabalho é uma condição de existência do homem, ou seja, uma necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, “*vida humana*”. (ANTUNES, R., 2004, p. 9).

Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um elemento fundamental da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e, conseqüentemente, gerar capital.

Por isso, segundo Antunes (2004):

O trabalho decai a uma mercadoria, tornando-se um ser estranho, um meio de sua existência individual. O que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. (ANTUNES, R. 2004, p. 11).

Antunes (2004) também aborda sobre a alienação do trabalho afirmando que este não se efetiva apenas na perda do produto do trabalho, mas também na ação de produzir, que é a atividade produtiva já alienada. Isso quer dizer que no capitalismo, o trabalhador se degrada; não se reconhece como ser humano, ou seja, se desumaniza no trabalho regido pelo modo de produção capitalista.

O trabalho como atividade vital para a existência humana se configura assim, como um trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada. Dessa forma, se ergue um ser social trabalhador estranho a ele mesmo, ou seja, o trabalho alienado, um trabalho estranho. Este estranhamento se realiza a partir do momento em que o trabalho se

constitui como força de trabalho no processo de produção e reprodução de relações capitalistas (ANTUNES, 2004).

Esta compreensão é importante para compreender o trabalho enquanto força de trabalho, ou seja, enquanto mercadoria alienada. Mas não é suficiente para compreender a totalidade do trabalho, em que está contido o trabalho do camponês, assim, a realidade pede um novo instrumental teórico que de conta de interpretá-lo.

No geral, observa-se a propensão de estender aos camponeses o conhecimento que se tem sobre os operários. Em outras palavras, levanta-se a expectativas de que os camponeses existem e se comportam como classe social no padrão próprio de conduta da classe trabalhadora gestada na fábrica; na empresa capitalista.

O trabalho deve ser considerado como atividade humana por excelência, meio pela qual o homem transforma o mundo e a si mesmo. Nesta compreensão, o trabalho do camponês, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, adaptando-a as necessidades humanas, altera o próprio homem, desenvolvendo suas faculdades. Isso significa que pelo trabalho o homem se auto-produz.

Martins (2003) faz a discussão de “Situações diferenciais de classe social” onde o autor diferencia as atitudes e simbologias das classes (camponesa e operaria) diante de uma mesma situação. Deixa claro que se trata de duas classes sociais distintas. Ainda em sua obra, Martins (2003) faz a afirmação de que uma parcela da comunidade acadêmica chega a pensar numa espécie de operário indireto porque o camponês também seria um trabalhador para o capital, ou seja, ambos, camponeses e operários, são uma única classe social.

Segundo Martins (2003), algumas interpretações não consideram as mediações e as particularidades dos diferentes grupos e categorias sociais como aquelas verificadas na organização social e produtiva do campesinato.

Se quisermos entendê-las como sujeitos de vontade sociais e políticas e sujeitos de possibilidades históricas, é necessário reconhecer-lhes as singularidades, aquilo que as diferencia e não aquilo que as dilui em categorias abrangentes e genéricas. (MARTINS, 2003, p. 55).

Sendo o trabalho importante na construção do homem e do espaço, este se reproduz e também reconstrói no processo de territorialização e desterritorialização. A ação dos movimentos sociais pode ser interpretada como parte deste processo de construção espacial em que o assentamento, no caso o assentamento “16 de Maio” Ramilândia/Paraná, surge como possibilidade de territorialização das relações de trabalho camponesa.

O camponês construído e reproduzido no processo de trabalho concreto é proprietário da terra e dos outros meios de produção e utiliza-se do trabalho familiar para garantir sua existência. Combinado a produção para subsistência\autoconsumo com a produção mercantil, por exemplo, a unidade camponesa, ao mesmo tempo é uma unidade de produção e uma unidade de consumo.

Para a análise do trabalho dos camponeses é necessário refletir e identificar a diversidade de relações existentes no campesinato que se expressa, principalmente, no trabalho da família camponesa. É a análise da família camponesa que vai permitir a compreensão do trabalho dos camponeses.

Porque é através do uso da força de trabalho familiar que as tarefas agrícolas são desenvolvidas. Lembra Garcia Jr (1983, p 59) com a disponibilidade de um lote de terra, “o trabalhador pode materializar o roçado a força de trabalho de sua unidade familiar”. Assim, ele garante uma produção que serve para o consumo desta mesma unidade familiar, seja ela diretamente apropriada com tal finalidade, seja vendida para, com o dinheiro obtido, poder obter o necessário ao consumo familiar.

Sendo assim, a materialização do trabalho familiar camponês (roçado) no lote de terra fornece os meios materiais para o consumo da casa. São os habitantes de uma mesma casa que trabalham em um mesmo lote. Tanto no roçado como na casa, todos, os membros de uma mesma unidade doméstica colaboram nas tarefas aí desenvolvidas. Mas Garcia Jr (1983) chama atenção para a divisão do trabalho familiar camponês dizendo.

As tarefas não são indiferenciadas dentro do grupo doméstico, de tal modo que qualquer membro “faça de tudo”. Há diferenças de sexo e idade nas tarefas executadas, bem como há normas explícitas de autoridade dentro do grupo doméstico que define quem decide sobre o quê. É ao homem, pai de família, que cabe organizar as tarefas do roçado para prover a casa. É a mulher, mãe da família, que cabe organizar as tarefas da casa que possibilitam o consumo do grupo doméstico. (GARCIA JR. 1983, p.60).

Portanto, um dos indicativos de que o trabalho do camponês apresenta característica que a “teoria do valor da mercadoria” (relações tipicamente capitalista) não permite apreender é a sua divisão. A divisão familiar do trabalho do camponês esta atrelada a particularidades da família camponesa. Portanto, a divisão do trabalho do camponês, diferente da organização do trabalho tipicamente capitalista, tem como elemento central a família.

3.2. DIVISÃO FAMILIAR DO TRABALHO DO CAMPONÊS

Na produção camponesa, existe um trabalho que serve à elaboração de objetos úteis e concretos aos trabalhadores (trabalho não-capitalista) e um trabalho que se constitui em mercadoria, típico do capitalismo. Mas, o trabalho do camponês de característica não-capitalista também serve à produção de mercadorias e por isso não deve ser considerado à parte do modo de produção capitalista.

O trabalho do camponês apresenta singularidades também no fato da família se constituir no núcleo central de sua organização. A partir da família, se realiza uma divisão camponesa do trabalho feita a partir da idade, sexo e número de membros que se entrelaçam de diferentes maneiras na realização das atividades na terra. Assim, verifica-se uma “divisão sexual” do trabalho em que os homens se encarregam de algumas atividades e as mulheres de outras e uma “divisão etária”, ou seja, a divisão de responsabilidade pelas tarefas (trabalho) de acordo com a idade de cada membro da família.

Sobre a divisão do trabalho familiar camponês Garcia Jr (1983), também, observa.

Se o chefe da família, pequeno produtor, tem a responsabilidade de prover a subsistência de seu grupo doméstico, isto não quer dizer que o faça só a partir de suas próprias atividades. Ao contrário, é organizado as tarefas desenvolvidas pelos membros de sua família no roçado que ele desempenha o seu papel. (GARCIA JR, 1983, p. 100).

Este fragmento da obra “Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores” de Garcia Jr (1983) relata peculiaridades na divisão do trabalho familiar camponês, ou seja, o trabalho do camponês é organizado pela própria família. E o fato do trabalho ser organizado e realizado por membros de uma mesma família se opõem a processos de trabalho em que os participantes são reunidos e organizados por outras relações, como o trabalho assalariado. Isso ocorre porque as relações de solidariedade entre os membros de uma mesma família, na produção, são de outra natureza (econômica e social) que as que estão postas nestes outros modos de processo de trabalho.

Outro Autor que contribui na compreensão do trabalho familiar é A V Chayanov na obra “*La Organización de la Unidad Económica Campesina*” (1974). Segundo autor, cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e consumo, necessário para garantir a sobrevivência da família.

T. Shanin (1980), na obra “Definição de camponês – conceituações” também vê o campesinato como um mundo diferente, formando por elementos com características próprias, capazes de estabelecer um padrão de relações sociais distintas do restante da sociedade. A unidade familiar é extremamente autossuficiente e sua organização interna orienta-se em função da produção, consumo, sociabilidade, suporte moral e ajuda econômica mútua dos membros familiares. É perceptível a valorização de hierarquia familiar, onde geralmente o pai ou um membro mais velho marca sua autoridade na direção de processo evolutivo.

A conquista da terra do assentamento “16 de Maio” permitiu a recriação e reprodução do trabalho de camponeses baseado no núcleo familiar. O trabalho familiar, solapado com expulsão/expropriação dos camponeses da terra, foi recuperado a partir das lutas e conquista da terra de assentamento. Assim, a conquista da terra permitiu reconstrução de relações não-capitalistas, das quais se destacam o trabalho dos camponeses, que organizado pelo núcleo familiar, possui uma divisão diferente da produção “tipicamente” capitalista.

A participação de cada membro da família é elemento importante para entender a divisão do trabalho do camponês, quando se verifica uma divisão do trabalho pautada no número de membros da família. Acrescenta-se também uma “divisão sexual” do trabalho em que os homens se encarregam de algumas atividades e as mulheres de outras e uma “divisão etária”, ou seja, a responsabilidade pelas tarefas (trabalho) de acordo com a idade de cada membro.

Para evidenciar a divisão pelo núcleo familiar camponês é necessário compreender como esta se realiza. Mas quantos membros trabalham? Quantos são considerados trabalhadores? Estes questionamentos levaram a criação da tabela 04 onde pretendemos demonstrar o número de trabalhadores e de não trabalhadores (consumidor) no núcleo familiar camponês.

A divisão do trabalho do camponês a partir do “número de membros” trabalhadores da família foi feita na relação com a faixa etária e classificada da seguinte forma: capacidade completa de trabalho (membros de 15 anos acima); capacidade média (membros de 10 a 14 anos); capacidade baixa/inexistente (membros até 9 anos). Assim, é possível verificar na tabela a seguir (tabela 04) membros da família com capacidade de trabalho completa, capacidade média e capacidade baixa/inexistente¹².

¹² A pesquisa de campo realizada em 2009 e 2011 foram coletados dados de 13 famílias assentadas representando, aproximadamente, uma amostra de 6% do universo de 220 famílias.

Tomando o exemplo do lote número 01, na tabela a seguir, verificamos que a família é constituída de 4 membros trabalhadores: o casal, um membro de 15 anos cima e um membro de 10 e 14 anos de idade, somando um total de 3,5 trabalhadores.

Tabela 04 **MEMBROS, IDADE E CAPACIDADE DE TRABALHO DA FAMÍLIA.**

Lotes	Casal	Filhos/as			Outros membros			Total capacidade de trabalho
		Até 9 anos	10-14 anos	15 anos acima	Até 9 anos	10-14 anos	15 anos acima	
01	2		1	1				3,5
02	2							2
03	1							1
04	2			1				3
05	2	1						2
06	2		1	2			2	6,5
07	2							2
08	2	1	1					2,5
09	2		1					2,5
10	2			1				3
11	2							2
12	2							2
13	2		1	1				3,5
Total	25	2	5	6			2	35,5

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Elaboração: Gonçalves, L.D. (2011)

O número de membros trabalhadores da família pode ser cotejado com o número de consumidores da família, tal como tratou Chayanov (1974) ao caracterizar o campesinato a partir do pressuposto de trabalho e consumo, pois existe membro que “consome e trabalha” e membro que somente “consome”. Esta relação se desdobra na capacidade produtiva da família, podendo haver déficit ou equilíbrio no volume de produção a partir do consumo-trabalho dos membros da família.

Verifica que filhos menores de até 9 anos são apenas consumidores, pois sua capacidade de trabalho é limitada. Já os filhos entre 9 e 14 anos são consumidores que possuem média capacidade de trabalho, auxiliando no equilíbrio entre trabalho e consumo. Já aqueles membros ou casal que estão acima de 15 anos de idade se constitui em consumidores e trabalhadores com “capacidade completa”, responsável pelo equilíbrio entre trabalhador e consumidor.

A partir da tabela 04 pode se montar uma nova tabela, comparando os trabalhadores e os consumidores de cada propriedade camponesa. Na tabela a seguir (05) vão ser destacados,

também, os membros da família camponesa que consomem, ou seja, que tem os seus gastos reduzidos dos “lucros” da propriedade.

A capacidade de consumo dos membros da família foi classificada de acordo com a idade dos seus membros. As crianças até 9 anos de idade foram classificadas como meio consumidor, (gasta a metade que um adulto). As pessoas com idade superior a 9 anos foram classificadas como um consumidor completo, utilizando-se do mesmo critério para determinar a de capacidade de trabalho.

Tabela 05 **RELAÇÃO: TRABALHO – CONSUMO**

Lote	Capacidade de trabalho	Nº membros da família Consumo	Balanco
01	3,5	4	Déficit
02	2	2	Equilíbrio
03	1	1	Equilíbrio
04	3	3	Equilíbrio
05	2	3	Déficit
06	6,5	7	Déficit
07	2	2	Equilíbrio
08	2,5	4	Déficit
09	2,5	3	Déficit
10	3	3	Equilíbrio
11	2	2	Equilíbrio
12	2	2	Equilíbrio
13	3,5	4	Déficit
Total	35,5	40	Déficit

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Elaboração: Gonçalves, L. D. (2011).

Assim, conforme tabela anterior (tabela 05), as famílias podem apresentar déficit, equilíbrio ou excedente de capacidade de trabalho em relação ao consumo. 54% das famílias assentadas apresentaram equilíbrio entre trabalho e consumo e, 46% apresentaram um déficit no número de trabalhadores (mas isso não significa que há um déficit na produção), o que significa que há mais consumidores do que trabalhadores.

Além da abordagem do trabalho do camponês a partir do número de membros trabalhador-consumidores e sua relação com a faixa etária, outro elemento deve ser considerado na divisão do trabalho, ou seja, o sexo de cada membro da família. Na unidade produtiva camponesa cabe aos homens e às mulheres determinados trabalhos definidos a partir do sexo de cada membro da família.

Ao homem, geralmente o chefe da família, cabe à responsabilidade de decidir sobre as “principais” tarefas a serem realizadas, tais como preparação da terra para o plantio, cultivo

de produtos que geram renda, ordenha para o comércio, contatos na cidade para compra e venda de produtos agropecuários, ferramentas, etc. O marido pode realizar trabalhos leves e pesados, bem como aqueles de menor e maior complexidade. Pela sua maturidade ele possui conhecimentos técnicos de cultivos somados ao seu vigor físico.

À mulher, cabe o trabalho de cuidar da casa e seu entorno bem como as atividades relativas à produção de alimentos como o cuidado da horta e pequenos animais, ordenha para subsistência, cultivo de ervas medicinais, etc. Algumas lavouras destinadas ao autoconsumo como pequenas roças de amendoim, pipoca, frutas, tubérculos, dentre outras, estão entregues à responsabilidade da mulher.

Nesta divisão camponesa do trabalho cabe ao homem ainda a distribuição da maioria das atividades entre os membros da família, sobretudo aquelas atividades que geram renda. “Quando tenho que ficar um ou dois dias fora, deixo dito o que tem que fazer. O que ela – esposa – não da conta de fazer sozinha nós deixa tudo pronto antes de eu ir” (ASSENTADO A). O fato de “deixar dito” indica uma hierarquização que se desdobra na divisão das atividades, sendo que aquelas atividades comerciais que geram renda estão sob comando do homem e aquelas atividades de subsistência ficam sob responsabilidade da mulher.

Um exemplo ilustrativo é o caso do trabalho na criação de suínos, pois é uma atividade de responsabilidade compartilhada entre o homem e a mulher. Para compreender a divisão do trabalho de criação de suínos foram destacadas as seguintes atividades: aquisição do animal, produção dos alimentos, alimentação, medicação, decisão do abate, preparo para abate, decisão da comercialização, comercialização, decisão do destino do dinheiro.

Tabela 06 **DIVISÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE SUÍNOS**

Trabalho	Homem (%)	Mulher (%)
Aquisição do animal	100	-
Produção dos alimentos	100	100
Alimentação	100	50
Medicação	100	-
Decisão do abate	15	100
Preparo para abate	100	100
Decisão da comercialização	100	50
Comercialização	100	-
Decisão do destino do dinheiro	100	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Elaboração: Gonçalves, L. D. (2011)

A partir dos dados apresentados na tabela 06 verifica-se que a “aquisição dos animais”, “medicação” e “comercialização” são atividades feitas somente pelos homens.

“Quem compra e vende o gado, um porco, sou eu – homem -. Ela não faz isso não, ela sempre está em função da casa”. “Eu – mulher – nunca comprei nada disso, nem porco nem gado... lá fora e tudo ele que mexe, às vezes quando ele chega em casa ele avisa que vendeu um porco, um boi” (ASSENTADO B, 2009).

A “produção de alimentos” para os animais suínos é feita pelos homens e mulheres, ou seja, todas as mulheres e homens realizam tal atividade. Isso ocorre também com o trabalho de “preparo do abate” e “decisão do destino do dinheiro”.

Verifica-se que os homens pouco participam na “decisão do abate”, pois geralmente a mulher tem domínio e mais conhecimento do que o homem sobre as necessidades e estoque de alimentos da família. “A mulher que me avisa quando tem que matar um porco, ela sempre fica de olho no congelador e quando está aparecendo o fundo ela me diz que precisa matar um porco ou uma cabeça de gado” (ASSENTADO B, 2009).

A “decisão do destino do dinheiro” é de responsabilidade do homem e da mulher, porque os dois são responsáveis pelas criações de suínos. Dando a evidencia de que o trabalho é um dos fios condutores na hierarquia camponesa. Quem trabalha, pode expressar sua opinião.

Entretanto, é necessário observar que o cuidado com o estoque de alimentos originários de animais de pequeno porte fica sob responsabilidade das mulheres. O cuidado com animais de grande porte, sobretudo aqueles que geram maiores rendas monetárias, ficam mais sob responsabilidade do homem.

Verificam-se a partir dos exemplos citados sentidos diversos no trabalho do camponês, o que o diferencia do trabalho enquanto mercadoria. As características da família auxiliam na compreensão da divisão do trabalho, mas as atividades a serem realizadas por essa família, também, são merecedoras de análise.

3.3. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA DIVISÃO CAMPONESA DO TRABALHO

Além da divisão sexual do trabalho, como no exemplo da produção de suínos destacado anteriormente, outros fatores também influenciam nesta divisão, como é o caso do grau de “complexidade” e exigência de “esforço físico” do trabalho. Assim, de acordo com a complexidade e grau de exigência de esforço físico, o trabalho poderá ser realizado pelo

homem, mulher, crianças ou idosos. Mas, a exigência de “esforço físico” e “complexidade” se relacionam e se desdobram na divisão sexual do trabalho.

De acordo com a exigência de esforço físico, o trabalho no lote camponês do assentamento pode ser classificado em “leve”, “médio” e “pesado”. A diferenciação em trabalho leve, médio e pesado implica na exigência de força física para a sua realização. Quanto menor a força física exigida para a realização de uma determinada atividade, mais cedo os filhos se responsabilizam pelo trabalho.

Aos filhos menores, por exemplo, cabem os trabalhos leves e ao homem cabem os trabalhos mais pesados. Os trabalhos “pesados” como o de aplicar “veneno” e limpeza das lavouras e pastagens, colheita, dentre outras, cabe aos homens. Às crianças e membros idosos da família cabem os trabalhos “leves”, pois exigem menos esforço físico como é o caso da limpeza do “quintal” da casa, cuidado com pequenos animais, preparo de alimentos. Às mulheres também cabe os trabalhos leves, mas de acordo com as necessidades da família, ela também pode desempenhar trabalhos pesados.

Muitos trabalhos realizados pelas crianças têm um sentido lúdico, pois se assemelham mais a brincadeiras. Mas, é uma “brincadeira séria”, pois além de contribuir na produção, também possui um sentido pedagógico.

Quando vou lidar com os bichos ela – filha – sempre vem junto, ela já tira um pouco de leite, ajuda a chamar e tratar as vacas, mas ela não trabalha muito, pra ela tudo é brincadeira, as crianças são sempre assim, trabalha um pouco e vão brincar (ASSENTADO C, 2009).

Além disso, as atividades leves podem se constituir demasiadamente pesadas, estafantes e nocivas à saúde, como destacou Paulilo (1987) em “O peso do trabalho leve”, ao estudar o trabalho realizado pelas crianças e mulheres do Sertão da Paraíba e Sul de Santa Catarina. Os trabalhos, quando são realizados por mulheres e crianças, logo já são classificados como leves.

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos,

uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar (PAULILO, 1987, p.79).

A realização do trabalho segundo o grau de complexidade está relacionada à exigência de habilidades na sua realização. Existe trabalho considerado “leve” ou “pesado” quer seja eles complexos ou simples.

Tabela 07. FAIXA ETÁRIA, COMPLEXIDADE E ESFORÇO FÍSICO NO TRABALHO

Trabalho	Até 9 anos	10-14 anos	15 anos acima
Trabalho leve	x	x	-
Trabalho médio	x	x	x
Trabalho pesado	-	x	x
Trabalho complexo	-	x	x
Trabalho simples	x	x	x

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Elaboração: Gonçalves, L. D. (2011).

Verifica-se na tabela 07 que com 9 anos de idade os filhos já se encontram inseridos na divisão do trabalho, pois já acompanham os pais e irmãos mais velhos nas atividades realizadas. Mas, é a partir dos 15 anos que eles são considerados como trabalhadores com “força completa”, como destacado anteriormente, inclusive trabalhando fora do lote, quando necessário.

Para evidenciar a inserção dos filhos de acordo com a faixa etária no trabalho nas unidades camponesas serão exemplificadas diversas tarefas como ordenha, alimentação, medicação e abate de animais, roça pasto, plantação e comercialização da produção. A inserção significa a iniciação no trabalho que pode ser integral ou parcial.

Tabela 08. INSERÇÃO DOS FILHOS NO TRABALHO DE ACORDO COM FAIXA ETÁRIA (%)

Trabalho	Até 9 anos	10-14 anos	15 anos acima
Ordenhar	30	70	-
Alimentar dos animais	70	30	-
Medicar dos animais	-	-	100
Abater de animais	-	50	50
Roçar pasto	-	30	70
Plantar	-	20	80
Comercializar produção	-	20	80

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Elaboração: Gonçalves, L. D. (2011).

Os trabalhos de “ordenha” (tabela 08) e de “alimentação dos animais” são considerados leves e os filhos começam a realizar tais atividades até 9 anos. 30 % e 70% dos filhos com menos de 9 anos tem alguma participação (integral ou parcial) na atividade de ordenha e alimentação de animais, respectivamente. Geralmente os filhos começam a trabalhar nestas atividades aos seis anos, assumindo tarefas simples de condução de animais mais mansos à estrebaria e acompanhamento pais e irmão mais velhos. Não foi encontrado nenhum caso em que os filhos começam o trabalho de ordenha e alimentação de animais acima dos 15 anos. Todos começaram antes dessa idade.

A “medicação” e “abate” dos animais são atividades realizadas pelos filhos mais velhos, pois exige força física média e possui alto grau de complexidade porque demanda de experiência de manejo com os animais para não colocar em risco a vida do trabalhador. Neste caso, 100% do trabalho de medicação e 50% do trabalho de abate são iniciados após os 15 anos de idade.

O trabalho de “roçar pasto” é considerado um trabalho pesado, mas de menor complexidade. 70% dos filhos começam a realizar esta atividade acima de 15 anos. O “plantio” que é um trabalho que exige força física média, mas é considerado de alto grau de complexidade é iniciado em 80% dos casos também acima de 15 anos.

O trabalho de “comercializar a produção” é uma atividade leve, mas altamente complexa e geralmente está a cargo dos pais. Os filhos (80%) iniciam nesta atividade como acompanhante dos pais acima dos 15 anos e se trata de inserção gradual e de longo prazo.

Outro importante exemplo da divisão familiar do trabalho, além dos apontados na tabela 06 e 08, é a colheita de milho. A maior parte da produção (95%) é destinada ao consumo na unidade camponesa e os 5% restantes são destinados à comercialização.

A primeira parte da colheita é a quebra do milho, quando cada membro da família recolhe as espigas da planta e forma a “bandejas”, ou seja, um amontoado de espigas prontas para serem levadas para o paiol. No recolhimento do milho é preciso considerar o elemento “força física” para realizar a carga e transporte do balaio (cesto de bambu) e guiar o carro/carrinho.

O membro da família que tem mais força física (homem) fica encarregado do balaio. Os que possuem física menor (mulher) ficam encarregados do recolhimento das bandejas de milho para o balaio. O trabalho de guiar o carro/carrinho é realizado pelo membro de menor força física, como os filhos menores.

Com base na colheita do milho percebe-se uma divisão do trabalho a partir do número de membros da família, sexo e idade. Todos os membros da familiar são importantes no desenvolvimento das atividades.

Em contato com assentamento “16 de Maio” ficam evidentes os exemplos da importância masculina nas propriedades camponesas. Responsabilidades que perpassam do roçado aos negócios (trabalhos pesados e complexos) somados a figura de quem organiza o trabalho na propriedade. E o trabalho “leve” das mulheres e crianças?

Pouco se fala ou se da importância a estas atividades. No geral, o trabalho das mulheres é colocado como secundário e o das crianças, muitas vezes, nem ao menos são considerados como trabalho pelas famílias.

Paulilo (1987) ao se questionar sobre os baixos salários oferecidos ao trabalho feminino e infantil também identificou que as baixas remunerações oferecidas não se encontram na característica do trabalho realizado, mas pela posição que seus realizadores se encontram na hierarquia familiar. Por isso, pouco os assentados falam ou dão importância a estas atividades. Mas o estudo do trabalho feminino e infantil (leve) deve ser debatida pelos pesquisadores.

O “estágio de vivência” realizado demonstrou, mais uma vez, ser importante para entender o trabalho na produção camponesa. Tornando evidente que o trabalho feminino e infantil é importante no andamento e dinâmica das propriedades.

Quando nos referimos ao trabalho feminino e infantil (leve) não estamos nos referindo apenas atividades domésticas ou simples de serem realizadas. Mas atividades que tem o seu destino à comercialização e que apesar de serem classificadas como atividades “leves” são morosas e cansativas ao serem realizadas. Por exemplo, a produção do fumo (fumicultura).

Na produção do fumo as mulheres e crianças participam de quase todas as atividades, por ter como característica trabalhos considerados “leves”. “Leves”, mas extremamente cansativos, por serem trabalhos minuciosos e prolongados. Podendo-se concluir que o trabalho é considerado “leve” por poder ser realizado por mulheres e crianças e não por não serem importantes ou mesmo desnecessários.

A partir da produção de fumo montamos a tabela 09 para identificar as etapas da produção que as mulheres e crianças estão envolvidas de forma direta.

Tabela 09. PARTICIPAÇÃO DE MULHERES E CRIANÇAS NA PRODUÇÃO DE FUMO

Etapas da produção de fumo	Mulheres	Crianças
Preparação do Solo	-	-
Preparação das Sementes e mudas	X	X
Plantio	-	-
Aplicação de veneno	-	-
Colheita	X	X
Guardar na Estufa	X	X
Classificação das folhas	X	X
Enfardamento	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Elaboração: Gonçalves, L. D. (2011).

Pode-se observar que em 50 % das atividades expostas pela tabela 09 mulheres e crianças encontram-se envolvidos de forma direta. Reforçando a tese de que o trabalho pode ser considerado “leve”, mas de maneira alguma desnecessário, isto também é visível por meio das fotos da camponesa e seus filhos realizando trabalho de seleção das folhas de fumo e do filho de 14 anos realizando o trabalho da “quebra de milho”.

Foto 01. CAMPONESA E SEUS FILHOS REALIZANDO TRABALHO DE SELEÇÃO DAS FOLHAS DE FUMO



Fonte: Pesquisa de campo (2009).

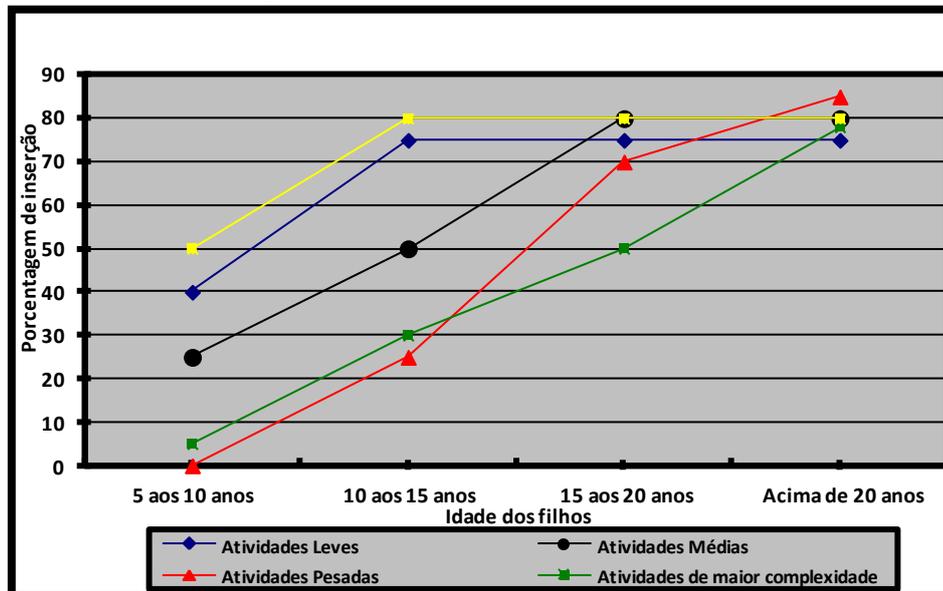
Foto 02. FILHO DE 14 ANOS NO TRABALHO DE “QUEBRAR MILHO”



Fonte: Pesquisa de campo (2009).

A partir dos dados expostos foi possível elaborar o gráfico “Evolução dos filhos na divisão do trabalho”.

Gráfico 01. A EVOLUÇÃO DOS FILHOS NA DIVISÃO DO TRABALHO



Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Elaboração: Gonçalves, L. D. (2011).

Neste gráfico, é possível verificar a porcentagem de inserção nas atividades leves, médias, pesadas, de menor e maior complexidade. As atividades leves e de menor complexidade, inicia-se com 5 a 10 anos nas famílias assentadas, correspondendo entre 40 a

50% das crianças. Em relação aos indivíduos de 10 a 15 anos, destaca-se mais de 50% além dos serviços leves e de menor complexidade as atividades médias. E a partir de 15 anos de idade, a característica aponta que os indivíduos tornam-se responsáveis por todas as atividades, especialmente as de maior complexidade e as pesadas.

A divisão do trabalho do camponês esta assentado nas características da família. Esse fato faz com que o tempo de trabalho não seja rígido como em uma fábrica, permitido que a família tenha “controle” relativo do tempo de trabalho.

A “produção de leite” é um exemplo utilizado para tratar da divisão do trabalho familiar e de um relativo controle do tempo do trabalho realizado. A produção de leite se constitui numa atividade muito importante na geração de renda e subsistência dos camponeses e praticamente 100% dos assentados trabalha nesta produção. Em 60% dos lotes o trabalho da ordenha é feito somente pelo homem, 30% é feito pelo homem-mulher e 10% restante feito homem-mulher-filhos.

FOTO 03. ASSENTADO (IDOSO) TRABALHANDO NA PRODUÇÃO DE LEITE



Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

O trabalho na atividade leiteira é considerado um dos mais rígidos pelos camponeses, pois ele deve ser realizado todos os dias, independente de feriados, finais de semana ou “dia

santo”. Mas, mesmo considerado como rígido é possível identificar estratégias que tornam o trabalho mais “flexível” como horário de início, por exemplo.

Esta “flexibilidade” indica que o camponês possui, parcialmente, controle do ritmo e tempo de trabalho. É ilustrativo o depoimento de um assentado, enquanto fazia a ordenha de manhã: “Eu poderia fazer isso em uma hora e meia, mas sempre levo duas a duas horas e meia. Não tenho pressa. Além disso, o caminhão passa só lá pelas 11h00min horas e por isso não preciso pressa” (ASSENTADO B, 2009).

Deve ser considerado também que a família camponesa tende a realizar a ordenha no mesmo horário todos os dias porque pode alcançar melhores índices de produtividade. Mas, isso nem sempre ocorre porque depende de outras atividades programadas para o dia de trabalho. A flexibilização ocorre também dependendo das condições do tempo, pois nos dias de chuva algumas atividades se tornam impossibilitadas de ser efetivadas, o que se desdobra na redefinição das tarefas.

O fato de a família ter que se deslocar para a cidade por qualquer motivo também se desdobra no horário da ordenha, pois o horário pode ser antecipado ou intensificado com a participação de mais membros da família no trabalho. Assim, verifica-se que a família tem a possibilidade de reordenar o tempo de trabalho no lote. Esse reordenamento das tarefas só é possível pelo fato de possuir controle (relativo) do tempo de trabalho.

No geral, pode-se concluir que a divisão do trabalho no campesinato está vinculada às particularidades da família. Que define quantos membros trabalha e quantos membros consomem. Para tanto, a sua compreensão perpassa pela dimensão do núcleo familiar. Há também, diferenças de sexo e idade nas tarefas executadas, bem como há normas de autoridade dentro do grupo doméstico que define quem decide sobre o quê. Outro fator que influencia na divisão familiar do trabalho é que tipo de atividade a ser realizado, se exige mais ou menos força física ou grau de complexidade. Estas particularidades da divisão familiar camponesa, também, permitem entender a inserção dos filhos no trabalho, que depende da idade, sexo e maturidade, como um “controle” relativo do tempo de trabalho. Assim com o evoluir da família, “mais ou menos” membros que trabalham, há mesma se reorganiza.

Além do trabalho familiar, há no assentamento um trabalho comunitário (apresentado no capítulo IV), realizado entre as famílias (vizinhos parentes ou amigos). O trabalho comunitário é “gratuito”, no sentido de não haver dinheiro envolvido, mas quem doou trabalho espera recebê-lo em outro momento, podendo ser retribuído em trabalho, apoio político, ou mesmo apreço (amizade).

CAPÍTULO IV

O TRABALHO COMUNITÁRIO DOS CAMPONESES

A compreensão do trabalho comunitário dos camponeses pressupõe a conceituação de comunidade. Nesta, é necessário considerar as relações de “parentesco” (Woortmann, 1995), “localidade, sentimento de pertencimento e reciprocidade” (Sabourin 2009), ou seja, a comunidade deve ser caracterizada como o “território” (Bombardi, 2004) de um grupo social, em que os camponeses estabelecem um trabalho típico e peculiar, o trabalho comunitário.

O trabalho comunitário, realizado, neste caso, no assentamento “16 de Maio”, pode ser compreendido como parte da produção não-capitalista, no interior do modo de produção capitalista. A produção não é orientada estritamente pela produção de mercadorias, pois perpassa pela solidariedade e reciprocidade entre as famílias.

Considerar o camponês autor exclusivo de sua própria existência seria amputar a dimensão mercantil de sua atividade econômica. Contudo, não basta registrar unicamente e exclusiva a sua presença nos mercados capitalistas, antes de se realizar enquanto mercadoria, a produção dos camponeses passa pelo universo de trabalho comunitário, que tem, entre suas aspirações, a construção/reprodução da família e da própria comunidade camponesa.

A estrutura de reciprocidade que caracteriza o trabalho comunitário constitui-se de relação entre sujeitos que envolvem valores de afetividade, de confiança, de amizade e de ajuda mútua. Se expressa, também, por meio de formas de solidariedade na produção ou na redistribuição de alimentos, que constitui um nível real; mas, ao mesmo tempo, existe no plano simbólico através da reza, do compartilhamento, entre outros elementos.

Sob a ótica da reciprocidade tem-se a preocupação de entender o trabalho comunitário camponês. Este trabalho comunitário apresenta relações de reciprocidade camponesa como o fundamento das redes sociais (amizade, igreja, parentesco) no assentamento “16 de Maio” Ramilândia/PR. Assim sendo, os laços de solidariedade que se constitui no assentamento (parentesco e amizade) se manifestam nas relações de trabalho, desdobrando na produção.

4.1. COMUNIDADE E RECIPROCIDADE

O trabalho é um dos elementos que fazem parte da construção da comunidade, do mesmo modo, as relações comunitárias desencadeiam relações de trabalho, portanto, o trabalho faz parte do conceito de comunidade. Para entender o trabalho comunitário entre diferentes famílias, temos que compreender as relações sociais que se dão no assentamento/comunidade, porque a aliança entre famílias ou o sentimento de pertencimento, faz com que haja ajuda mútua, reciprocidade e trocas de dia de trabalho.

Na Geografia e outras áreas do meio acadêmico, há um número significativo de pesquisas sobre Comunidades. O conceito não é homogêneo, neste texto relataremos um breve estudo para que possamos entender tal conceito fundamental para compreender o trabalho dos camponeses.

De forma ampla, a terminologia comunidade é entendida como um grupo “territorializado através dos laços de vizinhança” (Bombardi, 2004), solidariedade, “elos sanguíneos e de aliança entre os membros de uma mesma família” (Woortmann, 1995).

Segundo Duarte (2012), a palavra “Comunidade” está associada à ideia de comunhão e compartilhamento. Este conceito foi amplamente utilizado no âmbito da cultura cristã para definir distintos níveis de afirmação do ideal de fraternidade terrena. A concepção de unidades territoriais organizadas como congregações religiosas passou aos EUA, sustentando um elemento fundamental da ordem política ainda vigente no país: as “comunidades locais”.

A partir do século 19, o “termo” passou prevalecer nas resistências às grandes modificações vinculadas a modernidade, como a urbanização, industrialização, desterritorialização da população e a ruptura das relações de respeito e solidariedade.

A Comunidade caracteriza-se por aspectos como a localidade e proximidade que carregam as noções de parentesco, espiritualidade. Mas, o “termo” comunidade perpassa pela noção de trabalho. O trabalho entre vizinhos, parentes, organizações religiosas e políticas. O trabalho é indissociável de toda e qualquer relação social. Portanto, o termo trabalho, também faz parte do conceito de comunidade.

Ao pesquisar a reprodução e recriação do campesinato em comunidades do município de Catalão (GO), Mendonça (1998), compreende a Comunidade relacionando-a entre o lugar e o exterior, a qual se transforma para suprir as necessidades dos produtores que visam à permanência na terra. Assim, destaca que: “a comunidade é a materialização concreta da resistência e das lutas desenvolvidas pelos moradores. Ela permanece como prova inconteste

de que a racionalidade camponesa não aceita a padronização e/ou a lógica da produção capitalista.” (MENDONÇA, 1998, p. 72). Portanto, o autor nota que apesar da implantação de determinadas técnicas modernas, não há a descaracterização da comunidade camponesa.

Para Fichter (1967) *apud* Sabourin (2009, p.48.), “uma comunidade pode ser definida como um grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos em comuns para satisfazer projetos em comum”. Sabourin (2009, p.48.) “complementa dizendo que, a comunidade rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais”. Portanto, é possível estabelecer, segundo Sabourin (2009) quatro princípios básicos da comunidade camponesa do Brasil: (a) parentesco, (b) localidade, (c) sentimento de pertencimento e (d) reciprocidade, as quais serão enfatizadas e trabalhadas nos subcapítulos a seguir.

4.1.1. PARENTESCO

Um dos elementos para compreender o conceito de comunidade perpassa pelo parentesco, o princípio básico do *parentesco* corresponde à descendência dos membros da comunidade de um ancestral comum. Segundo Woortmann (1995, p. 320.) “o parentesco é, entre outras coisas, uma linguagem que fala de, que fala com”, isto é, entre os membros envolvidos se travam diálogos, significando que o parentesco não só forma as alianças entre os camponeses como também dialoga com a história do campesinato.

Em “Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste” Woortmann (1995) estudou o parentesco como uma instituição importante na regulamentação do comportamento e a preservação de valores culturais. Utilizando-se do método comparativo, a autora analisou os camponeses de Lagoa da Mata, em Sergipe e os residentes na colônia teuto-brasileira de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul. A autora, neste trabalho, demonstrou que apesar das diferenciações éticas, os camponeses de Lagoa da Mata e Dois Irmãos ainda mantêm relações identitárias com os sistemas rurais, sendo capazes de desenvolver mecanismos que possibilitam a obtenção de uma resistência cultural que lhes permite a sobrevivência em um mundo em constante transformação.

Para Woortmann (1995) parentesco não são apenas os núcleos familiares ou pessoas que tenham laços sanguíneos, o entendimento de parentesco para a autora é mais amplo, se

estende a indivíduos que se ajudam, ou seja, não é formada apenas por laços sanguíneos e sim mantém relações de ajuda, afetividade e de trabalho.

Observa-se que Woortmann (1995) coloca o parentesco como central na compreensão do campesinato, em síntese, demonstra a importância do parentesco na compreensão do campesinato como um componente básico da reprodução social camponesa.

Neste sentido, as comunidades de camponeses expressam fortes laços sociais e, as relações de parentesco são importantes porque muitas alianças são construídas localmente. Ressalta-se a importância da área de endogamia em cujo seio se conclui os casamentos, por meio das estratégias de alianças (casamentos), efetivam-se as relações de proximidade entre as famílias.

Sendo assim, o conceito de comunitário perpassa pelo conceito de parentesco, por ser atribuído de conteúdos de aliança de relações de proximidade entre as famílias. Delimitando um território da aliança e redes sociais de trabalho.

Nas palavras de Mendras (1978, p.97) “as coletividades vizinhas formam entre si um tecido de laços que cria uma sociedade local” nesse sentido, há entre os camponeses a formação de um “tecido social” local, cujo alicerce se constitui no grupo parental, na amizade e na vizinhança. O interconhecimento e as formas de reciprocidade são decorrentes destas intensidades de relações nas comunidades.

Por ser um dos elementos para compreender o conceito de comunidade, o parentesco se torna importante para compreender o trabalho comunitário, no geral, os parentes se ajudam, colaboram uns com os outros, em diversas atividades. Por exemplo, no período da colheita do milho no assentamento, onde os “compadres” trabalharam juntos por uma semana para colher o milho antes da chuva, que aumentaria os índices de umidade, interferindo na qualidade do produto.

O trabalho comunitário realizado por parentes no assentamento “16 de Maio” não está relacionado apenas aos compadinhos, é comum genros e cunhados se reunirem no trabalho da fumicultura. Exemplo: quando não há possibilidade da realização das atividades, por motivos de idade ou enfermidades, os parentes são acionados. Assim, o trabalho imediato é realizado pelos parentes, muitas vezes filhos, genros e netos. O parentesco é importante na compreensão do trabalho comunitário realizado no assentamento “16 de Maio” e a aliança descrita por Woortmann (1995), formada pelo parentesco, é concretizada/consolidada pelo trabalho realizado entre estes parentes, a aliança é constituída pelo trabalho comunitário dos camponeses.

A partir do trabalho comunitário é possível compreender as alianças formadas no assentamento, ou seja, a ampliação dos laços de parentesco. O trabalho comunitário dos camponeses possibilita a ampliação dos laços afetivos, através do compadrio, por exemplo.

Segundo Lanna (1995, p 196) o apadrinhamento das crianças é uma forma de ampliar os laços de parentesco com a constituição de aliança extremamente forte, que permite multiplicar as redes interpessoais além da esfera local, das classes sociais e das categorias sócio-profissionais.

Portanto, o trabalho comunitário dos camponeses apresenta dimensões de formação/extensão dos laços de parentesco, o compadrio é o exemplo disto. No geral, os camponeses sem-terra, são assentados longe de seus parentes biológicos, porém, criam-se através de convivência (trabalho) entre vizinhos, novas alianças.

Segundo Sahlins (2008) *apud* Lanna (2009) Entende-se o “compadrio como uma estrutura a partir da descrição de circuitos de reciprocidade, compreendida como circulação entre pais biológicos e espirituais”, como no caso de uma criança. O “compadrio implica assimetrias e desigualdades, além de remeter a uma ontologia do social fundada na circulação de valores não mercantis” e, no que Sahlins (2008) *apud* Lanna (2009, p.05.) designa de “estrutura elementar da vida política”.

Para Lanna (2009, p. 07) “encontra-se no batismo uma das principais origens do parentesco fictício, embora ele não seja o único - outras formas deste parentesco podem ser encontradas no ato do casamento, da crisma, ou mesmo em certas festividades”. No geral, o compadrio é uma relação constituída no ritual religioso, com os pais biológicos e os pais espirituais. Os pais espirituais são denominados de compadre e comadre.

Portanto, um exemplo de trabalho não-capitalista está na figura marcante do compadrio. Isso porque além de estreitar os laços de amizade e vizinhança, o compadrio pode ser analisado como uma estratégia de resistência camponesa assentada no não capitalismo devido a ajuda mútua e “gratuidade” entre eles. Assim, se em primeiro momento o trabalho estendeu os laços de parentesco através do compadrio, num segundo momento estes laços se desdobraram na forma de trabalho “gratuito”. A ampliação do parentesco com o compadrio proporciona de maneira geral, a ajuda mutua.

Woortmann (1995) realça a ideia do parentesco como uma dimensão da reciprocidade, fundamental para a compreensão de alianças entre os camponeses. Inclusive, tece longa crítica aos economistas e antropólogos que apenas perceberam os camponeses enquanto grupos econômicos.

Muitos autores aceitaram tacitamente que a família era um fruto e trabalho doméstico apenas, e poucos perceberam o fato de que a reprodução econômica dos camponeses é tributária de sua reprodução enquanto família [...] uma reprodução social que se encontra em linhagens de descendência de estratégias de alianças”. (...) O parentesco, observando e considerando as alianças, é um sistema de trocas que também se funde por meio de estratégias e do poder (Woortmann, 1995, p. 34).

O compadrio, para além da extensão do parentesco, apresenta-se como estratégia camponesa para se apropriarem do trabalho. Neste ponto o trabalho tem papel primordial na formação das novas redes de parentescos, o qual deve ser entendido desde o acampamento dos sem-terras tendo sequência com a formação do assentamento em que a ajuda mútua, troca de dias de serviço, dentre outros, estreitam os laços entre as famílias. Mas, a nova rede de parentesco e compadrio no acampamento não é escolhida de modo aleatório, é analisada considerando a afinidade e destreza para o trabalho; recursos financeiros que ajudam na manutenção da família e do afiliado; posição social perante a comunidade; possível casamento entre os filhos – garantindo o acesso a terra. Neste sentido, a família camponesa vê na outra a possibilidade da reprodução social.

Woortmann (1995) ressalta que no estabelecimento de relações de reciprocidades são trocados não somente objetos ou coisas, mas pessoas, ou seja, suas relações.

As coisas ou as pessoas trocadas não carregam necessariamente o dom, mas a relação entre as pessoas ou entre as coletividades (famílias) e o sistema de obrigações e liberdades constituído socialmente é o que sedimenta a manutenção da sociabilidade e da reprodução das famílias. Em meia às alianças matrimoniais, as trocas de bens se misturam com as de trabalho, pois dentro de um sistema local de redes sociais, [...] famílias nucleares não são isoladas; pelo contrário, existe no interior de relações de parentesco e/ou vizinhança, em comunidades onde a troca de trabalho é um dos componentes centrais do padrão de reciprocidade (WOORTMANN 1995, p. 49).

A autora compreende o parentesco como uma fonte da aliança e por de trás dessa teia, de relações sociais, reacende-se a sociabilidade camponesa, sendo o trabalho comunitário central na rede de reciprocidade.

Salienta-se, ainda, que analisar o compadrio apenas pelo viés das trocas econômicas é um caminho e pode, evidentemente, construir hipóteses a cerca desta estrutura, mas analisá-lo somente deste ponto de vista é simplificar a realidade.

Por mais que uma relação entre indivíduos, como relata Woortmann (1995), seja uma relação de “personagens sociais” relacionados a uma relação de aliança entre grupos de

descendência que se sobrepõe aos indivíduos, as relações de parentesco podem incluir relações de dominação e não apenas de generosidade e de reciprocidade.

A ampliação/formação do parentesco por meio do trabalho comunitário dos camponeses não está limitada ao compadrio. Neste mesmo viés de análise pode-se refletir sobre o casamento. O matrimônio de modo geral, é condição essencial para a formação do parentesco. Segundo Woortmann (1995) o casamento legitima o homem, no caso o marido, a se apropriar do trabalho da mulher, ou mesmo o da família da noiva e mais a frente à dos filhos. Para tanto, o casamento entre camponeses é mais do que o simples matrimônio é a garantia de reprodução e a apropriação gratuita do trabalho alheio pela ampliação do parentesco.

Sozinho o homem não consegue realizar todas as atividades na propriedade camponesa porque pode haver um déficit no número de membros necessários para o trabalho, o casamento pode ser entendido como estratégia para se apropriar do trabalho do próximo, neste caso específico, o da mulher juntamente com a do sogro, cunhados, compadinhos e mais a frente, o trabalho dos filhos. O inverso também é verdadeiro, a mulher solteira filha de um proprietário, ou viúva (proprietária) casa-se para cobrir um déficit no número de trabalhadores. Se analisar uma família camponesa que têm apenas filhas, o casamento de uma delas significa a continuação da prosperidade familiar e da propriedade de trabalho pela ampliação do parentesco (casamento).

No geral, no campesinato existem pessoas que tem direitos sobre as outras. O pai tem direito sobre seus filhos e mais a frente o futuro sogro terá o direito sobre a filha de outra família camponesa, a qual se casará com um de seus filhos. Essa estrutura social que se forma (parentesco) é fundamental para compreender a apropriação do trabalho de forma gratuita no campesinato.

Outro aspecto do casamento (ampliação do parentesco) é aquele relacionado à propriedade da terra, que de uma maneira ou outra se relaciona ao trabalho e a reprodução camponesa. O casamento de um filho significa a permanência da propriedade da terra com família, o casamento de filhas com camponeses proprietários de terra garante à família, de forma geral apropriação gratuita de mais terras e a não (re)divisão da propriedade.

As estratégias assentadas no parentesco, entre outras, são necessárias para que o filho possa herdar a terra. Porque o fracionamento da terra inviabiliza o trabalho dos camponeses. Sendo assim, o campesinato utiliza-se do casamento (parentesco), para garantir a propriedade e a continuação do trabalho.

Através da compreensão da formação do parentesco como o casamento e o compadrio, torna-se possível avançar no entendimento das redes sociais estratégicas formadas pelos camponeses, na medida em que o parentesco através das relações de trabalho, “se constrói como um sistema onde o todo é uma estrutura composta de partes funcionalmente inter-relacionadas” (WOORTMANN, 1995, p. 65), também são construídas estratégias de resistências fundamentadas em uma produção não-capitalista. Onde vê na ampliação do parentesco uma saída para problemas relacionados à insuficiência de trabalho e terra.

4.1.2. LOCALIDADE

Localidade é um espaço delimitado no interior do qual vive um grupo ou conjunto de pessoas. Possui um contorno “preciso” a ponto de se tornar limite territorial para os hábitos cotidianos. Esta faz parte do conceito de comunidade, como tal, contribui na compressão do trabalho comunitário no assentamento “16 de Maio”. O sentimento de um lugar comum de familiaridade e vizinhança é propício para que o trabalho comunitário aconteça.

Ortiz (1999) entende que a localidade é um espaço com características peculiares, que evoca sentimentos de familiaridade e vizinhança, congrega certa identidade e história, hábitos e linguagem comuns.

Já Bourdin (2001), ao discutir o lugar da dimensão local na sociedade contemporânea por meio de um paradigma do local, propõe pensar que:

A localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos. Em outros casos, ela exprime a proximidade, o encontro diário, em outro ainda, a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas [...] (p.25).

O autor acredita que a localidade pode ser compreendida a partir de três dimensões: a) o local necessário; b) o local herdado; c) o local construído.

O primeiro - local necessário - é caracterizado pelo sentimento de pertencimento a um grupo comunitário, que poderia ser identificado pelos vínculos de sangue, da língua e do território. O local herdado - correspondem aos acontecimentos históricos e de identidade que podem estar manifestados nos bens culturais e no conjunto de regras comuns vividas por seus membros, expressos na religião, na cultura e na etnia, desse modo, considera-se a genealogia

e suas relações familiares como elementos característicos do local herdado. Já o local construído - é identificado como uma forma social que constitui um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo.

Outro autor que trata do conceito de local é Molina A. (2002) a qual destaca:

A noção de local engloba desde aspectos técnicos, como os limites físicos – rios, oceanos, lagos, montanhas, diferenças climáticas, características de solo, aspectos político-econômicos –, até diversidade sócio-cultural, histórica, de identidade, linguística, de tradições e valores etc., ou seja, estão em jogo as várias singularidades nas quais se constroem as práticas sociais (MOLINA A. 2002. p.8 *apud* PERUZZO C. M. K. 2009. p.145.).

Em geral, a localidade se associa à proximidade física entre pessoas e grupos, e destes com processos, organizações, instituições e um território concreto. Molina (2002) define a localidade a partir do encontro permanente entre os indivíduos e da possibilidade de estes assistirem, com a “própria carne”, cara a cara, às decisões políticas.

Portanto, a localidade é uma forma social que se constitui num nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo.

Sobre localidade Bombardi (2004) afirma que é.

Teia de relações que se estabelece acontece num determinado espaço, possui um limite espacial. Desse modo, a localidade se territorializa e, portanto, tem sua expressão numa unidade em que fica perceptível certa “homogeneidade” territorial (BOMBARDI, 2004. p. 59.).

Assim sendo, o agrupamento de algumas ou muitas famílias vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e atividades religiosas, constitui-se na estrutura da sociabilidade camponesa. Portanto, a localidade pode ser compreendida como uma unidade territorial, ou seja, uma noção de pertencimento construído pelos camponeses através de laços de solidariedade.

A partir do conceito de localidade consideramos que o campesinato não vive de forma isolada, não só no que se refere às relações que mantém com o mercado, mas, sobretudo, no que diz respeito às relações de parentesco e vizinhança. Esta última constitui-se entre a família e o povoado, uma estrutura que define o universo imediato da vida camponesa, em função da qual se configuram as suas relações sociais.

O assentamento “16 de Maio” se caracteriza enquanto localidade, é identificado por grupos de pessoas (assentados) que tem hábitos locais, organizações em brigadas, que se manifestam tanto no município de Ramilândia-PR (acesso crédito, melhoria da infraestrutura do assentamento), como em conjunto com o MST, para reivindicações de termo gerais (reforma agrária). Além de hábitos políticos, a conquista/formação do assentamento (histórico) constitui um dos elementos principais na relação, enquanto localidades, além destes, podemos citar os eventos festivos e religiosos entre as famílias do assentamento, que são considerados, trabalhos comunitários, construindo a localidade pelas práticas e auxílio mútuo.

4.1.3. SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

A comunidade camponesa existe em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva, do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que a constitui, uma vez que a origem desta comunidade permaneça ligada pela religião, um dos principais valores simbólicos de referência comum.

Ao discutir as formas de organização social na sociedade contemporânea, Marcos Palácios (2001) defende que alguns elementos fundamentais caracterizam uma comunidade na atualidade, dentre eles o sentimento de pertencimento.

Entendendo-o como

O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma Comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer a distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (à distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas. (2001, p. 7).

Sabourin (2009, p. 53) lembra que a comunidade só pode existir a partir da tomada de consciência de seus membros, de sua situação e sua identidade. Neste caso, torna-se necessário que os moradores façam parte de um círculo de confiança.

Portanto, os valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha, correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança. A perspectiva comunitária significa que o indivíduo pertence a um grupo, o qual pode definir a vida de maneira determinante.

O sentimento de pertencer apresenta-se visível em grande parte dos depoimentos de camponeses no assentamento “16 de Maio” em Ramilândia-PR, baseado pela unidade, solidariedade, força e de vida de uma comunidade. “Não ajudei no acampamento, mas me considero um “sem-terra” porque faço parte do “16 de Maio””.(ASSENTADO, 2009). Este assentado teve acesso a terra após a constituição do assentamento e mesmo não tendo feito parte do movimento (MST) naquele período, se considera um “sem terra” e hoje se identifica e participa do movimento.

4.1.4. RECIPROCIDADE

As comunidades, as redes de proximidade, as relações interfamiliares, as prestações de ajuda mútua constituem formas de relacionamento e de organização reguladas pela reciprocidade camponesa, e a reciprocidade faz parte do trabalho comunitário dos camponeses, porque os camponeses não trocam apenas objetos, trocam trabalho.

Por reciprocidade, entende-se a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social. Temple (2003) *apud* Sabourin (2009, p.51.) define a reciprocidade como o “redobramento de qualquer ação ou prestação, a qual permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana”.

Segundo Sabourin (2009), a reciprocidade pode se originar nos conselhos familiares que regem os recursos coletivos, em particular os pastos comuns, a água e equipamentos, se estendendo até as práticas de redistribuição e troca de trabalho ou solidariedades interfamiliar. Pode, ao mesmo tempo, se manifestar na doação de alimentos e sementes, bem como, na ajuda de trabalho sem retorno sistemático, no caso de uma colheita ruim ou doença.

As estruturas elementares de reciprocidade foram sistematizadas por Temple (1998), identificando alguns dos sentimentos e dos valores humanos produzidos pelas relações humanas intersubjetivas, como se verifica na Figura 01.

Sabourin (2009) destaca que os valores éticos são gerados pelas relações de reciprocidade simétrica (cara a cara, produz a amizade).

Temple (1998) *apud* Sabourin (2009) ressalta que as estruturas de reciprocidade binária correspondem às relações de aliança (casamento, compadrio, redes interpessoais etc.) que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. A relação de reciprocidade binária

simétrica (cara a cara) gera a amizade. Já a relação de reciprocidade binária assimétrica traz o prestígio do doador e a obrigação ou a submissão do donatário (dádiva).

As estruturas de reciprocidade ternária (entre gerações) envolvem pelo menos três partes. A relação de reciprocidade ternária pode ser (1) unilateral, (2) bilateral e (3) centralizada. A primeira pode ser exemplificada no caso da dádiva intergeracional (relações de pais para filhos), o que gera o sentido de responsabilidade. A segunda, bilateral, ocorre no caso do compartilhamento de recursos comuns.

Quando [a estrutura ternária] é bilateral, ela submete o sentimento de responsabilidade a uma obrigação nova; por exemplo, a obrigação de equilibrar as dádivas que chegam e um lado com aquelas que vão para outro. O objetivo do doador na estrutura de reciprocidade ternária unilateral consiste em dar o máximo possível; isto porque quando mais dá, mais gera vínculo social. Na reciprocidade ternária bilateral aquele que se situa entre dois doadores deve reproduzir a dádiva de um e de outro de forma apropriada. Tal inquietação é a da justiça (TEMPLE, 1998, p. 241, *apud* SABOURIN, 2009, p.59).

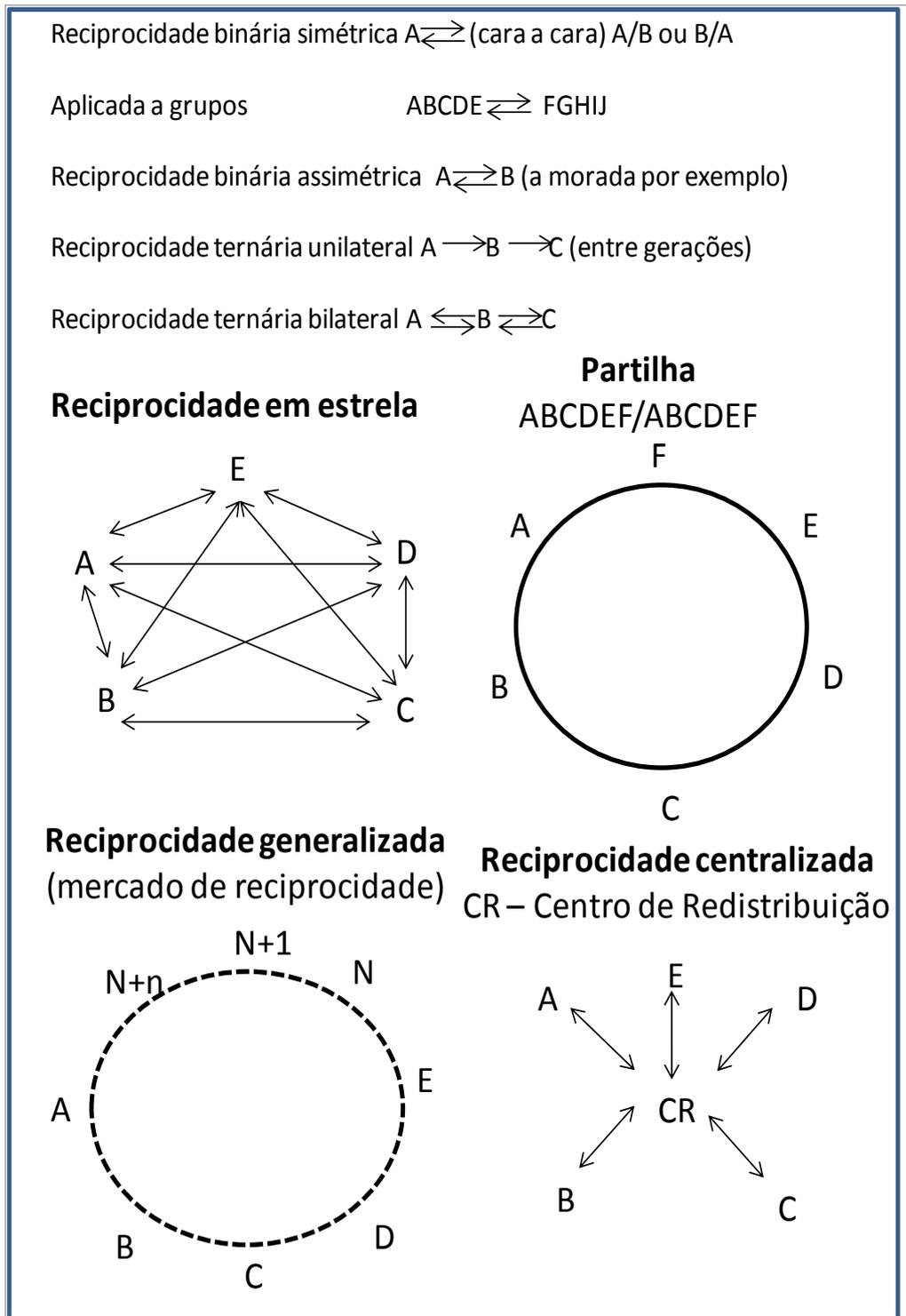
A estrutura de reciprocidade centralizada está relacionada às prestações e decisões distribuídas por um centro de redistribuição (o chefe, o patriarca, o rei, o poder religioso ou o Estado). Nessa estrutura, a confiança torna-se obrigação e obediência ao centro de redistribuição.

Segundo Temple (2004. p.3) reciprocidade generalizada também é chamada de ternária, porque três prestações são suficientes para simbolizar o ciclo. O autor ressalta que existem duas formas de reciprocidade generalizada: “uma que promove a responsabilidade, a outra que promove a confiança” (TEMPLE, 2004. p.16).

Sobre a reciprocidade generaliza Hyde (1979) cita.

Reciprocidade generalizada (a mais comum de todas as relações de reciprocidade): “supomos”, (...) “que você me dá um presente que eu transmito para um terceiro; quando este me devolverá por reciprocidade outro presente, não vou poder guardá-lo para mim, porque é justo que o devolva para você: este presente é o *hau do teu* (o *hau*: prestígio que lhe valeu o presente que você me fez) e não seria justo guardá-lo para mim, (HYDE, 1979, *apud*, TEMPLER, 2004, p.7).

Figura 01 **ESTRUTURAS DE RECIPROCIDADE**



Fonte: Sabourin (2009, p.58).
Elaboração: Gonçalves, L D. (2012).

Assim, a reciprocidade generalizada faz parte de um ciclo de troca entre indivíduos promovendo a responsabilidade e a confiança entre os envolvidos. A comunidade é fruto da identidade territorial (sentimento de pertencimento) criada a partir da sociabilidade

camponesa (reciprocidade). A teia de relações estabelecida entre as famílias camponesas (parentesco) dá ao grupo sua identidade, materializando-se no território.

Neste sentido, diferente do entendimento de comunidade interpretada por Sabourin (2009) de maneira isolada entendemos que a comunidade é uma unidade territorial, forjada a partir do trabalho do camponês e sobre redes de sociabilidade humana, configurando-se em um território que difere do produzido por relações tipicamente capitalistas.

As áreas de assentamento, neste caso o “16 de Maio” são exemplos de um território formado pelo trabalho comunitário dos camponeses. O trabalho arquiteta a sociabilidade camponesa e relações entre famílias. Construindo uma identidade (assentado) e um território (assentamento). Assim, o trabalho comunitário dos camponeses permite entender as áreas de assentamento enquanto comunidades.

Existem no assentamento diversas práticas (trabalho comunitário) que o caracterizam enquanto comunidades, estas, estão relacionadas às relações de reciprocidade, localidade, parentesco e sentimento de pertencimento, já expostos.

Um exemplo observado no assentamento é “ajuda mútua”, realizadas entre parentes, amigos e vizinhos, a “ajuda mútua”, geralmente, não é orientada pelo mercado de trabalho, mas, por relações comunitárias e solidárias. Esta prática (ajuda mútua) se constitui numa relação não-capitalista de trabalho, pois muitas vezes, não é paga financeiramente e o preço não é regido por regras mercadológicas e não há mais-valia.

No geral, as relações de vizinhança são propícias para a realização de trabalhos comunitários devido à questão de proximidade e a criação de vínculos sócio-afetivos. No assentamento “16 de Maio”, paralelamente as relações de troca mercantis, encontram-se prestações “econômicas” não mercantis que correspondem à permanência de práticas de reciprocidade camponesa ancestral ou modificadas em um novo contexto histórico. Este é o caso do trabalho comunitário dos camponeses.

Verificou-se no assentamento o exemplo de trabalho comunitário quando um camponês assentado realizou a castração de um animal suíno (reprodutor) numa visita entre vizinhos sem cobrança financeira, ou seja, uma espécie de “trabalho gratuito”. Em conversa informal na visita de vizinhos o “assentado A” disse ao “assentado D”: “preciso castrar este cachaço, já ta em hora de carnear”. O “assentado D”, sem se preocupar com o pagamento, dinheiro ou “mercado de trabalho” disse: “então traz logo uma faca bem afiada que faço esse serviço agora mesmo”. (ASSENTADO D, 2009).

O trabalho de castração não é atividade simples e demanda esforço físico, habilidade e conhecimento, pois pode levar o animal à morte em vista do seu sofrimento. O “assentado D”

que estava na condição de visitante, não considerou o trabalho de castração como um trabalho-mercadoria, mas, uma ajuda (ou troca não mercadológica) entre vizinhos.

Segundo Sabourin (2009), como destacado anteriormente, o “trabalho entre vizinhos” pode ser caracterizado por uma relação de reciprocidade binária simétrica (cara a cara), gerando a aliança, a amizade e redes interpessoais. Esta “ajuda entre vizinhos”, igualmente, corresponde a uma dinâmica de redistribuição e criadora de sociabilidade, fundamentada sob a luz da teoria da reciprocidade, identificada por Mauss (1974, *apud*, Sabourin, 2009) como “prestação total”.

Observa-se que o paradigma da reciprocidade aplica-se a toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno (trabalho de castração do animal), com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade e comportando, portanto, uma dimensão de “gratuidade”. Nesse sentido, a reciprocidade se distingue do intercâmbio (troca). Para Temple (1999) *apud* Sabourin (2009) “a operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto à estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos” (TEMPLE 1999 *apud* SABOURIN 2009. p. 60).

Desse modo, a visita entre os vizinhos de lote no assentamento possui um conteúdo de trabalho, mas não somente, pois outras dimensões estão implícitas nesta visita, como a descontração e a amizade. Neste caso, a visita implicou na realização de um trabalho não pago financeiramente, ou seja, o trabalho de castração do animal.

Outro exemplo de trabalho não pago financeiramente, observado no assentamento foi à captura de um touro que havia fugido do espaço cercado, trata-se de um animal demasiado violento, o que exigiu dos trabalhadores grande esforço e risco de vida.

Este trabalho de captura do touro, assim como no caso da castração do suíno, não teve como pilar central a dimensão mercadológica. Para a realização do trabalho de captura do touro, além do proprietário, trabalharam os vizinhos próximos ao lote, que durante toda manhã ajudaram-no a prender o animal fugitivo, vale mencionar que o trabalho da captura do touro, não foi tarefa fácil. Entretanto, os camponeses contavam a façanha com muito entusiasmo, risos e euforia, misturando alegria e trabalho.

Este exemplo citado (captura do touro) foi um trabalho pautado na solidariedade ou troca não mercadológica do que na venda de força de trabalho. Os vizinhos deixaram seus afazeres, inclusive para ajudar na captura do animal. Portanto, este trabalho não é força de trabalho-mercadoria, considerada mais-valia, mas, embora não houve venda de força de trabalho ao proprietário do animal, foi possível verificar uma dívida moral, uma obrigação não financeira entre os vizinhos.

Ao analisarmos o fato (o trabalho da captura do touro) há um esforço de compreendê-lo a partir de um vínculo moral acerca das bases da sociabilidade camponesa, sobre a qual se fundam a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuas. Sendo assim, a troca não é considerada por nós apenas câmbio entre produtos de distintas naturezas e de mesmo valor (trabalho).

As trocas são totais, isto é, são econômicas, política e simbólicas. A partir destas pode-se atribuir um sentido e não apenas uma “fria” permuta de objetos e favores. Ou seja, nas trocas existe algo mais que a mera *coisa* trocada, porque quando o câmbio se estabelece, uma moralidade é instituída (receber e retribuir).

Ressalta Mauss (1974, apud, Sabourin, 2009) que na troca há três momentos que se revertem no princípio da ação recíproca “o dar, receber, retribuir”. Portanto, no trabalho da captura do touro, um dos camponeses envolvidos estava na condição de receptor (recebendo) de trabalho “gratuito” e os outros poderiam estar “doando” ou “retribuindo”.

Lembramos que no caso da “captura do touro” o fato de um camponês ajudar o outro, não se transfere em obrigação, pelo contrário, a uma “liberdade” de retribuir, mas quem recebeu o “trabalho” é quase sempre, constrangido a retribuir (dívida moral). Esse preceito moral se transforma em uma prática entre os sujeitos envolvidos, posteriormente produzindo a aliança, portanto, temos uma aliança constituída pelo trabalho comunitário dos camponeses.

Identificamos no assentamento “16 de Maio”, um ato de reciprocidade que possibilitam o aumento da produção de leite destinada ao mercado, o “empréstimo do touro” possibilita aos envolvidos aumentarem a produção de leite das suas propriedades.

O “empréstimo do touro” acontece quando um camponês empresta um animal de reprodução para outro camponês, e com o passar de dois anos de empréstimo, em média, o camponês devolve o mesmo animal ao dono. Esta troca se dá porque o camponês que pegou o animal emprestado não tem o touro e recursos suficientes para adquiri-lo. Já, o camponês que fez o empréstimo, tem mais que um touro em sua propriedade, por isso empresta o animal mais jovem.

Nesta troca, tanto o camponês que empresta como o que toma o touro são beneficiados. O camponês que toma como empréstimo se beneficia porque não vai necessitar movimentar certa quantia, significativa, de recursos financeiros na compra de um animal. O camponês que empresta é favorecido pelo fato de que vai ter um animal a menos se alimentando no pasto, ou seja, ao invés de possuir um touro se alimentando do pasto, ele abre a possibilidade de colocar uma vaca, por exemplo, permitindo o aumento da produção leiteira e, por conseguinte, de sua renda.

Outro fato, é que o camponês se beneficia no final do empréstimo com a venda do touro no mercado. Com o passar de dois anos o touro pode dobrar ou até triplicar o seu preço, desse modo, o camponês deixa o seu animal como empréstimo na medida em que ele se valoriza. Esta relação de reciprocidade do “empréstimo do touro” cria e reafirma laços de solidariedade e de ajuda mútua. Nesta troca recíproca, não basta o camponês com o touro disponível e o camponês que necessita do animal, faz-se necessário um vínculo, seja familiar, de amizade ou de respeito, para que haja a troca.

Outro fato relevante no “empréstimo de touro” é em relação a produção do leite vendida ao laticínio, cuja lógica baseia-se no mercado capitalista de produção, mas que está assentada em uma relação de reciprocidade (não-capitalista), isto ocorre porque o aumento da produção de leite, do camponês que cede, como o que toma o animal como empréstimo, só foram possíveis devido ao empréstimo do touro.

Outro exemplo de trabalho comunitário dos camponeses, a partir, da reciprocidade é a “troca de pastos”. Esta troca acontece quando o “camponês A” tem um número de animais bovinos maior que a capacidade suportada pelo pasto, do outro lado há o “camponês B” que seu pasto é suficiente para suprir a alimentação dos seus animais, logo, o “camponês B” cede, na forma de troca, o pasto para o “camponês A” utiliza-lo”, assim, consegue manter seus animais bem alimentados.

Verificou-se ainda, que entre os camponeses realiza-se a “troca de pasto”, prevalece um acordo em que o camponês que se utiliza do pasto, deve produzir milho e silagem, dividindo-a com o camponês que cedeu o pasto, assim, o “pagamento” pela utilização do pasto se faz na forma de trabalho, meios de produção e de produto.

Nesta troca, o camponês (B) que cedeu o pasto, se beneficia na apropriação, de certa forma, “gratuita” do trabalho familiar e dos meios de produção do camponês (A). A troca do pasto se desdobra em uma socialização dos meios de produção e do trabalho entre as famílias camponesas, com um caráter de “gratuidade”. Já ao camponês (A) que tomou como empréstimo o pasto, cabe o benefício de sua utilização enviando ao novo pasto os animais em fase de engorda, adoecidos, ou em gestação, etc.

Com o remanejamento dos animais que não estão produzindo leite (fase de engorda, adoecidos, ou em gestação) há mais pastos disponíveis aos animais que estejam produzindo, promovendo um aumento da produção leiteira, devido aos animais estarem sendo alimentados de forma adequada.

“A troca de pastos” (reciprocidade) permitiu o aumento da produção de leite, bem como, a apropriação do trabalho (trabalho comunitário) entre os envolvidos. Portanto, as

relações de trabalho dos camponeses produtores de leite, esta assentada em relação não-capitalistas de produção, porque o aumento do leite aconteceu paralelamente à ampliação da qualidade de alimentação dos animais, que por sua vez, teve origem na “troca de pastos” e apropriação do trabalho (silagem).

Sendo assim, por mais que o leite tome a forma de mercadoria, inserido na circulação capitalista de produção, as relações de trabalho que o antecedem não se encontram na totalidade, neste meio, porque antes de se realizar enquanto mercadoria (circulação) o produto perpassa por relações de trabalho comunitário e de reciprocidade.

Portanto, os mercados são instituídos e organizados socialmente, até mesmo mercados de autorregulação dependem da própria maneira como a interação social ocorre. Sobre isso Polanyi (2000) escreve.

Em todas as sociedades não-capitalistas os princípios da vida econômica são institucionalizados através de uma organização social, isto é, estes princípios são organizados e disciplinados por padrões específicos de comportamento. A sociedade mantém-se no direito de regular os mercados e não o inverso (POLANYI, 2000. p.75.).

Conclui-se que as trocas (compra/venda) realizadas no assentamento sofrem interferências das relações sociais (parentesco, reciprocidade, localidade, pertencimento, amizade, entre outras) entre os camponeses.

De fato, o mercado é impessoal, mas as relações sociais que dão forma ao mercado são concretas e localizadas, ou seja, com características pessoais e, a forma que cada relação econômica assume depende do contexto e dos indivíduos envolvidos, influenciando nas relações econômicas e sua impessoalidade. O aumento da produção do leite através do trabalho comunitário e da reciprocidade (“toca de pastos” e “empréstimo do touro”) são exemplos de relações sociais, não especificamente capitalistas, interferindo no produto (leite) destinado ao mercado.

Outro exemplo do trabalho comunitário no assentamento é as “trocas de dias de trabalho”, estas, são expressões sociais e econômicas que por vezes são diversas, mas torna-se exemplo de estrutura de reciprocidade ligada à produção, ou seja, a produção no assentamento se relaciona com a vida em comunidade, portanto, com o trabalho comunitário dos camponeses, retratados a seguir.

4.2. AS TROCAS DE DIAS DE TRABALHO NO ASSENTAMENTO

O trabalho comunitário dos camponeses no assentamento “16 de Maio” não é algo desprovido de interesse (gratuito), mas este último pode estar relacionado com a amizade (querer bem ao próximo) ou mesmo com o prestígio perante a comunidade (político). O trabalho comunitário é central na produção camponesa e se realiza, no geral, através das práticas de “ajuda mútua” entre as famílias, como é o caso das “trocas de dias de trabalho”.

As “trocas de dias de trabalho” são frequentes entre os camponeses do assentamento “16 de Maio”, as famílias que mais se utilizam as “trocas de dias trabalho de trabalho” são as que têm déficit no número de membros para o trabalhar, como observado a seguir. “Até estes dias nós estava com todo o fumo para “manocar”. O trabalho no fumo não é fácil, tem dia certo para fazer e só estávamos nós – homem, mulher e filha de 6 anos, aí tive que chamar o vizinho aqui para me ajudar” (ASSENTADO E, 2009).

O pagamento da “troca de dias de trabalho” é realizado em trabalho. Se o assentado F trabalhou um dia no lote do assentado E, isso significa que quando solicitado, o assentado E tem a obrigação de trabalhar o mesmo tempo na propriedade do assentado F.

O vizinho direto vem chamar nós para ajudar ele com o serviço, aí quando nós precisamos, também chamamos ele para ajudar. O que nós ia levar quatro dias faz em dois. A troca de dias não tem dia certo, qualquer dia do ano o vizinho chama a gente, ou nós chama ele, mesmo quando estamos apurados fizemos um esforço para ajudar, porque depois pode ser nós que precisa (ASSENTADO F, 2009).

Tanto os homens como as mulheres promovem a troca de dias de trabalho. Segundo os assentados, os homens trocam atividades consideradas “pesadas” como roçado, por exemplo, e as mulheres, atividades “leves”, como selecionar folhas de fumo para enfardamento, mas se comparar por frequência, os homens trocam dias de trabalho mais do que as mulheres. “Quase sempre é ele que vai ajudar o vizinho, eu vou muito pouco, quando é coisa pequena, na maioria é para roçar ou fazer limpa do milho, aí é sempre ele que vai” (ASSENTADA E, 2009).

As “trocas de dias de trabalho” ocorrem porque os camponeses não têm recursos financeiros suficientes para pagar diaristas a ajudá-los realizar o trabalho na “propriedade”. Sendo assim, estas trocas, são estratégias camponesas para ter acesso à mão de obra sem gastar dinheiro.

Quando precisamos nós sempre pede para o vizinho vir ajudar, porque um diarista é R\$ 30,00 por dia e nós não temos dinheiro para pagar, para o vizinho também é bom, que ai nós vamos ajudar ele também, ele também não tem dinheiro para ficar pagando diarista (ASSENTADO E, 2009).

Santos (1978), ao estudar os “Colonos do Vinho” identificou que todas as práticas de trocas de dias de trabalho cobrem uma necessidade de trabalhadores que o camponês não pode suprir apenas com a família. Isso ocorre porque os rendimentos monetários não permitem o pagamento dos trabalhadores. Dessa forma, as “trocas de dias de trabalho” são fundamentais para reprodução do campesinato, ocorrendo de forma regular no assentamento. Salienta-se que não é a coisa trocada que carrega algo em si, mas a troca é um fato estruturante que permite a existência da sociedade. Esta troca tem uma centralidade não na *coisa* trocada, mas na relação entre as pessoas; a relação social é possibilitada pela troca.

Há uma diferença em constatar o sentido que é conscientemente partilhado pelas pessoas (a coisa trocada carrega algo que faz o receptor retribuir) e o que permanece no inconsciente do social (a relação) e só é captado indiretamente (LÉVI-STRAUSS, 1974, p. 34-35).

Portanto, a troca de dias de trabalho não é apenas uma troca de trabalho, e sim de relação entre as pessoas (relações sociais) que permanece no inconsciente dos “trocadores”. Estes se encontram numa relação de conhecimento parcial se haverá ou não a reciprocidade, na esperança de que haja.

Isto significa que não deve haver uma obrigatoriedade em retribuição entre os “trocadores”, quem doou fica na esperança que haja a retribuição, diferente da troca mercantil capitalista, feita pela moeda (um equivalente imediato da troca). Portanto, os atores sociais que trocam objetos por moedas desfazem a dívida a todo o tempo, enquanto os “trocadores” de trabalho criam e re-criam (dívidas) a reciprocidade a todo o momento que realizam as trocas – uma perpetuação da relação social que não precisa (não deve) terminar na troca dos equivalentes.

Ressalte-se que a ajuda mútua, como a “troca de dias de trabalho”, não é necessariamente igualitária, existe devolução (retribuição), mas sem contagem ou simetria das prestações. Pode existir certa concorrência na redistribuição de alimentos ou bebidas entre as famílias, rivalidades e desafios que podem expressar-se em função de interesses coletivos como individuais, porque nos sistemas econômicos de reciprocidade, as generosidades conferem prestígio e fama que podem se tornar fontes de autoridade ou de poder.

Conclui-se que a ação recíproca entre os indivíduos tende a ser o mais equivalente possível, mas nunca o fará completamente, enquanto um dos indivíduos envolvidos pode ofertar bens mais tangíveis como ajuda recorrente e proteção, o outro estará em posição de fornecer bens intangíveis, por exemplo, a estima, a lealdade e apoio político.

A lógica de reciprocidade se expressa na produção camponesa pelo acesso "gratuito", as pastagens ou a mão de obra da comunidade, por meio das trocas de dias de trabalho, ou do parentesco, que constituem uma redistribuição dos meios de produção. Trata-se de uma gestão compartilhada de bens coletivos, mas, ao mesmo tempo, de uma forma de solidariedade na produção. A constituição das festas familiares e religiosas, a hospitalidade (estendida aos rebanhos dos vizinhos em caso de seca), são várias formas de prestígios que levam ao crescimento da produção, na medida das possibilidades das famílias e das condições do clima.

De fato, a reciprocidade é esperada pelos camponeses do assentamento "16 de Maio", até mesmo de forma indispensável à maioria das famílias camponesas, portanto, essencial para a qualidade das relações humanas e de ordem social. Por exemplo, as prestações de trabalho são necessárias para enfrentar a escassez de mão de obra, ou para efetuar certas tarefas pesadas (desmatamento, marcação dos animais, cercas, construção de casas).

Temple & Chabal, (1995, p.78) *apud* Sabourin E. (2009, p. 6) ressalta que regenerar a sociabilidade não depende somente da proximidade ou da solidariedade. Ela relaciona-se com um conjunto de práticas que contribuem para tecer a essência das relações conduzindo à criação e o respeito dos valores humanos, precisamente na medida em que são compartilhadas as mesmas estruturas produtivas. Mas Caille (1998, p. 77) lembra que "em certo sentido, a reciprocidade não é nada desinteressada". Simplesmente, privilegia os interesses de amizade, aliança, solidariedade, e do prazer ou da criatividade.

De maneira geral, os estudos sobre camponeses mostram que as práticas de reciprocidade são fundamentadas pela troca de dias de trabalho, troca de objetos como presentes (animais, comida), alianças de parentesco, alianças de amizades, seja para o trabalho, para associações ou cooperativas, entretenimento ou política. O interconhecimento está nas bases dos laços de confiança, das estratégias de casamento e nas cooperações de trabalho entre famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se na concepção de produção capitalista de relações não-capitalistas, é possível afirmar que o trabalho dos camponeses não se constitui, necessariamente, na força de trabalho-mercadoria, embora, sirva a acumulação do capital. Mas, o trabalho dos camponeses poderá ser convertido no atendimento das necessidades das famílias camponesas, como no caso da produção de subsistência.

O trabalho do camponês é substancialmente diferente do trabalho do operário, principalmente por ter uma organização, com o elemento central baseado na família. A família camponesa, a qual é caracterizada pelo trabalho não especificamente capitalista, não permite que o trabalho do camponês seja interpretado da mesma forma que o trabalho do operário, por exemplo, pois estes espaços (fábrica e o campo) de socialização e construção dos sujeitos sociais são atribuídos de significados diferentes.

As características do trabalho do camponês (divisão familiar do trabalho, organização do trabalho, ritmo de trabalho e trabalho não especificamente capitalista, trabalho comunitário) possuem uma dimensão geográfica, formada por uma rede de relações sociais oriundas de outra natureza de trabalho.

Percebe-se como característica dos movimentos sociais no campo, a generalização de lutas sociais, a sua diversificação geográfica e social, devido à inserção de diferentes segmentos de trabalhadores e, ao mesmo tempo, a não centralidade geográfica das lutas. Mas, apesar da variedade de formas assumidas pelos movimentos sociais no campo, a formação/desenvolvimento acontece devido a interesses comuns, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida, ou seja, a identidade em torno dos interesses comuns são as condições necessárias dos movimentos.

Os movimentos sociais são processos coletivos e de comunicação realizada por indivíduos, contra as circunstâncias sociais existentes. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, – MST é uma das principais referências quando se debate as formas atuais de organização e mobilização camponesa. A conquista do assentamento “16 de Maio”, realizado no município de Ramilândia-PR, é exemplo disso.

O ano de 1998 foi um marco da luta no município de Ramilândia-PR, pois, neste ano se formou o acampamento denominado Roselito, montado na fazenda Banhadão, com 200 famílias organizadas pelo MST. A conquista da terra de assentamento não se deu de forma pacífica e foram muitos os enfrentamentos, inclusive, conflitos internos.

A conquista do assentamento é uma conquista camponesa, na qual se desdobra a recriação de relações diversas, dentre as quais se destaca: o trabalho desenvolvido pelas famílias assentadas. No geral, quando as famílias camponesas tem acesso a terra a organização do trabalho e as decisões sobre produção são tomadas por ela, ou seja, tem como núcleo central a família. Mas isso não estava claro no pensamento do Movimento dos trabalhadores sem terra (MST), que colaborou na conquista do assentamento, para o movimento, as decisões de produção e organização do trabalho deveriam estar centralizadas na coletividade e não na família.

Para que o “centro” da organização dos assentamentos estivesse na coletividade o MST publicou em 1986 o caderno de formação nº 11 “Elementos sobre a teoria da organização no campo” de autoria de Clodomir Santos de Moraes. Por meio desta publicação o MST tenta estimular a organização do trabalho no assentamento a partir de seus planos (coletividade), e para que isso ocorra o movimento tenta combater a organização do trabalho e as decisões centradas na família camponesa, mas,, estas intervenções provocam descontentamento por parte dos assentados, que as repudiam.

Sobre a maneira que determinada sociedade organiza seus bens e serviços à forma que os distribui e a organização da produção (trabalho), observa-se que com o desenvolver da história da humanidade houve diferentes sentidos para o tema trabalho. Desde o modo de produção primitivo, ao sistema capitalista de produção, o “tema” trabalho foi se modificando. Percebe-se ainda que não exista um modo de produção “puro”, com apenas uma forma de organização do trabalho, apesar de que no modo de produção capitalista o trabalho “típico” é o assalariado, isso não exclui outras formas de organizações de trabalho como o familiar camponês ou mesmo o escravo.

Dessa forma, o modo de produção capitalista, contraditoriamente, gera a subordinação de relações pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Em outras palavras, o capital não implanta de forma simultânea trabalho assalariado em todos os setores e lugares, e tende a desenvolver o processo de acumulação primitiva, neste sentido institui-se a forma de produção não-capitalista do capital.

Verifica-se que o trabalho tem diferentes conotações de acordo com o modo de produção. No capitalismo, se cria e recria um trabalho não-capitalista, como o trabalho dos camponeses, que ocorre através de “ajudas mutuas” e “troca de dias de trabalho” como visualizamos no assentamento “16 de Maio” podendo ser identificado pela divisão familiar do trabalho, onde a família camponesa é o elemento mais importante para entender este processo nas unidades camponesas.

A partir do número de membros, trabalhadores, que constitui a família que se origina a divisão do trabalho nas unidades camponesas. Além disso, a inserção dos filhos na divisão do trabalho dos camponeses se faz através de parâmetros biológicos, como a idade, força física dos filhos, por exemplo. Nesse sentido, verifica-se que a cada filho inserido no trabalho, nas unidades camponesas, promove uma nova (re) divisão do trabalho familiar.

Apesar da divisão do trabalho ocorrer por fatores biológicos (idade, força física) ela também se organiza devido ao tipo de atividade desenvolvida (maios ou menos complexa). Observa-se que há uma tendência em que as mulheres e filhos desenvolvam atividades consideradas “leves”, mas de maneira alguma desnecessárias ou fáceis, porque, a palavra “leve” obscurece a devida importância do trabalho realizado pelas mulheres e filhos na produção camponesa.

A inserção dos filhos na divisão do trabalho é de extrema importância, pois, advêm trocas de dias de trabalho ligadas ao ciclo de vida da família camponesa. Identificamos que as propriedades que mais se utilizavam das trocas de dia de trabalho são as que têm déficit no número de trabalhadores. Para tanto, as trocas de dia de trabalho são estratégias utilizadas pelos camponeses para cobrir o déficit no número de membros que trabalham da família.

O trabalho dos camponeses não se restringe apenas ao núcleo familiar, observou-se no assentamento um trabalho comunitário, o trabalho comunitário dos camponeses se caracteriza por atividades realizadas em conjunto com diversas famílias do assentamento, estas famílias se utilizam do trabalho comunitário como estratégia para obter de forma “gratuita” ajuda nas atividades desenvolvidas na propriedade.

O trabalho comunitário, realizado, neste caso, no assentamento “16 de Maio”, pode ser compreendido como parte da produção não-capitalista, no interior do modo de produção capitalista. A produção não é orientada estritamente pela produção de mercadorias, pois, perpassa pela solidariedade e reciprocidade entre as famílias. A estrutura de reciprocidade que caracteriza o trabalho comunitário constitui-se de relações entre sujeitos que envolvem valores de afetividade, de confiança, de amizade e de ajuda mútua.

Na compreensão do trabalho comunitário dos camponeses destaca-se a importância do parentesco como um componente básico, porque, as coletividades vizinhas formam entre si um tecido de laços que cria uma sociedade local, nesse sentido, há entre os camponeses a formação de um tecido social local, cujo alicerce se constitui no grupo parental, na amizade e na vizinhança. O trabalho comunitário e as formas de reciprocidade são decorrentes destas intensidades de relações nas comunidades. No geral, os camponeses sem-terra, são assentados

longe de seus parentes biológicos, porém, criam-se através de convivência (trabalho) entre vizinhos, novas alianças.

Portanto, o trabalho é um dos elementos que fazem parte da construção da comunidade e de alianças, e, as relações comunitárias, a aliança entre famílias, faz com que haja ajuda mútua, reciprocidade e trocas de dia de trabalho, logo, desencadeiam relações de trabalho. Para tanto, as relações de reciprocidade camponesa no assentamento “16 de Maio”, formado pelos laços de solidariedade (parentesco e amizade) se manifestam em relações de trabalho comunitário.

As áreas de assentamento, neste caso o “16 de Maio” são exemplos de um território formado pelo trabalho comunitário dos camponeses. O trabalho arquiteta a sociabilidade camponesa e relações entre famílias, construindo uma identidade (assentado) e um território (assentamento). Assim, o trabalho comunitário dos camponeses permite entender as áreas de assentamento enquanto comunidades.

Um exemplo observado no assentamento é “ajuda mútua”, realizadas entre parentes, amigos e vizinhos, geralmente, não é orientada pelo mercado de trabalho, mas, por relações comunitárias e solidárias. Esta prática (ajuda mútua) se constitui numa relação não-capitalista de trabalho, pois muitas vezes, não é paga financeiramente e o preço não é regido por regras mercadológicas. Como a “troca de dias de trabalho” ou a “captura do touro”, entre outros.

Conclui-se que o trabalho dos camponeses assentados apresenta um conjunto de características que diferem do trabalho realizado pelos operários, portanto, o trabalho dos camponeses não deve ser interpretado apenas como relação de trabalho, embora também o seja, o trabalho organizado em torno das necessidades da família possui conteúdo diferente de “força de trabalho” enquanto mercadoria, típica das relações capitalistas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. (Org) **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. Ed. São Paulo, Boitempo, 2000.
- _____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7. Ed. Campinas, SP: Cortez Editora, 2000.
- BERGASMASCO, S. M. NORDEL, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____, S.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.
- BRANDÃO, C. R. **Festas de trabalho**. Digitado. 2006.
- BOMBARDI, L.M. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária** (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A., 2001.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1988^a.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CPT. **Mais sobre o assentamento 16 de maio** Disponível em <ramiladiaIICMIBrasilmaissobreoassentamento16demaio.htm> acessado em 28 de julho de 2009.
- DUARTE, L.F. D. **Comunidades: do que se trata?**. Instituto Ciência Hoje. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/sentidos-do-mundo/comunidades-do-que-se-trata>>. Publicado 02 de março de 2012. Acesso em março, 2012.
- FABRINI, J. E. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001.

FERNANDES, B. M. **MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem – terra: formação e territorialização em São Paulo.** SP: HUCITEC, 1996.

_____. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária.** *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.* Presidente Prudente: UNESP, 1998.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento.** 2º. Ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964.

FURTADO, C. "Estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro". In: **Análise do Modelo Brasileiro.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

GARCIA Jr, A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GEOSUL, Florianópolis, v. 19, n. 37, jan-jun, 2004. p. 7-26.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais.** Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, L. D. **O trabalho camponês no assentamento “16 de maio” ramilândia/PR.** Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, 2009. (Monografia).

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GOSS, K. P. PRUDENCIO, K. O conceito de movimento social revistado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.** v. 2 . n. 1, p. 75-91, 2004.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1991.p.16.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 8. Ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HINDESS, B. HIRST, P. Q. **Modos de produção pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HIRANO, S. **Pré-capitalismo e capitalismo.** São Paulo: Hucitec, 1988.

IBGE. Censo demográfico do Paraná 2000.

_____. Censo demográfico do Paraná 2010.

INCRA. Censo de 2002.

KÄRNER, Hartmut. **Movimentos sociais: revolução no cotidiano.** In: Scherer-Warren, Ilse; Krischke, Paulo J. (org.). Ginebra: UNRISD, 1987.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LANNA, M. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? **Ciência Sociais Universos**, v. 1, p. 5-15, jan/abr, 2009.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÉVI-STRAUSS. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional/USP, 1974.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**: seguindo das teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

_____, K. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 11. Ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (Org) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 57-100.

_____, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 1848.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. Ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2003.

_____. **O cativo da terra**. 8. Ed. São Paulo. SP: Hucitec, 2004.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Mauss, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. V.2, p. 49-209.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato**: a agricultura em Catalão-GO. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em: < <http://www.mst.org.br> >. Publicado 07 de julho de 2009. Acesso em janeiro, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura Camponesa no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 1998.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

ORTIZ, R. Um outro território. In: BOLAÑO, C. R. S. (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações.** São Paulo: Educ/Editora da UFS/Intercom, 1999. p. 29-72.

PALÁCIOS, Marcos. **O medo do vazio:** comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (org.). *Idade mídia.* Salvador: UFBA, 2001.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista ciência hoje**, v. 5, n 28, Rio de Janeiro: SBPC. jan-fev. 1987. p. 64-79.

PERUZZO, C. M. K. / VOLPATO M. de O. **Conceitos de comunidade, local e região:** inter-relações e diferença. *Líbero*, São Paul, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação.** 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RANGEL, I. *A questão agrária brasileira.* In. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

RIBEIRO, J. C. A geografia do modo de produção escravista clássico. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas.** Três Lagoas-MS. n. 8. Ano 5, 2008.

ROOS, Djoni. **As Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra:** o Caso do Assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu – PR. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2007 (Monografia).

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais o nordeste brasileiro. **Raízes**, ano 18, n. 20, p. 41-49, Nov. 1999.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec. 1978.

SANTOS, M. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial.** Revista Território, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

SAHLINS, M. 2008. The stranger-king or, elementary forms of the political life. *Indonesia and the Malay World*, 36(105): 177-199.

SCHNEIDER, S., ESCHER, F.. **A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 180-219.

SHANIN, T. A. A. definição de camponês- conceituações **Estudos CEBRAP** N°26, Petrópolis: Vozes., 1980.

SCHERER, WARREN, I. KRISCHKR, P. J. (Org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

_____. **Modernização dolorosa. Rio** de Janeiro, Zahar Editora, 1982.

SOUZA, S. T. CONCEIÇÃO, A. L. **Lutas de classe no campo:** camponeses em luta pelo território no sudoeste da Bahia. *Anais de evento*, SINGA, 2007.

SROUR, R. H. **Classes, regimes, ideologias.** São Paulo: Editora Ática, 1987

TEMPLE, Dominique. As origens antropológicas da reciprocidade. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org>>. Consulta em: 28 jul. 2012.

THOMAZ JR, A. **A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI.**

WANDERLEY, M. N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital.** Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, v.2, n.1, p. 13-78. Jan/abril. 1985.

WOORTMAN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico.* Rio de Janeiro, n. 87, 1990. p. 11-73.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiante do nordeste. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ZANONI, Iria G. **1957 - Mil novecentos e cinquenta e sete:** a revolta dos posseiros Curitiba: Criar Edições, 1987.

APÊNDICE

APÊNDICE 01

QUESTIONÁRIO PARA OS MEMBROS DO ASSENTAMENTO 16 DE MAIO RAMILANDIA/PR

Questionário aplicado em ____/____/ 2009

Número do lote: _____ Área do lote: _____

Numero de pessoas da família: _____

Membros da família diferenciados por sexo, idade e posição: (Ex: masculino, 14 anos, filho).

Com que idade os filhos são inseridos no trabalho (trabalho correspondente as atividades).

3 a 5: _____

5 a 10: _____

10 a 15: _____

15 a 20: _____

Qual são as atividades realizadas por cada membro da família na propriedade.

Exemplificar.

Pai _____

Mãe _____

Filho _____

Filha _____

Avô _____

Avó _____

Quem da família redistribui e orienta as atividades (marido, mulher, irmãos). (cuidado dos filhos, atividades produtivas e não produtivas)

Homem, que atividades: _____

Mulher que atividades: _____

Filhos, que atividades: _____

Quando a pessoa que orienta as atividades não se encontra na propriedade quem assume o seu lugar na redistribuição das atividades.

Quais são os critérios utilizados para a distribuição das atividades.

Idade: _____

Sexo: _____

Promove alguma remuneração fora da propriedade

Quantos e quem promovem atividade fora da propriedade.

Remuneração/em dinheiro/troca de serviço

Que tipo de atividade realiza.

Em que período se realiza.

Motivos para a realização de atividades fora da propriedade.

A família já ajudou ou recebeu ajuda de vizinhos, parentes em alguma atividade.

Que tipo de atividades as ajudas são mais frequentes

Quantas pessoas estão envolvidas:

Quais são os motivos desta ajudas entre famílias distintas.

Sobre as áreas cultiváveis

Quais são os cultivos comerciais

Quais são os cultivos não comerciais

Cultivos comerciais e não comerciais

Quanto fica e quanto é destinado para comercialização

Os horários de trabalhos são rígidos.

Que tipo de atividade é mais rígido com horário.

Quem promove estas atividades

Como está atividade esta organizada

Que atividades são mais desgastantes

Quem promove estas atividades

Como está organizada, como acontece.

Que atividade é mais flexível com horário.

Quem promove estas atividades

Como acontece /como é feita

Quais as atividades são consideradas mais leves

Quem promove estas atividades

Como acontecem /como é feita

Quem cuida da produção de auto-consumo.

Quais são as atividades de auto consumo

Usa máquinas

Quem cuida da comercialização da produção

Quais são as atividades de auto consumo

Usa máquinas

O trabalho de matar porco

Quem compra os animais

Quem trata os animais

Quem cuida quando estão doentes

Quem decide quando vender o animal

O que fazer com o dinheiro da venda

Quem decide quando matar o animal

Quem mata o animal

Quem limpa o animal

Quem ajuda no trabalho

O que fazem

Homem

Mulher

Filho

Filha

Qual é o destino da carne
